

**UNIVERSIDADE ESTADUAL NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO**

**O ENSINO PROFISSIONALIZANTE (FEMININO) NO BRASIL: UMA  
ANÁLISE DA ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA NILO PEÇANHA  
(CAMPOS, RIO DE JANEIRO, 1922 - 1930)**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**FABIANA DE ARRUDA RESENDE REIS**

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ

ABRIL – 2013

**FABIANA DE ARRUDA RESENDE REIS**

**O ENSINO PROFISSIONALIZANTE (FEMININO) NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA NILO PEÇANHA (CAMPOS, RIO DE JANEIRO, 1922 - 1930)**

Dissertação apresentada ao Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, área de concentração em **educação, política e cidadania**, para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Silvia Alicia Martinez

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ

ABRIL – 2013

**FABIANA DE ARRUDA RESENDE REIS**

**O ENSINO PROFISSIONALIZANTE (FEMININO) NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA NILO PEÇANHA (CAMPOS, RIO DE JANEIRO, 1922 - 1930)**

Dissertação apresentada ao Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, área de concentração em **educação, política e cidadania**, para a obtenção do título de Mestre.

Aprovada em: \_\_ / \_\_ / \_\_

Comissão Examinadora:

---

Prof. Dr. Giovane do Nascimento (Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana) - UENF/ RJ

---

Prof. Dr. Leandro Garcia Pinho (Doutor em Ciência da Religião) - UENF / RJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Tereza Maria Fachada Levy Cardoso (Doutora em História Social) - CEFET/RJ

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Silvia Alicia Martinez

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ

ABRIL – 2013

Às minhas famílias, a que me deu a vida e a que a vida me deu! A conquista não teria êxito se não fossem pelo incentivo, amor, apoio e compreensão sempre dedicados a mim. Sem cada um de vocês nada disso seria possível!

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Ivan e Sônia, pela total dedicação e incentivo à educação, muitas vezes abrindo mão dos próprios sonhos para realizar os meus. Aos meus irmãos e cunhados pelo incentivo.

Ao meu marido, Rômulo, pelo amor e paciência durante toda esta trajetória, participando ativamente de todas as etapas ao longo do mestrado. É também o pai dos meus filhos, Manuela e Pedro, fontes de força e determinação para superar toda e qualquer dificuldade! Amo-os incondicionalmente! Minha vitória é por vocês!

À Tereza, que esteve ao meu lado em todos os momentos, sacrificando-se diversas vezes por mim. Sou eternamente grata por fazer parte de minha vida!

Agradeço imensamente à família que a vida me deu, José Antônio, Fátima e Chico. Vocês são minha base de apoio e carinho nesta cidade.

De forma especial, queria dizer muito obrigada à professora Sílvia, minha ilustre orientadora, pela sua generosidade, compreensão, perspicácia; por compartilhar seus conhecimentos comigo, mostrar a direção correta a seguir.

Aos professores Leandro Pinho e Giovane do Nascimento, por acompanharem meu trabalho desde a qualificação do projeto e agora participam da defesa da dissertação. À Tereza Cardoso, por ter aceitado o convite para participar da banca de avaliação junto com os professores Leandro e Geovani.

À Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPERJ), sem a qual não conseguiria realizar este projeto.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais. Também a Leonardo Vasconcellos, pelas fotografias gentilmente concedidas à professora Sílvia, que me passou. Ao Rodrigo, pelo Decreto de 1929, e à Larissa, pela ajuda no Arquivo Público Municipal.

À diretora, Sílvia Linhares Gioffi, e demais funcionários da Escola Estadual Nilo Peçanha, sempre solícitos aos anseios da pesquisa, disponibilizando o acesso à escola e à documentação.

Por fim, agradeço aos amigos que deixei em Minas e aos amigos que fiz em Campos. Em especial, à amiga Sandra, ser humano maravilhoso que tive o privilégio de ter por perto nestes dois anos de pesquisa.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Mapa 1</b> – Espaço urbano de Campos em 1920.....	46
<b>Fotografia 1</b> – Documentação do arquivo da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha.....	59
<b>Fotografia 2</b> – Parte da documentação exposta - demonstração de como são em seu interior.....	60
<b>Fotografia 3</b> – Campos dos Goytacazes: postal da primeira década do século XX.....	72
<b>Fotografia 4</b> – Prédio que abrigou o Liceu de Artes e Ofícios e, posteriormente, a Escola.....	73
<b>Fotografia 5</b> – Entrada do edifício da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha.....	73
<b>Fotografia 6</b> – Parte externa da atual Escola Estadual Nilo Peçanha.....	74
<b>Fotografia 7</b> – Porta de entrada da instituição.....	74
<b>Fotografia 8</b> – Parte interna do edifício.....	75
<b>Fotografia 9</b> – Escada interna do edifício Nilo Peçanha.....	75
<b>Fotografia 10</b> – Oficina de Rendas e Bordados.....	97
<b>Fotografia 11</b> – Curso de aperfeiçoamento: bordados e rendas.....	98
<b>Fotografia 12</b> – Curso de aperfeiçoamento: chapéus.....	99
<b>Fotografia 13</b> – Curso de aperfeiçoamento: corte e costura.....	99
<b>Fotografia 14</b> – Alguns trabalhos em exposição.....	103
<b>Fotografia 15</b> – Outros trabalhos expostos.....	103
<b>Fotografia 16</b> – Exposição de corte e costura.....	104
<b>Fotografia 17</b> – Exposição de chapéus.....	104
<b>Fotografia 18</b> – Desfile das alunas da Escola profissional Feminina Nilo Peçanha.....	105
<b>Fotografia 19</b> – O corpo discente da Escola Profissional Nilo Peçanha.....	117
<b>Fotografia 20</b> – O corpo discente da Escola Profissional Nilo Peçanha em atividades físicas.....	117

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Ocupações da população no ano de 1920.....	26
<b>Tabela 2</b> - Curso profissional feminino, 1923.....	81
<b>Tabela 3</b> - Curso profissional feminino, 1926.....	81
<b>Tabela 4</b> - Curso profissional feminino, 1929.....	82
<b>Tabela 5</b> - Horário aprovado pelo governo para o ano letivo 1926 - 1º ano.....	83
<b>Tabela 6</b> - Horário aprovado pelo governo para o ano letivo 1926 - 3º ano.....	83
<b>Tabela 7</b> - Horário aprovado pelo governo para o ano letivo 1927 - 1º ano.....	84
<b>Tabela 8</b> - Horário aprovado pelo governo para o ano letivo 1927 - 2º ano.....	85
<b>Tabela 9</b> - Horário aprovado pelo governo para o ano letivo 1927 - 3º ano.....	85
<b>Tabela 10</b> - Horário aprovado pelo governo para o ano letivo 1927 - 4º ano.....	86
<b>Tabela 11</b> - Horário aprovado pelo governo para o ano letivo 1929 - 1º ano.....	87
<b>Tabela 12</b> - Horário aprovado pelo governo para o ano letivo 1929 - 2º ano.....	87
<b>Tabela 13</b> - Horário aprovado pelo governo para o ano letivo 1929 - 3º ano.....	88
<b>Tabela 14</b> - Horário aprovado pelo governo para o ano letivo 1929 - 4º ano.....	88
<b>Tabela 15</b> - Total de trabalhos – 1926.....	90
<b>Tabela 16</b> - Matrículas das alunas de acordo com as oficinas que frequentavam 1926.....	91
<b>Tabela 17</b> - Relação dos trabalhos durante os meses letivos, 1927.....	92
<b>Tabela 18</b> - Matrículas das alunas de acordo com as oficinas que frequentavam, 1927.....	93
<b>Tabela 19</b> - Relação dos trabalhos durante os meses letivos, 1929.....	95
<b>Tabela 20</b> - Matrículas das alunas de acordo com as oficinas que frequentam, 1929.....	96
<b>Tabela 21</b> - Relação do corpo administrativo.....	110
<b>Tabela 22</b> - Mapa da relação dos serventes diaristas desta escola, 1928.....	110
<b>Tabela 23</b> - Relação do corpo docente (curso geral), 1927.....	112
<b>Tabela 24</b> - Relação do corpo docente (curso geral), 1928.....	113
<b>Tabela 25</b> - Relação do corpo docente (curso especial), 1927.....	114
<b>Tabela 26</b> - Relação do corpo docente (curso especial), 1928.....	114
<b>Tabela 27</b> - Relação do corpo docente (auxiliares), 1928.....	115
<b>Tabela 28</b> – Notas da aluna Amorita Vieira Maciel.....	122
<b>Tabela 29</b> – Notas da Aluna Carmen Silva.....	123

## RESUMO

A pesquisa realiza um estudo exploratório do processo de escolarização, das práticas educacionais e da educação feminina, enfocando o ensino profissional (feminino), num contexto de crescente modernização do país. Para tal, a referência utilizada foi a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, fundada em 1922 na cidade de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro. O recorte temporal escolhido compreende o período de 1922 a 1930, correspondente ao ano de criação da escola até o final da gestão da primeira diretora da instituição, Maria Pereira das Neves. Foram considerados elementos do histórico papel desempenhado pelas mulheres brasileiras e a educação feminina; as diferentes posições sociais ocupadas pelos sexos masculino e feminino; a distinção profissional e educacional entre ambos e a preponderância da ideia de que as mulheres foram criadas para o trabalho doméstico. Na virada do século XIX para o XX intensificaram os ideais de modernização, de industrialização, tendo a questão educacional como forma de resolver os problemas nacionais, de progredir o país. Debates defendiam a ideia de que a educação seria o caminho para solucionar os males do Brasil, a forma mais propícia de emergir a ordem e o progresso republicanos. Neste contexto, surge a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha. Acredita-se que esta instituição tenha representado, para a população, função sociocultural, assim como gerou expectativas de mobilidade, libertação e construção social. Considerando a escola profissional feminina como instituição formadora de uma cultura escolar, as análises englobam o prédio em que funcionou, a direção, as alunas, as professoras e demais funcionários, até o currículo da escola, as matrículas, desistências e também o destino profissional de suas egressas. O caminho metodológico baseia-se em diferentes fontes que auxiliaram a realização desta investigação histórica, como o arquivo da escola, os jornais de circulação no período estudado, os Relatórios de Presidentes de Estado, a legislação do ensino profissional na década de 1920, entre outros.

**PALAVRAS-CHAVE:** Modernização, Ensino Profissional Feminino, História das Políticas Sociais e História da Educação.

## ABSTRACT

This study performs an exploratory investigation of the schooling process, educational practices, and female education, focusing on female vocational education in a context of increasing Brazilian modernization. In order to achieve this, the reference used was the *Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha*, founded in 1922 in the city of Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro. The time frame chosen comprises the period from 1922 to 1930, which corresponds to the year of the school's establishment until the end of the administration of its first managing director, Maria Pereira Neves. Elements considered in this work are the historic roles played by Brazilian women and female education, the different social positions of males and females, the professional and educational distinction between both, and the preponderance of the idea that women were created for housework. At the turn of the Twentieth Century the ideals of modernization, industrialization, and the issue of education were gaining popularity as a possible solution to Brazil's problems and path to progress for the country. Debates defended the idea that education was the way to solving the ills of Brazil and the most auspicious way to achieving the republican ideals of order and progress. The Nilo Peçanha Female Vocational School was established within this context. This institution is believed to have represented a sociocultural function for the population and to have raised expectations of mobility, freedom, and social construction. Considering the female vocational school as an institution involved in the formation of an educational culture, the analyses covered the building's administration, students, teachers, employees, curriculum, enrollment, dropout rate, and also the chosen professions of its alumni. The methodology utilized for this historical investigation is based on different sources, such as the institution's archives, newspaper articles from the study period, the reports of Brazilian Presidents, and vocational education legislation from the 1920s.

**KEY WORDS:** Modernization, Female Vocational Education, History of Social Policy, History of Education

## SUMÁRIO DISSERTAÇÃO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 1 – PAPEL E ESCOLARIZAÇÃO DAS MULHERES, A EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA E O ENSINO PROFISSIONAL (FEMININO) NO BRASIL.....</b>	<b>17</b>
<b>1.1 – A MULHER E A EDUCAÇÃO FEMININA .....</b>	<b>17</b>
<b>1.2 – A EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA.....</b>	<b>27</b>
<b>1.3 – A PROFISSIONALIZAÇÃO DO ENSINO NO BRASIL E O ENSINO PROFISSIONAL FEMININO.....</b>	<b>35</b>
<b>1.4 - CAMPOS DOS GOYTACAZES: UMA CIDADE DO INTERIOR COM ANSEIOS DE MODERNIDADE.....</b>	<b>44</b>
<b>CAPÍTULO 2 – ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....</b>	<b>48</b>
<b>2.1 – INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA DAS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS.....</b>	<b>49</b>
<b>2.2 - CULTURA ESCOLAR: SUAS CARACTERÍSTICAS GERAIS.....</b>	<b>51</b>
<b>2.3 – O ESPAÇO ESCOLAR COMO ELEMENTO DA CULTURA DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO.....</b>	<b>55</b>
<b>2.4 - ARQUIVO ESCOLAR: ESPAÇO PRIVILEGIADO DESTA PESQUISA .....</b>	<b>56</b>
<b>2.5 - JORNAL IMPRESSO COMO FONTE DE PESQUISA .....</b>	<b>60</b>
<b>2.6 - OUTRAS FONTES UTILIZADAS.....</b>	<b>62</b>
<b>2.7 - REFLETINDO SOBRE AS FONTES.....</b>	<b>63</b>
<b>2.8 – SÍNTESE DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>64</b>
<b>CAPÍTULO 3 - ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA NILO PEÇANHA: A CONSTITUIÇÃO DE UMA CULTURA ESCOLAR .....</b>	<b>66</b>
<b>3.1 – O ESPAÇO ESCOLAR.....</b>	<b>70</b>
<b>3.2 – CURRÍCULO, SABERES E PRÁTICAS: INDÍCIOS DE COMPOSIÇÃO, FUNCIONAMENTO E COTIDIANO DA ESCOLA.....</b>	<b>79</b>
<b>3.2.1 – O CURRÍCULO DAS ESCOLAS PROFISSIONAIS FEMININAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: O CURSO GERAL, AS OFICINAS E O CURSO DE APERFEIÇOAMENTO.....</b>	<b>80</b>
<b>3.2.2 – AS EXPOSIÇÕES.....</b>	<b>100</b>
<b>3.2.3 – AS FESTAS ESCOLARES.....</b>	<b>105</b>

<b>3.3 – OS SUJEITOS ESCOLARES.....</b>	<b>106</b>
<b>3.3.1 – O CORPO ADMINISTRATIVO: A DIREÇÃO E OUTROS FUNCIONÁRIOS DA INSTITUIÇÃO.....</b>	<b>106</b>
<b>3.3.2 – O CORPO DOCENTE.....</b>	<b>111</b>
<b>3.3.3 – ENTRE CHAPÉUS, CORTES E COSTURAS, BORDADOS E RENDAS, FLORES E FRUTOS: AS ALUNAS DA ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA NILO PEÇANHA.....</b>	<b>116</b>
<b>3.4 – MATRÍCULAS E FREQUÊNCIAS.....</b>	<b>124</b>
<b>3.5 - O CURSO NOTURNO.....</b>	<b>125</b>
<b>3.6 – UM BREVE BALANÇO SOBRE A ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA NILO PEÇANHA (1922-1930).....</b>	<b>126</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>131</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>137</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>138</b>
<b>APÊNDICE - ALUNAS FORMADAS PELA ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA NILO PEÇANHA, NOMEADAS PELO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....</b>	<b>142</b>

## INTRODUÇÃO

Na visita que fizemos a este *modelar estabelecimento*, encontramos asseio, disciplina e ordem. A sua direcção muito nos impressionou. A competência e inteligência aqui dominam. *Só podemos esperar, assim, futuras dignas esposas aptas para fazerem a grandeza do nosso grande Brasil*. Somos gratos à D. Maria Pereira das Neves e suas esforçadas auxiliares.

Campos, 8 de Setembro de 1928.

Pela Embaixada Universitária

Assg: Anesio Frota Aguiar.

Nilo Pacheco de Medina

Aloysio Ferreira

José de Assis Rodrigues

Eduardo Amaral do Oliveira

José Wintat

(depoimentos de pessoas que visitaram a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, relatório anual da escola, 1928, grifos meus).

A pesquisa se propõe a realizar um estudo exploratório do processo de escolarização, das práticas educacionais e da educação feminina, enfocando o ensino profissional (feminino), num contexto de crescente modernização do país. Para tal, a referência utilizada foi a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, fundada em 1922 na cidade de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro. O recorte temporal escolhido compreende o período de 1922 a 1930, correspondente ao ano de criação da escola até o final da gestão da primeira diretora da instituição, Maria Pereira das Neves, pessoa muito bem retratada enquanto profissional da educação. No próprio depoimento acima pode-se evidenciar que durante sua gestão a escola era vista como “modelar instituição de ensino, com “asseio, disciplina e ordem”; nela, dominam a “inteligência e competência”.

A escola constitui de um espaço repleto de significados em que estão presentes a educação e o convívio social. Por isso é relevante estudar a cultura escolar, pois este cotidiano se constitui em uma criação cultural que envolve

relações sociais, modos de vida e antagonismos, assim como desigualdades sociais, diversidades e demais elementos que compuseram e influenciaram o histórico da sociedade brasileira.

Uma pesquisa em História da Educação a partir do cotidiano escolar torna-se importante na medida em que possibilita a compreensão da educação em sua diversidade, em suas formas diferentes de conceber os espaços e tempos escolares. O foco da pesquisa proposta é, nesta perspectiva, o desvendamento do cotidiano escolar de uma escola profissional feminina, voltada, sobretudo, para a educação de meninas de classes sociais menos abastadas.

Num primeiro momento serão abordados elementos do histórico papel desempenhado pelas mulheres brasileiras e a educação feminina; as diferentes posições sociais ocupadas pelos sexos masculino e feminino; a distinção profissional e educacional entre ambos e a preponderância da ideia de que as mulheres foram criadas para o trabalho doméstico.

Enfocam-se também mudanças ao longo do século XIX, os anseios de progresso do país ao passar da condição de Colônia para Império.

Já na virada do século XIX para o XX, com o advento da República e a abolição da escravatura no Brasil, intensificaram os ideais de modernização, de industrialização, tendo a questão educacional como forma de resolver os problemas nacionais, de progredir o país. Debates defendiam a ideia de que a educação seria o caminho para solucionar os males do Brasil, a forma mais propícia de emergir a ordem e o progresso republicanos. Neste contexto também inclui a preocupação com o ensino técnico, como pode ser observado no artigo “À Nação”, publicado no Jornal Folha de Comércio de Campos, em 18 de novembro de 1924.

(...) Essa oportunidade se denuncia pela conveniência de dar ao povo, com uma rápida analyse da situação, a segurança de que o Governo está no firme propósito de manter a ordem publica, sustentar o principio de auctoridade legalmente constiuída e garantir tranquillidade aos lares e às classes trabalhadoras.

(...) Outros problemas de grande relevância foram examinados, muitos resolvidos e muitos em vias de solução: - a siderurgia nacional, a renovação das unidades da Marinha de Guerra, a marinha mercante, as necessidade do Exército, a boa distribuição da Justiça, o ensino secundário e superior, o regime penitenciário, a assistência aos menores abandonados, o melhor policiamento desta Capital, a ampliação dos serviços da Saude Publica, o problema hospitalar, os serviços diplomáticos e consulares, os nossos

interesses internacionaes e o nosso prestígio na Sociedade das Nações, a organização orçamentária, a tranquilidade política dos Estados, a carestia dos meios de subsistência, a criação dos órgãos de defesa da Propriedade Industrial, a proteção ao trabalho com a criação do Conselho Nacional do Trabalho e das Caixas de Aposentadorias de Ferroviários, a proteção ao commercio e à indústria com a criação do Conselho Superior do Commercio e Industria, a defesa da produção nacional, o fomento da cultura do algodão e de outros productos, a proteção ao carvão nacional e a varias industrias, a *remodelação do ensino profiissional tecnico*, a defesa das culturas contra as pragas, a luta contra as epizootias, a questão dos meios de transporte, o prolongamento das linhas férreas, aquisição de material rodante, o prolongamento do cães do porto do Rio de Janeiro, a continuação das obras contra as secas, o aumento do abastecimento de agua à Capital da República e melhoramento dos serviços postaes e telegráficos, - todos esses e outros assumptos, nos menores detalhes da administração, foram objecto de preocupação constante do meu governo nestes dois annos decorridos. (Folha de Commercio, 18/11/1924, grifo meu).

Nos dois trechos retirados do mesmo artigo evidencia-se a preocupação do governo do Rio de Janeiro<sup>1</sup> com a manutenção da ordem pública, assim como a segurança para os lares e classes trabalhadoras.

Já no segundo trecho retirado do artigo há a menção da remodelação do ensino profissional técnico entre as preocupações governamentais, demonstrando que havia certa preocupação no período com esta categoria de ensino. Apesar de não haver menção ao ensino profissional feminino propriamente dito, o fato de terem sido criadas duas escolas profissionais femininas no Rio de Janeiro na década de 1920 (a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, em Campos dos Goytacazes, e a Escola Profissional Feminina Aurelino Leal, em Niterói), além das outras masculinas criadas também neste período, leva-se a crer que a preocupação com o ensino público profissional fazia parte dos anseios políticos da época.

Ao associar ensino profissional ao progresso material e moral da sociedade, considera-se importante retratar também o meio urbano no qual se instalou a escola, no caso específico desta pesquisa, a cidade de Campos, buscando entender suas características, a busca pela modernização e urbanização, uma vez que a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha se localizava no centro da cidade, onde, atualmente, funciona a Escola Estadual Nilo Peçanha.

---

<sup>1</sup> Quem governava o Rio de Janeiro nesta época era Feliciano Sodré, desafeto político de Nilo Peçanha. Seu governo correspondeu aos anos de 1923 a 1927, sucedido por Manuel Duarte que foi deposto pela Revolução de 1930.

Sua história começou com a inauguração, em 1922, no governo de Raul Veiga, então Presidente do Estado do Rio, mas a instituição só entrou em funcionamento no ano seguinte, no governo estadual de Feliciano de Abreu Sodré.

No início, seu currículo era distribuído em três anos de curso, de acordo com a legislação de 1923, sendo alterado, em 1926, pelo Regulamento de Ensino Profissional sob a forma de Decreto nº. 2.160, estabelecendo que o ensino profissional fosse ministrado em quatro anos. Em 1929 houve outra regulamentação, com o Decreto nº. 2.380, de 14 de janeiro deste mesmo ano.

O curso profissional feminino era dividido em duas partes, compreendidas em: curso geral, de caráter obrigatório, e, paralelamente, cursos especiais, na forma de oficinas, abrangendo corte e costura, bordados e rendas, chapéus, flores e frutos (esta última somente a partir de 1929).

As análises, então, não se restringem à história da criação da escola, mas na busca de entendimento do seu funcionamento, na convicção de que esta instituição tenha representado, para a população, função sociocultural, assim como gerou expectativas de mobilidade, libertação e construção social.

A escolha da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha insere-se num contexto de pesquisa em que se estudam escolas de relevância da cidade de Campos, sendo inaugural no sentido de estudar uma instituição voltada para a educação de mulheres de classes trabalhadoras. Tal fato justifica a inclusão deste tipo de pesquisa em um programa de políticas sociais, uma vez que a escola em questão acabava por funcionar como uma política pública que inseria a população pobre no meio educacional, oferecendo instrução e ensinamento de um ofício para que pudessem sustentar a si próprias ou auxiliar no sustento da família.

Além disso, a escola era um meio de disciplina e controle social, um instrumento moralizador que ensinava as alunas a serem boas filhas, boas esposas e boas mães. Tratava-se de uma educação voltada, sobretudo, para o lar, ou para atividades que envolvessem habilidades femininas, como o magistério.

Busca-se, a partir do “universo” da escola, elementos que podem dar conta de entender a sua gênese, tendo em vista que o ambiente escolar é um lugar de memória e de diversas representações que envolvem a sociedade. Há de se entender esse universo como o que ultrapassa os muros dos estabelecimentos de ensino, englobando as visões de mundo, as perspectivas de vida, os sujeitos envolvidos, os grupos ligados a esta instituição de ensino.

Ao considerar a escola profissional feminina como instituição formadora de uma cultura escolar, deve-se, então, analisar elementos que abordem desde o prédio em que funcionou, a direção, as alunas, as professoras e demais funcionários, até o currículo da escola, as matrículas, desistências e também o destino de suas egressas.

Para tal, o caminho metodológico foi baseado em diferentes fontes que auxiliaram a realização desta investigação histórica, como o arquivo da escola, os jornais de circulação no período estudado, os Relatórios de Presidentes de Estado, a legislação do ensino profissional na década de 1920, entre outros. Chama-se, também, atenção para os sinais, para uma forma de examinar os pormenores mais negligenciáveis de uma pesquisa, as características que geralmente não são observadas, que passam despercebidas, mas que, na verdade, podem indicar elementos importantes para realização de um trabalho.

O estudo da escola profissional (feminina) pode contribuir para compreender parte do projeto de modernização da sociedade brasileira construído pelos políticos que atuavam no plano da incipiente nação e que defendiam a necessidade de romper barreiras internas, por meio da educação, que impediam a inserção do Brasil no movimento cultural e político e econômico geral.

A educação, certamente, formava parte do projeto fluminense, que não era alheio à crença ilimitada no progresso por meio da instrução, em circulação no final dos anos Oitocentos e início dos anos Novecentos. O intuito, neste período, era, ao menos no plano das ideias, superar os atrasos de um Brasil colonial (agrário, pouco desenvolvido em termos de industrialização, modernização e urbanização), fazendo progredir a nação republicana que surgia, e aos poucos se consolidava, percebendo que avançar na educação da população, ainda que de maneira lenta, poderia ser um caminho para tal. E o sexo feminino não poderia ficar alheio a este processo de emancipação e progresso do país, ainda que sua instrução fosse voltada para o lar, na formação de “futuras dignas esposas aptas para fazerem a grandeza do nosso grande Brasil” (membros da embaixada universitária, relatório anual da escola, 1928).

## **CAPÍTULO 1 – PAPEL E ESCOLARIZAÇÃO DAS MULHERES, A EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA E O ENSINO PROFISSIONAL (FEMININO) NO BRASIL.**

Neste capítulo visa-se realizar um breve estudo do processo de escolarização no Brasil, das práticas educacionais e da educação feminina, com enfoque para a questão do ensino voltado para o trabalho, num contexto de crescente modernização e industrialização do país. Neste sentido, serão abordados o histórico papel das mulheres na sociedade brasileira, a escolarização feminina, a educação na Primeira República e o ensino profissional (feminino).

Num primeiro momento serão abordados temas relacionados ao papel desempenhado pela mulher ao longo da história brasileira e a educação feminina, pontuando questões sobre diferentes posições sociais ocupadas por mulheres e homens, a distinção profissional e educacional entre ambos os sexos, o pensamento burguês predominante durante anos, defensor da ideia de que as mulheres foram criadas para o trabalho doméstico.

Com o advento da República, em 1889, um ano após a abolição da escravidão no Brasil, os ideais de modernização, de avanços político-sociais, alavancados pelo início do processo de industrialização, propiciaram a inúmeros intelectuais pensarem na questão educacional como forma de resolver os problemas nacionais. Debates defendiam a ideia de que a educação seria o caminho para solucionar os males do Brasil, a forma mais propícia de emergir a ordem e o progresso republicanos.

Por fim, tem-se a abordagem do ensino profissional brasileiro, na tentativa de trazer questões referentes ao histórico da profissionalização educacional no país, os anseios e políticas vigentes, a criação de escolas profissionais masculinas e femininas, suas finalidades e pretensões enquanto instituições de ensino. A ênfase dada a esta parte do trabalho é para o ensino profissional feminino, justificada pelo objeto de pesquisa, a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, a ser abordada, em específico, num momento posterior deste texto.

### **1.1 – A MULHER E A EDUCAÇÃO FEMININA**

Ao estudar o histórico papel da mulher no Brasil e a educação voltada para ela no decorrer dos anos, verifica-se uma tendência pela crença na normalidade,

pela busca da naturalidade e formação moral da família conjugal. À mulher cabia a educação para o cuidado da casa, de atividades domésticas, visando cuidar bem do futuro marido e dos filhos provenientes do casamento.

Ribeiro (2003), ao analisar a educação para as mulheres na colônia, diz que outra opção para o sexo feminino eram os conventos, criados no Brasil a partir do século XVII, com ensino de leitura, escrita, música e trabalhos domésticos. Para lá eram levadas muitas meninas cujos pais tinham medo de que, ao se casarem, tivessem que dividir suas riquezas com os futuros genros; meninas que perdiam o pai e, por receio em repartir a herança, os irmãos decidiam colocá-las lá; e, por fim, os conventos também abrigavam moças que se “perdiam”, que “erravam” diante de comportamentos sociais rígidos.

Uma situação interessante é que mais do que a educação formal, os conventos serviram como uma iniciativa empresarial, a partir de acúmulo de dotes e doações que recebiam. “Na realidade, as freiras emprestavam dinheiro aos proprietários de terra, aqueles mesmos que as haviam trancafiado nos conventos.” (RIBEIRO, 2003, p. 88).

De acordo com Ribeiro (2003), o fato de ter sido colonizado por Portugal fez com que o Brasil herdasse da tradição ibérica a crença de que o sexo feminino fosse inferior, que a mulher não precisava ler, nem escrever e, em muitos momentos, sequer havia necessidade de falar.

No Brasil-colônia, o homem decidia as ações. Era ele que dominava, por meio da família patriarcal. Aliás, a palavra família vem de *famulus*, uma expressão latina que quer dizer: escravos domésticos de um mesmo senhor. Ou seja: todos deviam obediência ao senhor patriarcal. Sua esposa e filhas também. Elas o chamavam de “senhor meu marido; senhor meu pai” (RIBEIRO, 2003, os. 82,83, grifo da autora).

Embora deva-se reconhecer os privilégios do homem no modelo patriarcal, da concepção geral de domínio do marido sobre a esposa, é preciso relativizar a total sujeição feminina perante a sociedade, trazendo à tona as rebeldias e transgressões de determinadas mulheres. Também há de se considerar o fato de que o tipo de família patriarcal pode não ter sido o único modelo familiar no Brasil, ou seja, não descarta-se a presença de outras formas de composição familiar, como de lares chefiados por mulheres.

É importante salientar que tanto as mulheres, quanto os homens, viveram diferentes relações, as quais sofreram e exerceram poder. Não se deve, portanto, simplificar todo este processo de construção social, subjugando o papel das mulheres, empobrecendo sua importância e capacidade em resistir a opressões, em argumentar em prol de seus direitos, em subverter comportamentos.

Apesar do predomínio de comportamentos rígidos em relação às mulheres, que geralmente deviam ser passivas, caladas, regradas e submissas, chama-se atenção para a diversidade de dinâmicas familiares no Brasil, ponderando que os arranjos sociais e comportamentos humanos jamais foram idênticos, sobretudo em relação a classes sociais distintas.

Os termos “família” e “casamento” são plurais e suas organizações e próprias representatividades eram opções para apenas uma parcela da população. De um lado a moral, o casamento e o papel submisso e casto desempenhado pela mulher, mas de outro há a ilegitimidade, as uniões esporádicas, os filhos ilegítimos, também presentes no comportamento e modo de vida da população brasileira, sobretudo nas classes menos abastadas.

Ainda na Colônia, Ribeiro (2003) chama atenção para o fato de que muitos atributos destinados ao sexo feminino aconteciam somente em tempos de calma, pois ao haver ameaças do domínio português, diversas mulheres assumiam cargos tidos como masculinos, como a administração de uma fazenda ou até mesmo em cargos políticos. A autora cita, inclusive, o caso da capitania de São Vicente que foi administrada por D. Ana Pimentel, esposa de Martin Afonso de Souza, que retornou a Portugal e a deixou no comando.

Já no Império, mesmo com a permanência da escravidão, os ideais de progresso eram evidentes. Segundo VEIGA (2011), a política imperial renovou a educação com os fundamentos de escola para todos, inclusive para meninas, negros e mestiços, rompendo com a mentalidade colonial. Trata-se da “difícil tarefa de educar a diversidade dos brasileiros.” (VEIGA, 2011, p. 153).

Na virada do século XIX para o XX, com crescentes progressos, reformas urbanas, inovações tecnológicas, verificou-se um maior movimento de luta das mulheres por atuação nos espaços públicos, pela igualdade de direitos, de educação e profissionalização. E foi nas cidades onde as mudanças no comportamento feminino puderam ser mais visíveis.

Diante da variedade de questionamentos, experiências e linguagens tão novas que as cidades passaram a sintetizar, intelectuais de ambos os sexos elegeram como os legítimos responsáveis pela suposta corrosão da ordem social a quebra de costumes, as inovações nas rotinas das mulheres e, principalmente, as modificações nas relações entre homens e mulheres (MALUF e MOTT, 1998, p. 371).

Este processo de urbanização, atrelado à industrialização, trouxe novas oportunidades oriundas de um período de mudanças, marcado por novas formas de associação e lazer, novas oportunidades de trabalho para ambos os sexos, ainda que de forma desigual. Nas palavras de Almeida (1998),

No mundo ocidental mais desenvolvido, a constatação da capacidade feminina para o trabalho fora do âmbito doméstico e o conseqüente ganho de autonomia que isso poderia proporcionar, mais as necessidades de sobrevivência ditadas pelas circunstâncias, iniciaram uma reviravolta nas expectativas sociais, familiares e pessoais acerca do sexo que até então estivera confinado no resguardo do espaço doméstico e no cumprimento da função reprodutiva. Essas ideias, por sua vez, atravessaram fronteiras por intermédio da imprensa, do rádio e do cinema, influenciando as mentalidades nos países periféricos, entre eles o Brasil, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. (ALMEIDA, 1998, pg. 27).

Ainda segundo Almeida (1998), o plano educacional do início do século XX foi propiciado por maiores oportunidades ao sexo feminino, com maior escolarização de meninas e moças.

Scott (2012) também considera as diversas modificações na sociedade brasileira a partir da virada do século XIX para o XX, caracterizada pela autora como a “*Belle Époque* brasileira”. Afirma a preocupação de construir um país moderno e higiênico, deixando para trás seu caráter “agrário” e “atrasado”, uma vez que se aboliu a escravidão, proclamou-se a República, aumentou a imigração, além dos processos de industrialização e urbanização. Por estes novos padrões sociais, muda-se o papel desempenhado por homens e mulheres, alterados, sobretudo, por uma nova concepção de casamento. Segundo a autora, mulheres e homens passam a escolher seus cônjuges, influenciados pela busca de uma vida familiar ideal, com a mulher em casa cuidando de seus afazeres, do marido e da educação dos filhos. O trabalho fora de casa era papel a ser desempenhado pelo homem, garantidor do sustento familiar.

O autoritarismo atroz do “senhor” de bens e pessoas, possível e alimentado em uma sociedade escravocrata e que se estruturava a partir das propriedades rurais, não tinha mais lugar no país que se modernizava. Divulgavam-se, então, os valores da chamada “família conjugal moderna”. O amor romântico, pelo menos em termos ideais, ganhou maior relevância dentro do casamento reconhecido pelo Estado e pela Igreja. O próprio discurso de médicos e higienistas (inspirados em ideias já consagradas na Europa) chegava a criticar a separação entre “sexo e amor”, advogando a integração de ambos no matrimônio como a forma mais saudável e moralmente recomendável de relacionamento. A intimidade passou a ser enaltecida e a vida familiar ideal era agora aquela do “lar doce lar”, em que os membros da família encontravam em casa a “proteção”, o “aconchego” e a “higiene” que contrastavam com as “agruras” e a “poluição” do mundo exterior. (...) A “nova família” também exigia uma “nova mulher”: uma mãe dedicada que dispensava especial atenção ao cuidado e à educação dos filhos (não recorrendo mais às amas de leite, por exemplo), responsabilizando-se também pela “formação moral” das crianças. Essa “nova mulher” seria também a esposa afetiva, ainda submissa ao marido, mas não mais completamente sem voz (SCOTT, 2012, os. 16 e 17).

Diferentemente de outros autores, ao analisar relações familiares e o papel da mulher pobre na sociedade, Fonseca (2000) levanta diversas questões referentes à sociedade brasileira, seus valores e a inserção da mulher neste contexto. Suas ideias se contrapõem ao modelo tradicional de formação familiar, afirmando que

A norma oficial ditava que a mulher deveria ser resguardada em casa, se ocupando dos afazeres domésticos, enquanto os homens asseguravam o sustento da família trabalhando no espaço da rua. Longe de retratar a realidade, tratava-se de um estereótipo calcado nos valores da elite colonial, e muitas vezes espelhado nos relatos de viajantes europeus, que servia como instrumento ideológico para marcar a distinção entre as burguesas e as pobres. Basta aproximar-se da realidade de outrora para constatar que mulheres pobres sempre trabalharam fora de casa. Com a industrialização, chegaram, junto com as crianças, a compor mais da metade da força de trabalho em certas indústrias, notadamente nas de tecidos. (FONSECA, 2000, pg. 517).

Partindo da premissa de que a maioria dos populares não abraçou, imediatamente, o modelo de família moderna do decorrer do século XIX e que até mesmo no século XX diversos casais optavam por uniões extraoficiais, não registrando, inclusive, seus filhos, pode-se indagar acerca da abrangência da moral burguesa como parâmetro de conduta da sociedade brasileira como um todo.

Não é pretensão afirmar que a sociedade deste país não prezava por valores morais rígidos, tampouco dizer que a mulher não desempenhava um papel aquém dos homens na composição de uma sociedade marcada pela relevância masculina em detrimento da feminina. A ideologia burguesa era forte, não há dúvidas, mas seria simplista afirmar que todas as pessoas praticavam as normas oficiais de conduta.

O que se pretende aqui é apenas ressaltar distinções entre a moralidade oficial e a realidade vivenciada por parte da população brasileira no decorrer de sua história, pois em nenhum momento deixou-se de considerar que, em geral, as mulheres se encontraram em condição de inferioridade em relação aos homens. Cabia ao homem o ofício no mercado de trabalho, a missão de cuidar financeiramente da casa, enquanto a mulher voltava-se para os cuidados de limpeza, cozinha e educação dos filhos. À mulher não era permitida uma vida sem regras e privações como naturalmente era concebida aos homens.

Feitas estas breves considerações acerca do papel desempenhado pelas mulheres na Colônia, no Império e na República, passa-se a ter maior embasamento para retratar o histórico processo educacional envolvendo o sexo feminino.

Antes dos anos oitocentos as moças de famílias mais abastadas da sociedade recebiam apenas noções elementares passadas por professores particulares que iam a suas casas. Porém, deve-se evidenciar que o aprendizado não se expandia a vastas leituras e ensino de geografia ou de história. A dedicação era mais voltada para prendas domésticas e ensinamento de boas maneiras, muito propícias na preparação para um bom casamento. O que os professores ensinavam não passava de vagas noções de literatura e cálculo, assim como a aprendizagem de uma nova língua, como, por exemplo, o francês, garantindo bom preparo para o papel social de futura esposa.

A escola, século XIX, ganha maior evidência como um espaço social de formação de sujeitos, sobretudo na preparação para a vida moral, política e econômica de um país. Tanto no Brasil, como em vários outros países, este espaço foi, a princípio, marcado apenas pela presença masculina. Inicialmente foi direcionada à formação de meninos brancos da elite, mas no decorrer do século em questão, as instituições de ensino mudaram mais o seu perfil, havendo necessidade de se transformar e aceitar meninos de baixa renda e também as meninas.

Ao incorporar, portanto, grupos sociais antes excluídos de modo a garantir as diferenças, a escola precisou se tornar diversa – em sua organização, em seus prédios, nos seus currículos e regulamentos, nas suas formas de avaliação e também, é claro, em seus professores e professoras.” (LOURO, 2000, pg.78).

A entrada das mulheres no meio educacional, seja como alunas ou como professoras, não se deu de maneira rápida, tampouco fácil. A partir da Independência do Brasil, com ideais de progresso e soberania, evidenciando que o novo Império precisaria se firmar, iniciava o discurso defensor da educação como alavanca para a modernização do país, tendo em vista os altos índices de analfabetos existentes até o período. Surgiram então diversas escolas para meninos e meninas.

Ler, escrever e contar, saber as quatro operações, mais a doutrina cristã, nisso consistiam os primeiros ensinamentos para ambos os sexos; mas logo algumas distinções apareciam: para os meninos, noções de geometria; para as meninas, bordado e costura. (LOURO, 2000, p.444).

Apesar da inclusão feminina na educação, não se pode simplificar este processo uniformemente, pois era gritante a distinção do acesso de meninos e meninas ao ambiente escolar. E ainda que a educação feminina representasse um avanço para as mulheres, esta continuava a ser justificada pela maternidade.

Sob diferentes concepções, um discurso ganhava a hegemonia e parecia aplicar-se, de alguma forma, a muitos grupos sociais a afirmação de que as “mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas”, ou seja, para elas a ênfase deveria recair sobre a formação moral, sobre a constituição do caráter, sendo suficientes, provavelmente, doses pequenas ou doses menores de instrução. Na opinião de muitos, não havia porquê mobilizar a cabeça da mulher com informações ou conhecimentos, já que seu destino primordial – como esposa e mãe – exigiria, acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios. Ela precisaria ser, em primeiro lugar, a mãe virtuosa, o pilar de sustentação do lar, a educadora das gerações do futuro. A educação da mulher seria feita, portanto, para além dela, já que sua justificativa não se encontrava em seus próprios anseios ou necessidades, mas em sua função social de educadora dos filhos ou, na linguagem republicana, na formação de futuros cidadãos. (LOURO, 2000, ps.446 e 447).

Nas últimas décadas do século XIX, com o advento da República do Brasil, os ideais de modernização e avanço se fortaleceram, acarretando a necessidade de educação das mulheres, sempre vinculada à ordem e ao progresso. Há de se

considerar o movimento liberal, com ideais de liberdade e individualidade na busca pela igualdade entre as pessoas, que não poderia deixar de lado a causa da inclusão das mulheres<sup>2</sup>. Cabia às mulheres o papel de higienização<sup>3</sup> da família e de construção de cidadania dos jovens.

Mesmo com o avanço educacional, inclusive para as mulheres, muitos brasileiros, sobretudo brasileiras, eram ainda analfabetos. Surgiram, então, inúmeros debates e movimentos em prol da educação feminina em São Paulo, no Rio de Janeiro e em várias outras cidades do Brasil.

Na Primeira República Brasileira e em décadas posteriores, o casamento era uma importante base de organização social. E neste contexto, cabia ao Estado garantir educação necessária para homens e mulheres desempenharem bem os papéis “cabíveis” a cada um deles no possível matrimônio. Ao homem cabia o preparo para a vida militar e a dos negócios; já para as mulheres a formação seria voltada para o preparo para a família tradicional, com ensinamentos para a vida no lar.

A análise dos livros adotados pelo sistema educacional brasileiro pode indicar uma distinção clara entre os ensinamentos passados a meninos e meninas. Schwartzman, Bomeny e Costa (2000) analisaram a contenção das mulheres no Tempo de Capanema e afirmaram,

Os textos destinados de preferência à atenção das meninas devem encarecer as virtudes próprias da mulher, a sua missão de esposa, de mãe, de filhas, de irmã, de educadora, o seu reinado no lar e o seu papel na escola, a sua ação nas obras sociais de caridade, o cultivo daquelas qualidades com que ela deve cooperar com o outro sexo na construção da pátria e na ligação harmônica do sentimento

---

<sup>2</sup> Outra vertente republicana foi a positivista, que assim como o liberalismo, defendia a ideia de um Estado capaz de administrar as diversidades. Os ideais positivistas alimentaram pensamentos anti-abolicionistas e anti-monárquicos, na busca pela consolidação da República. A filosofia positivista defendia a exclusão do modelo educacional religioso, visando atender as capacidades industriais e científicas da sociedade moderna, na perspectiva da ordem e do progresso nacional. (Carvalho e Carvalho, 2006).

<sup>3</sup> O higienismo é uma doutrina que nasce com o liberalismo, característico da primeira metade do século XIX, quando o governo começa a dar maior atenção à saúde da população. Considerava-se que a doença era um fenômeno social que abarcava todos os aspectos da vida humana, por isso a necessidade de manter determinadas condições de salubridade, tratamento da água, dos esgotos, iluminação nas ruas, visando, enfim, o controle das epidemias. No Brasil, havia um aspecto especialmente preocupante para os higienistas, que era a formação do povo envolvendo o papel das raças e sua miscigenação, ou seja, uma espécie de higiene da raça. (Junior e Lovisolo, 2005)

da pátria com o sentimento da fraternidade universal. Os excertos que visarem à educação das crianças do sexo masculino procurarão enaltecer aquela têmpera de caráter, a força de vontade, a coragem, a compreensão do dever, que fazem os grandes homens de ação, os heróis da vida civil e militar, e esses outros elementos, mais obscuros, porém não menos úteis à sociedade e à nação, que são os bons chefes de família e os homens de trabalho, justos e de bem. (SCHWARTZMAN, BOMENY E COSTA, 2000, p. 125).

Permanecia, então, o discurso de que as mulheres deveriam ser educadas visando o acesso a boas colocações, tanto como boas donas-de-casa, quanto como mães de família.

Devem ser os homens educados de modo a que se tornem plenamente aptos para a responsabilidade de chefes de família. Às mulheres será dada uma educação que as torne afeiçoadas ao casamento, desejosa da maternidade, competentes para a criação dos filhos e capazes da administração da casa. (SCHWARTZMAN, BOMENY E COSTA, 2000, p. 128).

No Brasil, como também em diversos outros lugares, foi frequente a crença em uma natureza feminina que garantiria às mulheres seu lugar como “donas do lar”, com a predestinação para casamento e filhos. Partindo deste princípio, seria lógico imaginar que não haveria espaço para a mulher em outro lugar que não fosse a casa, aos cuidados do marido e criação dos filhos, assim como para os homens o lugar ser pertencente às ruas e ao mundo do trabalho, na busca por cumprir suas obrigações que se resumem no sustento casa, da mulher e dos filhos. Os papéis pré-definidos ao marido e à mulher seriam complementares, mas jamais com direitos iguais.

A imagem da mãe-esposa-dona de casa como a principal e mais importante função da mulher correspondia àquilo que era pregado pela Igreja, ensinado por médicos e juristas, legitimado pelo Estado e divulgado pela imprensa. Mais que isso, tal representação acabou por recobrir o ser mulher – e a sua relação com as suas obrigações passou a ser medida e avaliada pelas prescrições do dever ser. (MALUF e MOTT, 1998, p. 375).

Já no século XIX e, principalmente, no século XX, vagarosamente as mulheres começaram a quebrar determinados padrões, ainda que houvesse inúmeras distinções entre as posições do homem e da mulher perante a sociedade. A mulher moderna se mostrou capaz de realizar tarefas difíceis antes retiradas de sua participação. Mas ainda que tenha aumentado a participação feminina em

diversos setores sociais, inclusive no mercado de trabalho, devemos ressaltar que ela ainda era instruída e formada para o casamento, preparada para a vida do lar, enquanto o homem recebia preparação para uma vida voltada para os cuidados financeiros e também para a vida militar.

Vejamos a tabela abaixo, com dados sobre as ocupações da população brasileira no ano de 1920:

<b>TABELA 1 - OCUPAÇÕES DA POPULAÇÃO NO ANO DE 1920</b>			
<b>Ocupações</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Componente feminina (%)<sup>4</sup></b>
Agricultura*	5.843.665	607.865	9,4
Indústria**	758.757	429.600	36,2
Capitalistas	27.384	13.406	32,9
Comércio	474.707	22.841	4,6
Transporte	249.879	3.708	1,5
Forças armadas e polícia	88.363	--	-
Religião	6.059	2.944	32,7
Profissões liberais***	107.634	51.474	32,4
Emprego e administração pública	94.487	3.225	3,3
Administração privada	37.303	2.864	7,1
Serviço doméstico	70.335	293.544	80,7
Mal definida ou desconhecida	369.911	46.657	11,2
Sem profissão****	7.314.334	13.713.659	65,2

\* Inclui pecuária, mineração e pesca;

\*\* Inclui artesãos e costureiras

\*\*\* Inclui parteiras e professoras;

\*\*\*\* Inclui os que não declararam profissão e os menores de idade.

FONTE: HAHNER, June Edith. Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850 – 1940. Florianópolis: Ed. Mulheres, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, p. 225 *apud* FREITAS (2011).

Ao analisar os dados expostos, busca-se, a partir das ocupações, indícios dos papéis desempenhados por mulheres e homens na sociedade da Primeira República. Destaca-se a enorme porcentagem para a componente feminina em serviços domésticos (num total de 80,7%), evidenciando que as mulheres, em sua maioria, eram educadas para atividades do lar. Também é considerável o índice de mulheres nas indústrias, incluindo as costureiras e artesãs.

<sup>4</sup> A componente feminina foi calculada a partir do número de mulheres em relação ao total obtido pela soma do número de homens e mulheres em cada ocupação. Por exemplo, na agricultura tem-se um total de 6.451.530 pessoas (soma de homens e mulheres). O número de mulheres nesta ocupação é de 607.865, representando 9.4% do total de 6.451.530.

No que diz respeito ao número de homens em relação às ocupações na década de 1920, observa-se maior proporção nos postos de trabalho fora de casa, na busca por retorno financeiro, como a agricultura, indústria e comércio

O período republicano, como já discutido anteriormente, foi caracterizado por anseios em se construir uma nação civilizada, rumo à ordem e ao progresso, com anseios para modernização do Brasil que visava superar as condições de atraso vistas em períodos anteriores. Neste contexto, as escolas profissionais seriam criadas como forma de atender à demanda de mão-de-obra para a industrialização, assim como o controle da população, com instrução visando a garantia de bons comportamentos sociais. Não é atoa que na década de 1920 diversas escolas, masculinas e femininas, foram criadas.

Ao fazer um panorama sobre o papel desempenhado pela mulher no decorrer da história do Brasil, de ponderar questões e debates sobre a educação, inclusive com apontamentos sobre o período republicano, no item a seguir será dada uma atenção especial à Primeira República e a educação vigente neste período, tendo em vista que a implementação da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha se deu em 1922 e o recorte temporal deste trabalho inicia-se nesta data e finda-se exatamente na passagem da década de 1920 para a de 1930, coincidentemente com o fim do período denominado República Velha Brasileira.

## **1.2 – A EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA**

No decorrer do século XIX, principalmente após a Independência do Brasil, em 1822, o país passou por mudanças, ao menos em relação aos discursos oficiais, na tentativa de se construir uma imagem que se distanciasse do colonialismo, do atraso, do primitivo e inculto, havendo necessidade de novas práticas sociais, de transformações modernas, ainda que aparentes.

Veiga (2011), ao debater sobre a escola entre o Império e a República, afirma a predominância de um discurso monárquico largamente associado à educação e civilização, enfatizando, inclusive, a necessidade da escolarização para meninas, sem restringir a frequência de negros e mestiços às instituições escolares, embora os escravos fossem proibidos de frequentar as escolas públicas. A política imperial direcionava-se à concepção de que a escola seria condição fundamental

para o cidadão romper com a mentalidade colonial e se preparar para um novo tempo, apesar da permanência da escravidão.

Com o advento da República houve mudanças no cenário sócio-político e econômico do Brasil. As elites cafeeiras, detentoras de grande parte do capital nacional, assim como de prestígio social, se esforçaram para propor uma nova imagem nacional, rompendo com o estigma de um país imperial, baseado na mão-de-obra escrava, alheio aos progressos de uma nação moderna. Há também, neste período, o crescimento da industrialização e conseqüente urbanização, com suas inúmeras inovações tecnológicas, marcadamente com influência elitista.

A industrialização brasileira, propiciada pela renda da produção cafeeira, ganhou mais evidência neste século, período na qual se consolidou. O processo industrial trouxe consigo novas camadas sociais, como a classe média e o operariado, integrando estas populações ao sistema produtivo nacional. Segundo Nagle (2001), esta abertura ao processo industrial e a alteração no processo produtivo seriam a explicação de novas orientações ideológicas, como o nacionalismo, o catolicismo, o tenentismo, ideologias educacionais, entre outras.

Neste período, muitos intelectuais (como o grupo pertencente à Associação Brasileira de Educação e membros da Semana de Artes Modernas), insatisfeitos com o direcionamento republicano e com o domínio das elites agrárias, dedicaram-se a reflexões sobre a sociedade brasileira, na tentativa de superar o atraso do país. Surgem, então, os discursos nacionalistas, defendendo a necessidade de criar um sentimento de nacionalidade e pertencimento à população, além de um plano educacional que conseguisse superar o alto índice de analfabetismo, considerado o grande entrave do progresso brasileiro.

Outro processo que marcou a sociedade no século XX foi a urbanização, que aparece atrelada à industrialização. Segundo Nagle (2001), que comparou a população urbana em relação à população total brasileira, entre o período de 1890 a 1920,

Os dados censitários obtidos nas duas datas revelam que a população urbana passou de pouco mais de 1.200.000 – a população total em 1890 era de 14.300.000 – para pouco mais de 3 milhões – a população total em 1920 era de aproximadamente 30.600.000 – embora, nesses dois momentos, a relação entre população urbana e a total tenha permanecido praticamente a mesma. O que deve ser salientado, no momento, é o incremento da população urbana no espaço de trinta anos, que foi da ordem de

duas vezes e meia; tudo leva a crer que tal incremento tenha sido superior entre 1920 e 1929. (NAGLE, 2001, p. 38,39).

O processo de escolarização não ficou alheio às transformações econômicas, políticas, sociais e culturais de um Brasil que antes era predominantemente agrário e que, na virada do século XIX para o XX, começou a ter um perfil urbano-industrial. Neste momento, surgem ideias e movimentos político-sociais evidenciando a preocupação em modificar os padrões da sociedade, sobretudo no que refere às instituições escolares. O intuito era aumentar a instrução da população e avançar rumo à modernidade, além de garantir a ordem social.

Barros (2003) chama atenção para a permanência do analfabetismo e do trabalho infantil, excluindo grande parte da população dos anseios de aumento da escolarização característicos do período. Segundo o autor, trata-se de um projeto de modernidade excludente, pois a desigualdade ao acesso escolar ainda era evidente.

Em 1908, a maioria da população em idade escolar – cerca de 80% ou, aproximadamente, 150 mil crianças, entre 7 e 15 anos -, encontra-se empregada nas fábricas têxteis, nas tipografias ou em serviços urbanos, com jornadas que alcançavam, em média, 12 horas. Não é surpreendente que nesse período, sobre uma população de aproximadamente 810 mil habitantes, pouco mais da metade não soubesse ler e escrever (BARROS, 2003, p. 304).

Velloso (2003) também compartilha desta ideia, afirmando que havia um fosso entre o Estado e a sociedade, pois as elites políticas não incluíram as camadas populares à democracia, caracterizando, assim, uma modernidade excludente, sobretudo para os mestiços e negros. “A adoção de práticas democráticas mostrou-se problemática: a civilização não implicava democratização mas antes o reforço dos ideais aristocratizantes.” (VELLOSO, 2003, p. 362).

Ainda que o projeto de modernidade tenha sido excludente, ficava evidente nas ideias dos intelectuais e nos discursos políticos a necessidade de progresso, a idealização de formar um cidadão cívico e moral a partir da escolarização, sendo que o analfabetismo era considerado um dos grandes entraves ao avanço do país. A escola era pensada pelos intelectuais dos anos 20 como solução para os problemas da República Brasileira.

Regenerar as populações brasileiras, núcleo da nacionalidade, tornando-as saudáveis, disciplinadas e produtivas, eis o que se esperava da educação, erigida nesse imaginário em causa cívica de

redenção nacional. Regenerar o brasileiro era dívida republicana a ser resgatada pelas novas gerações. (CARVALHO, 2003, p. 14).

Magaldi (2003), ao retratar a questão da educação na República, também afirma a necessidade educacional, entendida na época como caminho para superação dos problemas nacionais.

Nesse panorama, em que discursos nacionalistas se expressam por intermédio de vertentes e de tonalidades variadas, um dos meios assinalados como dos mais importantes na afirmação da nação em bases modernas foi o da educação. Através desse caminho a ser trilhado sob a condução privilegiada da instituição escolar, seria solucionado aquele que era visto como um dos principais “males” do país e um dos mais identificados a uma realidade atrasada a ser superada: o analfabetismo. (MAGALDI, 2003, p. 421).

Aparece então o que Nagle (2001) determina como entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico, que tinham como principais núcleos o esforço em disseminar o ensino técnico-profissional e ampliar a influência da escola primária integral, no intuito de aumentar o nível de formação das massas populares e modificar padrões de culturas tradicionais da sociedade brasileira.

O entusiasmo pela educação seria definido pela importância atribuída à educação, na tentativa de superação de todos os problemas nacionais. Já o otimismo pedagógico seria a crença no poder da educação, definindo uma nova pedagogia, que enfatizaria a formação do homem novo. Apesar de não priorizar a distinção cronológica entre o entusiasmo e o otimismo pedagógico, o autor distingue os dois movimentos. O entusiasmo se antecipa cronologicamente ao otimismo pedagógico.

De um lado, existe a crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional, e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo; de outro lado, existe a crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicam o caminho para a verdadeira formação do novo homem brasileiro (escolanovismo). A partir de determinado momento, as formulações se integram: da proclamação de que o Brasil, especialmente no decênio da década de 1920, vive uma hora decisiva, que está exigindo outros padrões de relações e de convivências humanas, imediatamente decorre a crença na possibilidade de reformar a sociedade pela reforma do homem, para o que a escolarização tem um papel insubstituível, pois é

interpretada como o mais decisivo instrumento de aceleração histórica. (NAGLE, 2001, p. 134).

A modernidade que se almejou construir no Brasil fundamentou-se na busca pela identidade nacional, resgatando sua cultura e tradição. Diversos movimentos de intelectuais articularam ideias para construção de um Brasil mais moderno, com integração nacional, como o caso dos intelectuais renovadores. Vejamos,

A missão pensada e concebida pelos intelectuais renovadores indetificava-se com o ideário de construção de um país moderno onde a modernização vislumbrada só seria possível com a urbanização e industrialização do país, o que exigia o repensar da cidade e de suas relações instituídas. Com o advento do surto de industrialização, o discurso do culto ao trabalho e à educação aprofundou-se como questão de crucial importância, uma vez que só pelo trabalho e pela educação se alcançaria a civilização. (CAMARA, 2003, p. 401).

Visão esta demonstrada também por Carvalho (1989), quando afirma que projetos de intervenção sociais visavam sanar os problemas do Brasil por meio de construção de um novo país, de um novo homem. Para tal, era preciso regenerá-lo, tornando-o saudável, disciplinado, produtivo e educado. A educação seria o caminho para construção e redenção nacional.

Já Veiga (2001) traz algumas reflexões sobre as políticas educacionais em virtude das tensões entre as esferas nacionais e estaduais. Segundo a autora, a República Brasileira não apresentava um projeto nacional de educação que propiciasse a democracia, necessitando, assim de questionamentos sobre a federalização das políticas de educação no país.

Fica claro que emergia em ideais republicanos a necessidade de se criar um sentimento de nacionalidade por parte dos brasileiros, na tentativa de superar barreiras educacionais oriundas do federalismo. A própria questão educacional era vista como empecilho ao avanço, pois os Estados tinham autonomia para tratar de sua população e de sua educação, de acordo com circunstâncias locais.

Pelos debates do período, observa-se que o amadurecimento da ideia sobre a importância de um projeto de educação nacional, unificador das diferenças regionais e impulsionador de um sentimento de pertença nacional, se faz concomitante com o desenrolar da experiência republicana. (VEIGA, 2001, p. 145).

A expansão do sentimento de nacionalidade não foi tarefa simples e encontrou muitos empecilhos. Federalização juntamente com o clientelismo e o coronelismo foram alguns destes elementos que dificultaram a elaboração de projetos nacionais que alcançassem de fato o interesse público<sup>5</sup>.

Há de se indagar sobre a opção pela federalização das políticas de educação popular nos anos iniciais da República. Parto da preposição de que nos primórdios da República o modo de organizar o ensino e de escolarizar o povo se apresentou inicialmente como um problema da política estadual e local e não nacional. Minha hipótese é de que esse fato se relaciona à permanência das práticas clientelísticas presentes desde o Império; assim, delegar as políticas da escola primária aos estados contribuiria para fortalecer o federalismo, proporcionando visibilidade e legitimidade aos atos das elites locais. (Idem, p. 147).

Schueler e Magaldi (2008) também problematizam a atenção dada à educação no período republicano, tida como “marco zero, lugar de origem da escolarização elementar e das políticas de institucionalização, disseminação e democratização da educação escolar no Brasil.” (Schueler e Magaldi, 2008, p. 33). O processo educacional republicano muitas vezes é evidenciado, silenciando o passado colonial e imperial. Por isso a necessidade de ponderação, pois, segundo as autoras, o período republicano, na verdade, foi marcado por um suposto fracasso no que diz respeito à educação.

(...) Algumas análises contribuiriam para a afirmação e atualização de uma memória de desalento e decepção causados pelo suposto fracasso e/ou omissão do regime republicano no âmbito educacional

---

<sup>5</sup> Segundo (CARVALHO, 1997), o conceito de coronelismo refere-se a um sistema político operante em âmbito nacional, uma rede de relações bastante complexa, alicerçada em barganhas entre o governo e os chefes políticos locais, os “coronéis”, a partir de compromissos recíprocos. Para tal, verifica-se um fato político - o federalismo implantado pela República em substituição ao centralismo imperial, criando assim a figura do governador de Estado, com amplos poderes políticos – e uma conjuntura econômica – a decadência econômica dos fazendeiros, acarretando um enfraquecimento do poder político dos coronéis. Neste jogo de relações de poder, baseado em trocas de favores e benefícios, o Estado garantia aos coronéis o controle dos cargos públicos (do delegado à professora primária), além de auxílio financeiro e, em troca, os chefes locais garantiam ao poder central o apoio necessário para vencer as eleições, a partir do controle do “voto de cabresto”.

O conceito de clientelismo se apresenta como um fenômeno bem mais amplo do que o coronelismo, com as relações entre atores políticos envolvendo concessões de benefícios públicos - empregos, benefícios fiscais, isenções – em troca de apoio político, principalmente na forma de voto, elementos que por vezes se encontram nas relações entre coronéis, governador do estado e presidente. O clientelismo também se faz presente por um período muito além do coronelismo, passando toda a história política do país.

– memória que (re) inventa a ideia de uma *República que não foi*, que não cumpriu suas promessas de extensão de direitos de cidadania, que não se tornou efetivamente uma *res publica*, uma *coisa de todos*, com um *governo para e por todos*; aquela que permanece, ainda hoje, inconclusa, inacabada. (Idem, ps.33,34, grifo das autoras).

O intuito em expor estes debates e críticas acerca do projeto educacional da Primeira República Brasileira não seria o de negar o esforço rumo ao progresso e à ordem do país, na busca pela nacionalidade de seu povo. Na verdade, busca-se apenas a reflexão sobre a real dimensão dos esforços para o acesso ao ambiente escolar, para a superação do atraso e implementação da democracia.

Um demonstrativo de que a educação fazia parte dos anseios republicanos foi a criação da ABE (Associação Brasileira de Educação), fundada no Rio de Janeiro em 1924, projetada como organização nacional. “Para os entusiastas da educação que nela se aglutinaram, era preciso combater o “fetichismo da alfabetização intensiva”, valorizando-se o que se entendia por “educação integral””. (CARVALHO, 2003, p. 36). Nesta perspectiva, o anseio era por conectar arte, cultura, educação, saúde e trabalho. Não cabia mais à escola apenas a função de alfabetizar, mas sim de formar caráter, moral, saúde, estética e consciência, integrando alfabetização, civilização e moralização.

A partir de 1927 a ABE passou a realizar Conferências Nacionais para debates sobre questões educacionais em todo o Brasil. Debateu-se muito sobre a questão do analfabetismo, não sendo visto por seus integrantes como único culpado pelo atraso do país. O intuito era de uma formação educacional para as massas populares baseada na moral, na higiene e na economia, priorizando a organização do trabalho. E, segundo Carvalho (2003), “as Conferências Nacionais não foram somente instâncias de debate, mas eventos que funcionaram como propaganda da causa educacional.” (CARVALHO, 2003, p. 47).

A ABE se correlacionava com o entusiasmo pedagógico, sendo diretamente influenciada pelo movimento, assim como passou a funcionar como principal forma de disseminação do mesmo. A Associação dava grande importância à educação como resolução para os problemas nacionais, no anseio da Ordem e do Progresso.

Uma das mais significativas formas do padrão de pensamento educacional, na década de 1920, foi a de considerar a escolarização como o problema vital, pois da solução dele dependeria o encaminhamento adequado dos demais problemas da nacionalidade.

A escolarização é o instrumento do progresso histórico, eis a afirmação tornada princípio inquestionável. Isso não significa que não fossem percebidas muitas outras questões: era impossível deixar de perceber os problemas de natureza política, econômica e social que caracterizavam de maneira tão profunda o terceiro decênio do século XX e colocavam o país em situação de “crise”. E não deixaram de ser percebidos. A literatura educacional da época mostra que, pelo menos na sua manifestação mais superficial, tais problemas eram identificados e, às vezes, discutidos; no entanto, perdiam a primazia para os problemas especificamente educacionais, desde que na solução destes se encontrava a chave para resolver aqueles. O fenômeno da oligarquização da sociedade brasileira, por exemplo, era conhecido dos “educadores”, bem como as dificuldades da situação econômico-financeira e os empecilhos para o desenvolvimento de uma sociedade aberta. No entanto, eram problemas derivados da incultura reinante no país. As oligarquias deveriam ser combatidas pelo esclarecimento que a escolarização proporciona: o sistema oligárquico se fundamenta na ignorância popular, de maneira que só a instrução pode superar este estado, e, por consequência, destruir aqueles tipos de formação social (NAGLE, 2001, p. 145).

Segundo Nagle (2001), parte das dificuldades econômicas e financeiras era propiciada pela falta de patriotismo e cultura “prática”, podendo ser adquiridos através do ensino técnico. Verifica-se também um país em que a maioria dos pobres ficava alheia ao sistema educacional. Em virtude disso que vários discursos enfatizavam a necessidade de ampliar o acesso ao ensino, sobretudo privilegiando o ensino primário, o normal e o técnico, aumentando assim, o número de pessoas capazes de atender à demanda de mão-de-obra para as indústrias existentes no período de modernização do Brasil.

Dessa forma, o entusiasmo pela educação significava, também, uma tendência para reestruturar os padrões de educação e cultura existentes; portanto, não significava simplesmente difusão do modelo predominante. O que importava era disseminar a escolarização em primeiro lugar; às vezes, e de forma lateral, ampliava-se o temário da disseminação do ensino, se bem que, nesses casos, o que se propunha eram ainda questões um tanto vagas ou imprecisas. Por exemplo, falou-se muito na feição mais prática da civilização moderna, e na necessidade de a escolarização ser proposta em termos práticos, isto é, sob a forma de educação profissional. Ou por outra, assentou-se o princípio de que a escolarização tem valor quando transforma o indivíduo em parte ativa do progresso nacional ou da prosperidade pública. Evidentemente, tal posição implicava uma crítica à mentalidade formada nas escolas brasileiras, onde se ministrava um ensino formalista, preso à cultura clássica, que poderia embelezar o espírito, mas não transformava as criaturas em forças propulsoras da riqueza nacional. (NAGLE, 2001, p. 148).

Os anseios pela modernidade e progresso da sociedade republicana se traduziam em avanços educacionais, em superação do atraso através da educação, inclusive na preocupação com o ensino profissional, com a formação de mão-de-obra. O princípio de nacionalidade adviria da educação para o trabalho e a função das escolas profissionais não seria apenas para suprir a demanda da modernização e industrialização, mas também com o civilizar as camadas populares, dando noções de moral, bons costumes, higiene e cultura nacional. Digamos que formaria um “cidadão útil” para a sociedade.

Feitas todas estas considerações sobre o histórico papel da mulher na sociedade brasileira, sua inserção no meio educacional e também a educação na Primeira República, vejamos a seguir, com mais profundidade, o histórico do Ensino Profissional no Brasil.

### **1.3 – A PROFISSIONALIZAÇÃO DO ENSINO NO BRASIL E O ENSINO PROFISSIONAL FEMININO**

O Ensino Profissional no Brasil tem sido abordado por alguns pesquisadores que, em geral, estabelecem as relações entre modernidade, profissionalização e educação.

Assim, a relação que se estabelece entre a educação, sociedade e tecnologia, passa a incluir o mundo do trabalho na escola. Apesar de predominar ainda, de forma geral na Europa e também no Brasil do século XIX a escola “livresca”, iniciou-se um movimento de ampliação da educação escolar, paralelo ao progresso industrial e ao desenvolvimento da nova aprendizagem profissional (CARDOSO, 2009, p.122).

Observando a trajetória da educação profissional brasileira, como fez Santos (2003) ao analisar o ensino profissional desde a colônia até o período republicano no Brasil, pode-se identificar o preconceito em relação aos trabalhos manuais, remetidos à condição dos escravos. A sociedade partia do pressuposto que caberia aos brancos o *status* de não pertencer ao grupo dos trabalhadores, característicos do sistema escravista. A própria aprendizagem dos ofícios no período colonial, feita através das Corporações de Ofícios, explicitava o caráter discriminatório presente no Brasil. Segundo Santos (2003),

Ao contrário do que ocorreu na Europa, as Corporações de Ofícios no Brasil, instituídas em pleno período colonial, possuíam rigorosas

normas de funcionamento, que contavam, inclusive, com o apoio das Câmaras Municipais para dificultar ao máximo, ou até mesmo impedir, como era o caso de algumas delas, o ingresso de escravos. Na realidade, ao dificultar, ou mesmo quase interditar, o acesso de negros e mulatos, as Corporações de Ofícios no Brasil incorporaram o processo discriminatório que permeava a sociedade brasileira. (...) Os requisitos para a admissão de aprendizes nas Corporações de Ofícios contribuíram para aprofundar ainda mais o caráter pejorativo que caracterizava determinadas ocupações ao reforçar, de forma subjetiva, o embranquecimento dos ofícios, na medida em que os homens brancos e livres procuraram preservar para si algumas atividades manuais. (SANTOS, 2003, p. 206).

Apesar de o país já possuir as corporações voltadas ao ensino de ofícios, não se pode declarar que havia uma mentalidade voltada para a educação do povo.

No século XVIII, o modelo predominante na economia da colônia brasileira era o agroexportador, tendo em voga o pacto colonial feito com a metrópole portuguesa. Este modelo impedia os colonos de implantarem estabelecimentos industriais. Arelado a isso se tem o forte impacto no ensino das profissões, pois sem demanda não havia a necessidade de mão-de-obra para o ramo industrial. Aos escravos cabia o trabalho braçal e aos homens livres o comando das fazendas.

Ressalta-se, dentro destas ideias propostas, que não se trata de menosprezar a existência da complexidade social brasileira, com organização além de homens brancos, donos de fazendas, e escravos comandados por eles. O intuito aqui é apenas demonstrar que havia uma predominância do ruralismo, que o ofício dos brasileiros era mais voltado ao cultivo de gêneros agrícolas ou extração de ouro, do que industrial.

Somente com a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, no início do século XIX, é que pode-se identificar um avanço no processo industrial, sendo permitida a abertura de novas fábricas, o que inaugurou uma nova era no setor de aprendizagem profissional. A questão agora era resolver o problema da falta de mão-de-obra para trabalhar nas fábricas, uma vez que a ação discriminatória gerava recusa de determinados grupos sociais em desempenhar alguns ofícios. O recurso, então, foi ensinar os ofícios aos órfãos e desvalidos.

Cunha (2000) afirma que no período imperial as instituições estatais voltavam-se para a formação compulsória da força de trabalho manufatureira a partir dos desvalidos, como uma forma de formar mão-de-obra e controlar a população.

Menciona também as iniciativas particulares, no intuito de aperfeiçoar trabalhadores livres.

No período do Império, tanto as iniciativas do Estado voltadas para o ensino de ofícios, quanto as das sociedades civis, eram legitimadas por ideologias que pretendiam: a) imprimir a motivação para o trabalho; b) evitar o desenvolvimento de ideias contrárias à ordem política, de modo a não se repetirem no Brasil as agitações que ocorriam na Europa; c) propiciar a instalação de fábricas que se beneficiariam da existência de uma oferta de força de trabalho qualificada, motivada e ordeira; e d) favorecer os próprios trabalhadores, que passariam a receber salários mais elevados, na medida dos ganhos de qualificação. (CUNHA, 2000, p.92).

Em 1826 houve uma ação concreta para dar organização à aprendizagem de ofícios, com a apresentação do Projeto de Lei sobre a Instrução Pública no Império Brasileiro.

O objetivo desse Projeto de Lei seria o de estruturar o conjunto dos vários graus de ensino no país, e os estabelecimentos por eles responsáveis estariam divididos em quatro níveis e seriam denominados: Pedagogias, destinados ao primeiro grau; Liceus, utilizados para o segundo grau; Ginásios, encarregados de transmitir conhecimentos relativos ao terceiro grau; e, por fim, as Academias, responsabilizadas pelo ensino superior. Após um ano de debates, o Projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados em 1827, com a inclusão e a obrigatoriedade, por parte das meninas, de aprendizagem de costura e bordado, sendo que nos Liceus os alunos aprenderiam o desenho, necessários às artes e aos ofícios. (SANTOS, 2003, p.209).

No decorrer do século XIX, contudo, o número de escolas públicas oficiais, assim como o número de alunos que as frequentavam, era muito restrito. Em se tratando especificamente da Província do Rio de Janeiro, Fonseca (1961) afirma,

Em 1838 existiam, apenas, 21 escolas públicas oficiais, masculinas, frequentadas por somente 599 alunos. Em 1839, as escolas baixavam a 18, porém as matrículas subiam a 853, e no ano seguinte, em 1840, eram 17 estabelecimentos com 967 alunos. Além destas, existiam, no último ano a que nos referimos, 6 escolas primárias femininas, com 187 alunos. Era pouco, muito pouco, para uma população de cerca de 430.000 almas, que era a quanto montava a avaliação demográfica, feita em 1840, para a Província do Rio de Janeiro. (FONSECA, 1961, p. 181).

Em fins do mesmo século muitas instituições direcionadas para crianças desvalidas se transformaram em institutos profissionais femininos ou masculinos. Precisou-se de muito tempo para que a mentalidade relativa à necessidade de educação voltada para o ensino de ofícios se concretizasse na forma de escolas profissionais. Cardoso (2009) também reforça esta ideia ao apontar que “a formação profissional tinha a característica de ser mais prática e destinada às classes populares” (CARDOSO, 2009, p. 126). Ressalta também que mais do que preocupar-se em qualificar a mão-de-obra para os trabalhos industriais, havia preocupação em proteger a sociedade contra a desordem que os desvalidos poderiam propiciar.

Segundo Fonseca (1961), a abolição da escravatura e a implantação do regime republicano foram os grandes fatores que impulsionaram, ainda que indiretamente, as iniciativas manufatureiras e, com isso, também o ensino profissional. Vejamos,

As escolas profissionais salesianas constituíram durante o período do Império, na Província do Rio de Janeiro, a única realização de ordem concreta no campo de ensino de ofícios. Mais cinco anos, e a República viria mudar o panorama da economia fluminense. Encontrando a velha Província, em 1889, com poucos estabelecimentos industriais, faria subir rapidamente aquele número, elevando-o a 454 em 1920. E aumentar a quantidade de fábricas e oficinas era criar a necessidade de mais ensino profissional, que não tivera, até então, campo para expansão. A riqueza sempre fôra baseada nas plantações de café, que constituíam a principal fonte de receita fluminense. Com a abolição da escravatura em 1888, e a República logo a seguir, os capitais se foram voltando para as iniciativas manufatureiras e abandonando, pouco a pouco, a agricultura. (FONSECA, 1961, p. 184).

No período inicial da República Brasileira houve um aumento de empreendimentos na educação profissionalizante, embora, de acordo com Veiga (2007), este número tenha se acentuado somente na década de 1940.

De acordo com Cunha (2000), os positivistas foram responsáveis pela primeira manifestação sobre a formação da força de trabalho, sobretudo a aprendizagem de ofícios manufatureiros, no regime republicano.

Logo após a proclamação da República, ainda em dezembro de 1889, Raimundo Teixeira Mendes, um dos principais dirigentes do Apostolado Positivista, entregou ao “cidadão ministro da guerra”

Benjamin Constant um memorial em nome de cerca de 400 operários das oficinas do governo no Rio de Janeiro. Ele continha todo um plano, calcado no positivismo de Augusto Comte, para “incorporar à sociedade o proletariado a serviço da República”, como modelo a ser seguido por todos os empregadores. Propunha medidas como o estabelecimento do salário mínimo, a remuneração adicional em função da produtividade, o descanso semanal, as férias remuneradas, a aposentadoria, a redução da jornada de trabalho para sete horas, as licenças para tratamento de saúde, a regulamentação da aprendizagem de ofícios, e outras. O memorial faz referência a dois problemas de ordem geral, que afetariam a sociedade como um todo. Primeiro, as necessidades da produção, em particular a crescente demanda da indústria moderna que “vai exigindo do proletário cada vez maior instrução para bem manejar as máquinas”. Segundo, as necessidades do Estado, que, “exigindo que cada cidadão cumpra espontaneamente o seu dever, vão impondo a cada um maior grau de moralidade e de instrução para a prática e o conhecimento do mesmo dever”. (CUNHA, 2000, p. 92).

Ainda que as ideias do memorial não tenham sido postas em prática pelo governo, acabaram por influenciar medidas em relação ao ensino profissionalizante no Brasil. O que se podia verificar mediante os anseios republicanos é o interesse pela formação de mão-de-obra para suprir a demanda da modernização e industrialização incipientes no país. Entretanto, segundo Cunha (2005), pudemos identificar que a escola profissional seguia ideais que perpassavam a formação de profissionais para suprir a demanda da industrialização e urbanização do Brasil. Em suas palavras,

A escola profissional teria finalidades muito mais amplas do que qualificar pobres para serem operários. Se a qualificação num ofício era procurada, as finalidades se ampliaram (...) e o ensino técnico-profissional terá por fim: a) ministrar o conhecimento e a prática de um ofício; b) elevar o nível moral e intelectual do operário; c) despertar e desenvolver-lhe a consciência de suas responsabilidades, como a consciência das bases científicas e da significação social de sua arte; d) alargar-lhe a visão técnica e artística; e) aperfeiçoar-lhe a técnica no sentido do maior rendimento do trabalho; e f) transformá-lo por esta maneira num elemento de progresso técnico nas oficinas e nas indústrias nacionais. (Cunha, 2005, P. 163).

Exatamente na República foram criadas as primeiras escolas profissionais masculinas oficiais no Estado do Rio de Janeiro: em Campos, Petrópolis, Niterói e Paraíba do Sul, com projeto de Nilo Peçanha, até então Presidente do Estado em questão, a partir do Decreto nº. 987, de 11 de setembro de 1906.

As cidades de Campos, Petrópolis, Niterói e Paraíba do Sul foram as escolhidas para suas sedes. As três primeiras ministrariam o ensino de Carpintaria, Marcenaria, Sapataria, Alfaiataria e outras artes e ofícios, enquanto a de Paraíba do Sul teria caráter agrícola. A de Campos, era intuito de Nilo Peçanha inaugurar ainda no correr do ano de 1906, tão logo estivessem prontas as obras de adaptação do prédio respectivo, enquanto as demais deveriam ser postas a funcionar em épocas que o governo designasse. Nessas escolas profissionais o ensino de ofício deveria ser feito durante o dia, havendo um curso noturno de primeiras letras para os seus alunos. O decreto previa que as escolas fornecessem calçado e roupa ao Corpo Militar do Estado, à Detenção, à Colônia Agrícola de Alienados e à Penitenciária, assim como o mobiliário para escolas e repartições públicas. (FONSECA, 1961, p. 185).

Segundo o livro de Decretos não sancionados, estas escolas não saíram do papel.

De acordo com Cunha (2000), em 1909, com o surto da industrialização, o Brasil passou por greves de operários, não sendo apenas numerosas, mas também articuladas, umas categorias paralisando o trabalho em solidariedade a outras, lideradas pelas correntes anarco-sindicalistas.

Neste contexto, o ensino profissional foi visto pelas classes dirigentes como um antídoto contra a “inoculação de idéias exóticas” no proletariado brasileiro pelos imigrantes estrangeiros, que constituíam boa parte do operariado. Embora eufemística, a justificativa ao decreto de criação das escolas de aprendizes artífices anunciava esses objetivos ideológicos: O aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; [...] para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime. (CUNHA, 2000, p.94).

O Decreto citado acima é nº. 7.566, promulgado por Nilo Peçanha, criando em cada capital de Estado, uma Escola de Aprendizes e Artífices. Segundo Veiga (2007),

Em decreto de 23/11/1909, na curta presidência de Nilo Peçanha (1909 – 1910) foram criadas nas capitais dos estados escolas de aprendizes e artífices para o ensino profissional primário gratuito. A argumentação do presidente incidia sobre o crescimento da população proletária das cidades, a necessidade de formação de hábitos para o trabalho e de preparar cidadãos úteis para a nação. A escola era destinada para meninos entre 10 e 13 anos e nela

deveriam ser oferecidos, com frequência obrigatória, curso primário para aqueles que não soubessem ler, escrever e contar, e aula de desenho, em turnos diurno e noturno. (VEIGA, 2007, p.251).

Por questões políticas, a Escola de Aprendizes e Artífices do Estado do Rio de Janeiro não pôde ser instalada em Niterói, tendo, então, a Câmara Municipal de Campos oferecido ao Governo Federal, através da Deliberação nº 14, de 13 de outubro de 1909, um prédio para instalação da devida Escola.

Em geral, os esforços do governo federal, relativos ao ensino profissional, eram voltados especialmente ao público masculino, alvo dessas instituições criadas em 1909. As iniciativas referentes à educação profissional feminina só eram encontradas em âmbito estadual e em momento posterior.

Bonato (2001), ao estudar as escolas de formação profissional para o sexo feminino no Distrito Federal, em especial a Escola Profissional Paulo de Frontin (1919), afirma que o objetivo das escolas profissionais era “formar moças prendadas, para o lar e para o trabalho, em caso de necessidade.” (BONATO, 2001, p. 1). Afirma também que a escola profissional era destinada à formação de moças pobres, sendo consolidada, ao longo do tempo, como formadora de mão-de-obra feminina que serve ao lar, à indústria e ao comércio.

Em relação à classe social dos alunos das escolas profissionais parece consenso, principalmente em relação às escolas masculinas, que o público alvo destas instituições era formado por pobres. Nas escolas femininas também verificava-se esta tendência, mas Freitas (2011) pondera que é muito arriscado visualizar o ensino profissional como apenas restrito às mulheres pobres, pois se incorreria numa explicação generalizada acerca da figura feminina profissionalizada. Para a autora, não é possível traçar um único perfil que identifique uniformemente as mulheres, especialmente aquelas que desfrutavam desse ensino de orientação útil ao mundo do trabalho e que posteriormente adentravam aos postos profissionais.

Apesar de a autora focar seus estudos para uma escola do sul do país, a Escola Profissional Feminina de Curitiba, não sendo, portanto, o foco específico deste trabalho, suas considerações acerca da profissionalização do ensino e das escolas profissionais femininas ampliam bastante o campo de visão sobre os temas aqui propostos. De acordo com a mesma,

Acerca do público a demonstrar interesse em matricular-se na Escola Profissional Feminina de Curitiba, este circula pelas camadas mais pobres da população, que encontraria nos aprendizados o caminho da especialização e, posteriormente, a aplicação de suas habilidades em postos de trabalho. No entanto, algumas meninas de classe média poderiam vir a se interessar também pelas seções da escola, já que serviriam para ocuparem-se de aprender em instituição de educação formal as prendas manuais e conhecimentos de economia doméstica para administrarem melhor seus lares. [...] O que é possível de se afirmar é que a instrução aspirada pelas camadas superiores para a educação de suas filhas, que visava introduzi-las às técnicas elementares de cultura, não condizia com o que a Escola Profissional oferecia, portanto, esse estrato da população não seria atingido pela instituição. (FREITAS, 2011, ps. 74, 75).

Voltando à obra de Bonato (2001), salienta-se a importância do movimento feminista, organizado pela Federação Brasileira em prol do Progresso Feminino, para o ensino profissional voltado às mulheres, o qual defendia um ideário de educação referente à formação das mulheres para atuarem na sociedade. Uma das preocupações vigentes se relacionava à educação profissional. Destaca-se, portanto, como ponto culminante de sua atuação, a Conferência pelo Progresso Feminino, realizada em 1922, no Rio de Janeiro.

Segundo a autora,

A Conferência pelo Progresso Feminino organizada pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em 1922, no Rio de Janeiro, como reflexo de parte do pensamento do movimento feminista que se instalava no Brasil, trazia algumas questões sobre a formação profissional para mulheres, que cabe aqui destacar. Na “Comissão de Educação e Instrução”, que contava com a participação de Carneiro Leão, como Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, colocava a preocupação com as profissões no comércio exercidas majoritariamente por mulheres e com a formação dada pelas escolas de Comércio; o aumento da oferta dessa mão de obra poderia levar a um rebaixamento de salários de profissões como, por exemplo, de datilógrafa e de estenógrafa. No entanto, essas profissões femininas se apresentavam como alternativa à profissão de professora, abrindo um leque maior de opções para as mulheres. (BONATO, 2001, p. 2).

Fonseca (2000) descreve alguns aspectos do ensino profissional ao mencionar características de seu currículo. Ao retratar o curso geral, o autor diz que este se subdividia em dois: o de educação sistemática e o de educação doméstica. O primeiro compreendia os ensinamentos de Português; Instrução Moral e Cívica; Matemática – Aritmética, Álgebra e Geometria –; Física Experimental, Química e História Natural. Também havia Trabalhos Manuais, destinados exclusivamente às moças. No curso

de Educação Doméstica seriam ensinadas as artes domésticas, como cozinha, pastelaria e confeitaria, as artes aplicadas e a economia doméstica<sup>6</sup>.

Os estudos sobre o ensino profissional feminino indicam, então, o seu caráter formativo, com anseios de moralização e civilização das alunas. A instrução dada para a profissionalização do sexo feminino não visava somente formação de trabalhadoras para as fábricas, mas, sobretudo, um reforço de tarefas do lar.

Seguindo esta linha de pensamento, tenta-se responder um dos grandes questionamentos em relação à profissionalização do ensino para o caso feminino, pois me parece consenso que as escolas profissionais teriam sido criadas para atender à demanda de mão-de-obra voltada para industrialização, em virtude da modernização do Brasil. Contudo, nem sempre as moças formadas pelas escolas profissionais iriam trabalhar no setor fabril. De acordo com Camara (2003), que analisa as reformas de instrução pública e a educação profissional feminina no Distrito Federal na década de 1920, com a qual concordo com as afirmações,

*A reforma viabilizou as escolas profissionais femininas, a inserção de conhecimentos específicos com base nos quais as mulheres deveriam atuar na criação dos filhos e na sua constituição como elemento fundamental na estruturação da casa e da vida familiar. A ela não foi negado o lugar da profissionalização, desde que mantivesse circunscrita ao universo de trabalhos domésticos considerados próprios para as mulheres. Embora a reforma orientasse as escolas profissionais femininas a seguirem o modelo da indústria na organização do tempo das aulas e na produção de seus trabalhos, também identificou, como fundamental, a apropriação, pelas alunas dos conhecimentos sobre o processo de elaboração e produção de seu trabalho, permitindo-lhes desenvolver uma visão integral do mesmo. Esse fato nos possibilita repensar uma explicação corrente, na historiografia da educação, que insiste em atrelar de forma imediatista o projeto de educação desenvolvido pelos educadores na década de 20 à dimensão da fábrica, sem ponderar sobre os matizes dessa questão e sobre as articulações da escola com outros campos além do econômico. (CAMARA, 2003, p. 414; grifo meu).*

Enfim, a partir de considerações apontadas por diferentes autores acerca do ensino profissional brasileiro, na tentativa de se esclarecer um pouco sobre este tema, sobretudo no que diz respeito à educação profissional feminina, pode-se afirmar que o desenvolvimento do comércio, da indústria e da urbanização propiciou interesses no campo da educação, da aprendizagem escolar, com novas medidas

---

<sup>6</sup> Outro autor que apresenta alguns elementos do currículo das escolas profissionais no Estado do Rio de Janeiro é Fonseca (1961).

para a instrução popular e para o ensino profissionalizante. Estas medidas desencadearam um processo de formação dos trabalhadores necessários à indústria, legitimando iniciativas relacionadas ao ensino de ofícios, com o processo assumido pelo Estado: aos homens o ensino para trabalho nas indústrias e para as mulheres, o ensino voltado para atividades do lar ou no auxílio da renda familiar. O ensino profissional passou a ser associado, então, como elemento de progresso material e moral da sociedade, sendo bastante ligado ao discurso republicano do início do século XX, que elevava a nação brasileira a um futuro promissor, voltado para o progresso.

Ao associar ensino profissional ao progresso material e moral da sociedade, destacando anseios de ordem e progresso, considera-se importante retratar a cidade de Campos na virada do século XIX para o XX, suas características, a busca pela modernização e urbanização, para, em seguida, retratar o ensino profissionalizante (feminino) da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, instalada nesta cidade na década de 1920.

#### **1.4 - CAMPOS DOS GOYTACAZES: UMA CIDADE DO INTERIOR COM ANSEIOS DE MODERNIDADE**

Ao optar pela Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha como referência para o estudo sobre a profissionalização do ensino (feminino), não se pode desconsiderar a localidade em que foi instalada, a cidade da qual fez parte. Como o objetivo geral deste trabalho é analisar historicamente esta instituição de ensino, no período entre 1922 a 1930, considera-se relevante apresentar algumas características da cidade que a recebeu, dentro do período proposto, na tentativa de contextualizar a escola ao centro urbano em que foi inserida. Para tal, considera-se a obra de Alves (2009), tomada como referência neste trabalho ao analisar a cidade de Campos dos Goytacazes.

Campos exibia um progresso incomum. Se em 1835 o perímetro urbano mostrava-se ainda incipiente, com ruas estreitas, sem pavimentação, cheia de atoleiros e à míngua de iluminação pública, em 1880, a cidade possuía 130 casas de secos e molhados; 33 lojas de fazendas; 1 fábrica de cervejas; 11 hospedarias; 21 açougues; 12 padarias; 5 relojarias; 4 lojas de ourives; 6 oficinas de alfaiates; 2 chapelarias; 5 charutarias; 3 oficinas de fogos de artifícios; 2

fotógrafos; 3 fábricas de fundição mecânica; 5 serrarias, entre manuais e a vapor. Nas primeiras décadas do século XX, registrou-se, ainda, um aumento significativo de estabelecimentos comerciais. De acordo com dados obtidos, em 1917 os armazéns de secos e molhados atingiam 194; fazendas e chapéus, 50; botequins e cafés, 32; calçados e couros, 22; quitandas, 22; farmácias e drogarias, 17; lojas de ferragens, 14; charutarias e fumos, 9; armarinhos, 9; lojas de móveis, 8; hotéis, 7; açougues, 6; restaurantes, 6; ourivesaria, 3; casas de materiais de construção, 2; etc. Ao todo havia 403 casas comerciais agrupadas no centro da urbe (ALVES, 2009, p.39).

Por esta citação fica evidente o crescimento econômico de Campos, os anseios de modernização e progresso da cidade já na primeira metade do século XIX e, sobretudo, no início do XX. Também evidencia sua imagem urbanizada.

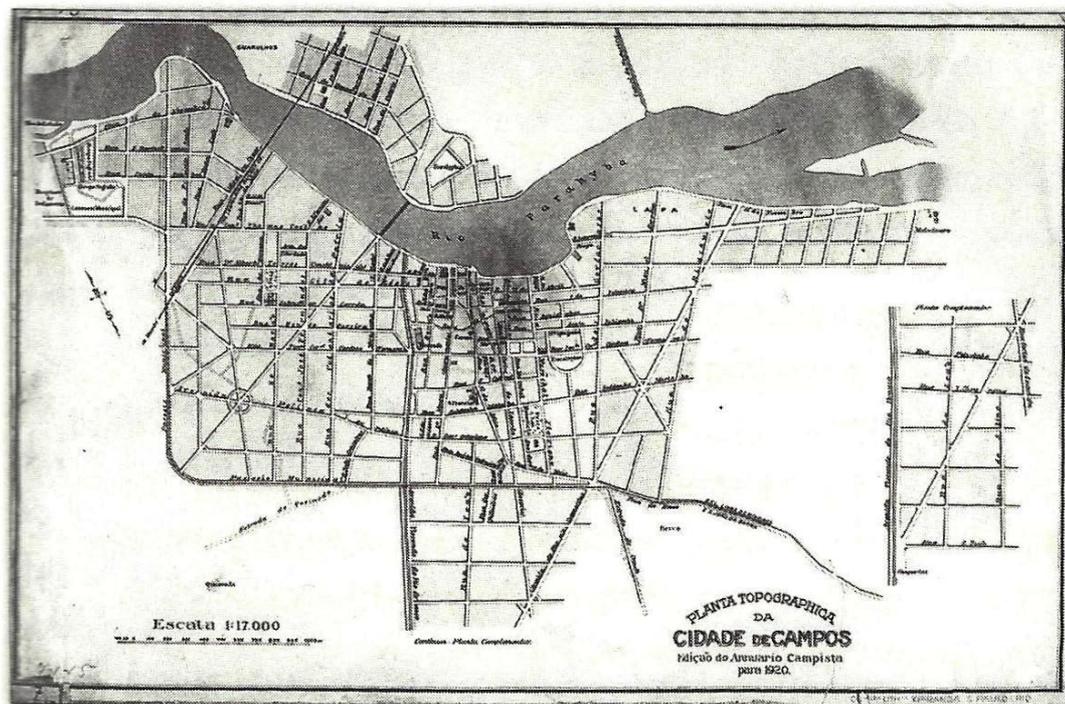
Ressalta-se, entretanto, segundo Alves (2009), que o processo de urbanização foi pautado em relações de modernidade aliados aos tradicionais grupos rurais detentores de poder político, econômico e social. Neste período as usinas de açúcar se destacavam como importantes atividades econômicas, em Campos e região, possibilitando a instalação de ferrovias que funcionaram como forma de desbravar o interior e desenvolvê-lo, dando maiores condições para exploração comercial e financeira. Com base em atividades agrícolas e comerciais e financeiras, a cidade foi se modernizando. Inclusive, se destacava por ter sido a primeira cidade a ter luz elétrica da América Latina.

Bem peculiar foi esta urbanização, pautando-se por melhoramentos que definissem o tecido urbano-social no seu aspecto estético, sanitário e higienista dentro dos padrões do progresso. Esta era a meta das elites, sem perder de vista a tradição, representada aqui pela opulência e sociabilidade da “nobre estirpe familiar” (...) No discurso das elites, é sempre tempo de recuperar o passado perdido de uma Campos, primeiro município agrícola da Província, pólo urbano de expressiva importância, pelo aformoseamento e avanço tecnológico, a primeira cidade da América Latina a ter luz elétrica. (ALVES, 2009, ps. 51 e 52).

Com a expansão dos negócios ampliava-se as obras e serviços, como abastecimento de água potável e esgotos subterrâneos, correios e telégrafos e companhia de bondes. De acordo com Alves (2009), a Associação Comercial de Campos evidenciava a expressão dos negócios e comércio na cidade, impulsionando inúmeras alterações rumo à modernidade.

A Associação foi uma grande impulsionadora das reformas urbanas, tentando incorporar símbolos do progresso. Assistiu-se, então, à demolição de velhos casarões que, segundo os discursos da época, tanto enfeavam o centro urbano. Construíram-se belos e suntuosos edifícios. Ruas foram calçadas. (...) Entendo que a interferência da Associação Comercial na construção de uma imagem urbana para Campos estendia-se para além de melhoramentos materializadores do progresso. Objetivava à disciplinarização das camadas populares por meio de imposição de normas e valores mais adequados aos interesses capitalistas daquele momento (Idem, p. 78).

Enfim, há de se ressaltar que no século XX a cidade de Campos já expressava uma imagem modernizada, sendo caracterizada por um espaço urbano bastante significativo, como pode-se observar a seguir.



Mapa 1 – Espaço urbano de Campos em 1920

Fonte: Biblioteca Nacional / Acervo Heloíza Manhães *apud* Alves, 2009, p.23

O município era um importante centro comercial, financeiro e cultural fluminense, o que lhe dava condições, inclusive, de reivindicar ser a sede da capital do estado, não apenas por ser desenvolvida, mas por já se constituir em uma cidade urbanizada, tendo edifícios propícios ao abrigo de repartições públicas estaduais.

As constantes transformações indicavam os anseios em se projetar perante o estado.

Os solares vão sendo substituídos gradativamente pelos palacetes e, assim, as mudanças se processaram continuamente no espaço urbano, pautadas pela construção dos símbolos da modernidade. É o desejo do progresso não só na economia, mas estendendo-se à esfera do político e da cultura. As brilhantes fachadas, decoração primorosa, a última moda, a última máquina. O fim de ruas acanhadas, sujas, dando lugar à construção de largas avenidas. A cidade abriu-se ao deslumbramento do luxo, da grandiosidade das edificações. Cidade reconstruída e remodelada continuamente, condição indispensável para o exercício da dominação política. Campos, pólo regional, projetava-se na esfera estadual e, quiçá, nacional (Idem, ps. 53, 54).

Enfim, nestas breves considerações sobre Campos verificou-se que, apesar de ser uma cidade situada no interior do Estado do Rio de Janeiro, não deixava de lado os anseios de modernidade, urbanização e desenvolvimento. Considerando que o ensino profissional passou a ser associado como elemento de progresso material e moral da sociedade, sendo bastante ligado ao discurso republicano do início do século XX, no intuito de levar a nação brasileira a um futuro promissor, pode-se, então, considerar Campos não foi despropositadamente escolhida para abrigar a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, pois a cidade contava com elementos considerados importantes para a criação do ensino profissional. Destaca-se também que Campos já contava com instituições como a Escola Normal e o Liceu de Humanidade (Martinez, 2012) e (Martinez, Gantos e Boynard, 2012).

## **CAPÍTULO 2 – ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA.**

Este capítulo visa apontar aspectos teórico-metodológicos para realização desta pesquisa, resultados de caminhos que propiciassem uma análise histórica da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, de Campos, dentro do recorte temporal proposto. Como já explicitado anteriormente, se objetiva, nesta investigação histórica, a compreensão das razões de sua criação e seu funcionamento interno; o conhecimento dos sujeitos que participaram de seu desenvolvimento; o papel desempenhado pelas mulheres, atrelados ao contexto educacional brasileiro; o sentido atribuído a esta instituição de ensino e suas relações com outras instâncias de educação.

Considera-se a Escola Profissional Feminina como instituição formadora de uma cultura escolar, na qual deve-se analisar elementos que abordem desde o prédio em que funcionou, a direção, as alunas, as professoras e demais funcionários, até o currículo da escola, as matrículas, desistências e também o destino de suas egressas. Evidencia-se também, neste capítulo, o uso de diferentes fontes que auxiliaram na realização desta investigação histórica, como o arquivo da escola, os jornais de circulação no período estudado, os Relatórios de Presidentes de Estado.

Mas antes de retratar cada ponto deste em específico, há de se mencionar um interessante método apontado por Ginzburg (2012), adotado aqui, no qual chama atenção para os sinais, considerados por ele como raízes de um paradigma indiciário, um modelo epistemológico no qual geralmente os pesquisadores não prestam suficiente atenção. Seria uma forma de examinar os pormenores mais negligenciáveis de uma pesquisa, as características que geralmente não são observadas, que passam despercebidas, mas que, na verdade, podem indicar elementos importantes para realização de um trabalho.

Ginzburg se inspirou no método que surgiu no final do século XIX, entre 1874 e 1876, com uma série de artigos sobre pintura italiana, assinados por Ivan Lermolieff (que na verdade se tratava do italiano Giovanni Morelli).

Os museus, dizia Morelli, estão cheios de quadros atribuídos de maneira incorreta. Mas devolver cada quadro ao seu verdadeiro autor é difícil: muitíssimas vezes encontramos frente a obras não-assinadas, talvez repintadas ou num mau estado de conservação. Nessas condições, é indispensável poder distinguir os originais das

*cópias. Para tanto, porém (dizia Morelli), é preciso não se basear, como normalmente se faz, em características mais vistosas, portanto mais facilmente imitáveis, dos quadros: os olhos erguidos para o céu dos personagens de Perugino, o sorriso dos de Leonardo, e assim por diante. Pelo contrário, é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados pelas características da escola a que o pintor pertencia: os lóbulos das orelhas, as unhas, as formas dos dedos das mãos e pés (GINZBURG, 2012, p. 144, grifo meu).*

Ginzburg também menciona a proximidade dos métodos de Morelli com os adotados pelo detetive Sherlock Holmes. Em sua busca por desvendar os crimes, as investigações de Holmes se baseavam em indícios imperceptíveis pela maioria das pessoas, como pegadas na lama, cinzas de cigarro, pequenos detalhes da anatomia humana, como lóbulos das orelhas, etc.

O que se propõe aqui, ao apontar os métodos ressaltados por Ginzburg (2012), é alertar para observação de detalhes, de vestígios que muitas vezes passariam despercebidos ao se analisar as fontes de pesquisa, mas que ao observá-los com atenção, pode-se entender muito melhor o objeto a ser estudado. Nesta perspectiva, considera-se aqui a importância dos sinais no estudo da história da Escola Profissional Feminina, o seu funcionamento e os sujeitos que dela fizeram parte. Uma investigação histórica se torna mais eficaz se o pesquisador estiver atento aos sinais que os documentos apresentam.

## **2.1 – INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA DAS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS**

Uma investigação histórica voltada para o estudo de uma instituição educativa deve se atentar para análises de seus agentes, dos discursos, das linguagens, das formas de organização, das práticas, dos materiais didáticos e outros. Consideram-se neste capítulo as palavras de Veiga (2003), ao afirmar que

*A história da educação está sendo entendida aqui enquanto um campo de investigações em que se torna cada vez mais necessário dar visibilidade aos seus diferentes objetos: a escola, o professor, os alunos, materiais escolares; processos e formas de aprendizagem, entre tantos outros. Nesse sentido, também se torna cada vez mais necessário dar visibilidade aos procedimentos metodológicos e referenciais teóricos que produzem tais objetos como objetos da história cultural, política, econômica e social (VEIGA, 2003, p. 19).*

O estudo do processo histórico que confere identidade às instituições educativas deve ser feito no cruzamento de diversos tipos de informações, como orais, arquivísticas, arquitetônicas, museológicas, fontes originais e fontes secundárias. Trata-se de um manancial de informações que demandam atenção para exploração e utilização, e cautela na interpretação.

Para tanto, é relevante observar o que Magalhães (1999) denomina “coordenadas de tempo e de espaço”. Estas coordenadas seriam quadros de mudança e de permanência; relações entre local / regional e o geral / nacional; relações entre quadros teórico / conceituais e quadros práticos, tanto no que se refere às dimensões pedagógica e didática, quanto no que se refere aos objetivos e aos condicionalismos sociais, humanos e tecnológicos.

Trata-se de um processo investigativo onde a via fundamental na construção de conhecimento é a relação histórica das instituições educativas com o meio que as envolve. É importante estabelecer uma ligação entre ambos, pois se influenciam mutuamente. Porém as análises não podem ser superficiais, havendo necessidade de considerar a complexidade social tanto local como regional e porque não, nacional, em que a instituição educativa está inserida. Há um manancial de elementos, práticas culturais, vigências políticas e econômicas que influenciam diretamente o âmbito educacional.

Do ponto de vista historiográfico, a reinvenção da identidade de uma instituição educativa não se obtém através de uma abordagem descritiva, ou justificativa, também se não confina à relação das instituições educativas com o meio envolvente. Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re) escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico (MAGALHÃES, 1999, p. 64).

Ao analisar os processos históricos referentes às instituições educativas, o pesquisador deve atentar-se para o plano simbólico que elas representam para a sociedade, suas práticas e identidade histórica. Esta construção envolve um conjunto de variáveis e de categorias de análise, determinadas por questões como gênero, idade, origem e outros. As análises feitas com estas variáveis requerem requisitos metodológicos e processuais, assim como o alargamento e cruzamento de informações diversificadas.

A investigação historiográfica sobre uma escola profissional, assim como qualquer outra instituição de ensino, busca a lógica de seu funcionamento, os anseios e expectativas com sua criação, a expressão social almejada e alcançada, o público a ser contemplado, observando condição social dos alunos, a questão do gênero, idade e outros. Há de se observar também a construção do espaço escolar, os sujeitos escolares, a direção, o corpo administrativo, os docentes, o currículo, os saberes e práticas, entre outros.

Como se pode perceber, a escola constitui-se em um espaço repleto de significados em que estão presentes a educação e o convívio social. Por isso é relevante estudar a cultura escolar, pois este cotidiano se constitui em uma criação cultural que envolve relações sociais, modos de vida e antagonismos, assim como desigualdades sociais, diversidades e demais elementos que compuseram e influenciaram o histórico da sociedade brasileira.

Segundo Faria Filho (2007),

(...) tal como o processo de escolarização, as culturas escolares não são um pressuposto, elas são o processo e o resultado das experiências dos sujeitos, dos sentidos construídos e compartilhados e/ou disputados pelos atores que fazem a escola. Por isso, ao mesmo tempo que tenho que considerar – do ponto de vista teórico e metodológico – a existência de outras culturas institucionais que estão em consenso e/ou conflito com a escola – como a cultura familiar, a cultura religiosa etc. – é preciso que eu considere que os sujeitos que a constroem guardam, eles também, diversos pertencimentos e identidades pelos quais as culturas escolares estarão continuamente informadas (FARIA FILHO, 2007, p. 198).

## **2.2 - CULTURA ESCOLAR: SUAS CARACTERÍSTICAS GERAIS**

Partindo da premissa de que o conceito de cultura escolar é amplo e polissêmico, há diversas acepções para designá-lo. Uma definição bastante utilizada por estudiosos da área foi dada por Dominique Julia (2001), em que a cultura escolar seria um objeto histórico, definida como

Um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas

não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores. Mas para além dos limites da escola, pode-se buscar identificar, em um sentido mais amplo, modos de pensar e agir largamente difundidos no interior de nossas sociedades, modos que não concebem a aquisição de conhecimentos e de habilidades senão por intermédios de processos formais de escolarização (...) enfim, por cultura escolar é conveniente compreender também, quando isso é possível, as culturas infantis (no sentido antropológico do termo), que se desenvolvem nos pátios de recreio e o afastamento que apresentam em relação às culturas familiares (JULIA, 2001, ps. 10 e 11).

Dentro desta perspectiva, Julia chamou a atenção para que os pesquisadores da história da educação se indagassem sobre as práticas cotidianas da escola, sobre seu funcionamento interno, buscando ampliar as fontes de investigação tradicionais, como a história das disciplinas escolares.

Ao analisar os significados concorrentes de cultura escolar, Vidal (2005) aponta diferentes concepções dadas por autores que debatem acerca deste assunto. Além de Dominique Julia, a autora refere-se às discussões levantadas por André Chervel, Jean Claude Forquin, António Viñao Frago e outros.

Segundo Vidal, Chervel defende a capacidade da escola na produção de uma cultura específica, singular e original. “Para ele, a instituição escolar era capaz de produzir um saber específico cujos efeitos estendiam-se sobre a sociedade e a cultura, e que emergia das determinantes do próprio funcionamento institucional.” (VIDAL, 2005, p. 26). O sistema escolar, para Chervel, não forma somente os indivíduos, mas uma cultura que penetra, molda e modifica a cultura da sociedade global.

Apesar de próximos e da influência que o trabalho de Chervel exerceu sobre Julia no que concerne à discussão em torno da constituição das disciplinas escolares e dos efeitos sociais da escolarização, há diferenças nas acepções de cultura escolar enunciadas pelos pesquisadores. Chervel parece afirmá-la de maneira mais contundente como original e se interessa principalmente pela construção dos saberes escolares. Julia enfatiza a importância de que a análise recaia particularmente sobre as práticas escolares, o que lhe permite distinguir entre uma cultura escolar primária e uma cultura escolar secundária (VIDAL, 2005, p. 29).

Já Forquim afirma a cultura escolar como selecionada, como uma cultura segunda, derivada e transposta. Trata-se de uma cultura em que só são passados os conhecimentos convenientes.

É como efeito de um trabalho de reinterpretação e reavaliação contínua do que devia ser conservado, ao lado de um movimento de esquecimento de parcelas da experiência humana, que se operaria a seleção, na herança cultural, de conteúdos tidos por imprescindíveis à educação do homem e fundamentais à perpetuação da sociedade, incluídos no currículo escolar. Essa seleção decorreria de fatores sociais e ideológicos, que, de acordo com o autor, comportam algo de arbitrário e de constante questionamento da escola legada pelos antepassados, e se realizaria pelo entrecruzamento de ações institucionais (currículo oficial), docentes (currículo real) e discentes (currículo aprendido?) (Idem, 2005, p. 30).

Outro autor observado por Vidal, Viñao Frago, propõe a substituição do conceito de cultura escolar por culturas escolares, pois uma escola jamais seria idêntica à outra. O conceito se estenderia a todas as instituições escolares e a cada uma delas em particular.

Como já mencionado anteriormente, Faria Filho (2005) também estuda cultura escolar e a define como

A forma como em uma situação histórica concreta e particular são articuladas e representadas, pelos sujeitos escolares, as dimensões espaço-temporais do fenômeno educativo escolar, os conhecimentos, as sensibilidades e os valores a serem transmitidos e a materialidade e os métodos escolares (FARIA FILHO, 2005, p.195).

Ao tomar cultura escolar como categoria, o autor apresenta uma construção teórica que, metodologicamente, afirma operacionalizar a pesquisa, além de propiciar organização e compreensão das múltiplas facetas da experiência escolar, pois tomar cultura escolar como conceito previamente definido poderia levar o pesquisador ao erro. Faria Filho também compartilha da ideia da existência de culturas escolares, no plural.

Tomar a cultura escolar como um conceito previamente definido, como uma definição puramente gnoseológica, pode levar-nos ao equívoco de, na prática da pesquisa, não conseguir discernir justamente aquilo que faz, do meu ponto de vista, a riqueza e a pluralidade das culturas escolares, que são justamente os sentidos e os significados experienciados e compartilhados (Idem, p. 197).

Segundo este mesmo autor, há um processo composto por determinadas questões que definem a cultura escolar, como a construção dos prédios escolares mediante aos anseios de urbanização, a função que a escola passa a desempenhar junto à educação da população que agora vive nas cidades e que precisa mudar hábitos e atitudes, assim como a exigência do domínio de determinados instrumentos para desempenho junto à mercantilização. Apesar de sua análise ser focada em Minas Gerais, suas considerações podem abranger diversos elementos similares em instituições educacionais de qualquer lugar.

Ao definir os traços dessa cultura escolar, Faria Filho (1998) destaca:

a) a referência à escola (física e simbolicamente falando), como o lugar mais apropriado para a formação das novas gerações; isso implica, não custa dizer, afirmar a legitimidade da intervenção da instituição escolar na sociedade e, ao mesmo tempo e por isso mesmo, a sua inserção e autonomia neste social;

b) o crescente distanciamento da cultura escolar da cultura daquelas parcelas da população pobre que a ela, cada vez mais, passam a ter acesso; de uma escola inserida numa cultura e dela fazendo parte, a escola passa cada vez mais a significar uma instituição que visa não fundamentalmente a transmitir a cultura às gerações mais novas, mas a modificar a cultura de toda uma população, tendo as crianças elo de ligação com as famílias e, ao mesmo tempo, como forma de atuação sobre as mesmas;

c) não é uma cultura escolar que se articula em torno do conhecimento, do saber, mas da possibilidade de construção de uma instituição ordenadora do social e, portanto, produtora de novas sensibilidades, sentimentos, valores, comportamentos e, também, de novas formas de perceber, conhecer e transformar o mundo;

d) que dialoga com a cultura urbana, criando e/ou se apropriando de representações sobre o conjunto do social a partir do seu lugar específico na cidade. É a cultura de uma escola que se localiza, literal e simbolicamente, no centro, visando a influenciar os "poderes constituídos" e, neste movimento, constituir-se como um poder de influência sobre os "outros", sobre aqueles que se localizam na periferia.

E, isso, não apenas em relação à escola pública, construída para dar visibilidade ao "poder público". (...)

e) finalmente, é uma cultura escolar, estruturada pela escrita e que se utiliza, fundamentalmente, do texto escrito para estruturar as representações sobre as relações sociais, sobre as sensibilidades e valores, enfim, sobre a cultura, que constrói e faz circular entre os habitantes da cidade (e do campo). (FARIA FILHO, 1998, s/p)

Estes traços de cultura escolar explicitados por Faria Filho certamente permitem a reflexão sobre a escola em estudo.

Depois de uma breve exposição de diferentes debates sobre cultura escolar, na busca por um caminho metodológico que aborde este tema tão importante para a pesquisa em história da educação, ressalta-se a seguir a importância do arquivo e de outras fontes como meios de investigação histórica sobre a cultura escolar.

Constituída por um conjunto de teorias, ideias e princípios, normas e regras, rituais, rotinas, hábitos e práticas, a cultura escolar remete-nos também para as formas de fazer e de pensar, para os comportamentos, sedimentados ao longo do tempo e que se apresentam como tradições, regularidades e regras, mais subentendidas que expressa, as quais são partilhadas pelos actores educativos no seio das instituições. Os traços característicos da cultura escolar (continuidade, persistência, institucionalização e relativa autonomia) permitem-lhe gerar produtos que lhe dão a configuração de uma cultura independente. Esta cultura constitui um substrato formado, ao longo do tempo, por camadas mais entrelaçadas que sobrepostas, que importa separar a analisar. O exercício do arquivo tem um espaço importante neste processo historiográfico de investigação sobre a cultura escolar (MOGARRO, 2005, p. 105).

### **2.3 – O ESPAÇO ESCOLAR COMO ELEMENTO DA CULTURA DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO**

O espaço escolar não representa apenas sua materialidade, mas também uma série de outros elementos, como valores, práticas, cultura, ensinamentos pedagógicos que perpassam sua estrutura física. O prédio construído para funcionamento de uma instituição escolar representa mudanças para a sociedade. Ao considerar a escola com papel socializador, de formação cidadã, no intuito de garantir a ordem e o progresso, a reforma nos espaços escolares passou a ter ênfase diante dos anseios políticos de avanço rumo à modernização do Brasil.

A construção do espaço escolar evidencia-se com o processo de urbanização, com a criação das cidades, havendo necessidade de transpor os estudos que antes eram realizados em ambiente privado (como as casas), para as escolas. Faria Filho (1998) também defende esta ideia ao analisar o espaço escolar em Minas Gerais. Ainda que o objeto de seu estudo seja em outra localidade e, por consequência, se insere em contextos distintos, as ideias defendidas pelo autor

podem abrir horizontes, de maneira geral, para entendimento do espaço escolar como parte da cultura escolar de uma instituição de ensino. Para o autor, o século XX, sobretudo, é marcado por mudanças em relação às instituições educativas. Ele afirma que

A escola era, naquele momento, uma instituição em construção. Estava deixando as casas e as igrejas para ocupar as praças e as avenidas da cidade. Estava tornando-se pública, no duplo sentido da palavra: deixava de ser coisa do mundo do privado (da casa e, portanto, da intimidade familiar), e, também, tornava-se conhecida, reconhecida. Essa escola que se quer pública deve, também, contribuir na construção do espaço (FARIA FILHO, 1998, s/p).

As escolas passaram a fazer parte do cenário urbano, compondo e sendo compostas por ele. Desempenharam funções sociais que perpassavam os anseios de ensinar apenas a ler, escrever e contar. Estas instituições passaram a exercer também funções de civilização, de modelagem dos seres humanos que viviam nas cidades, integrando o mundo capitalista, com modernas normas pedagógicas e de higiene. Os prédios escolares “são construídos para serem vistos, admirados, reverenciados. Devem ser tidos como modelares, para outros estabelecimentos, e modeladores de hábitos, atitudes e sensibilidades.” (FARIA FILHO, 1998, s/p).

A análise do espaço escolar pode evidenciar ao pesquisador inúmeras questões que perpassam o físico, como o direcionamento de gênero, a organização dos cursos, o estabelecimento do tempo, das obrigações, as características dos alunos, entre outros. O estudo dos espaços escolares evidencia tanto sua materialidade como a cultura escolar ali presente.

## **2.4 - ARQUIVO ESCOLAR: ESPAÇO PRIVILEGIADO DESTA PESQUISA**

O arquivo e a memória são importantes caminhos metodológicos para investigação em história da educação. Segundo Magalhães (1999),

Não basta conhecer, interpretar e recriar os regulamentos e definições dos princípios orientadores ao nível dos objetivos vocacionais e programáticos para se conferir uma identidade histórica a uma instituição educativa. É na análise historiográfica que tal identidade ganha verdadeira razão de ser. Uma construção entre a memória e o arquivo, entretecendo uma relação entre aspectos sincrónicos e diacrónicos (MAGALHÃES, 1999, p.69).

As instituições educativas são portadoras de uma memória, assim como os sujeitos. Seja memória de um fato, de um acontecimento, de festas, exposições, do cotidiano em si. E a memória, tanto pessoal quanto coletiva, é uma boa ferramenta no auxílio metodológico do pesquisador.

A memória não se colhe apenas na informação oral. A memória desafia o historiador para uma explicação da ordem, da organização dos espaços, dos tempos e das coisas. A memória desafia o historiador para a explicação das relações hierárquicas e valorativas, quer entre as coisas, quer entre as pessoas. Nada na vida de uma instituição escolar acontece, ou aconteceu por acaso, assim o que se perdeu ou transformou, como o que permanece. A memória de uma instituição é, não raro, um somatório de memórias e de olhares individuais ou grupais. É neste vai-vém entre memória e o arquivo que o historiador constrói uma hermenêutica e um sentido para o seu trabalho. Um sentido para a história das instituições educativas (MAGALHÃES, 1999, p.71).

Analisar a memória como fonte de pesquisa é ao mesmo tempo uma ferramenta que possibilita estudos mais profundos, com diversos elementos e recordações que simbolizaram algo para a sociedade da época estudada. As memórias permitem ao historiador tentar entender a realidade vivenciada, uma volta ao passado com possíveis olhares e anseios de pessoas que estiveram presentes naquele dado momento. Mas ao mesmo tempo, analisar a memória é um desafio para o historiador, requer todo o cuidado ao remontar situações e retratar realidades distintas. Os períodos são diferentes e os valores sociais também, requerendo do pesquisador atenção e cuidado com as fontes que lhes são apresentadas.

Infelizmente esta pesquisa não pôde contar com a história oral para resgatar parte da memória da escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, pois em virtude do recorte temporal escolhido, não foi encontrado nenhum indivíduo vivo que tenha participado deste ambiente escolar no período de 1922 a 1930. Isso não significa que a memória da escola não tenha sido resgatada neste trabalho, pois apesar de não haver testemunho vivo, no arquivo escolar encontramos diversos depoimentos de pessoas da sociedade relatando seu parecer sobre a escola, cartas de alunas sobre sua passagem naquela instituição, além dos relatórios do inspetor de ensino, da própria diretora e das professoras.

O arquivo escolar foi fundamental para a realização desta pesquisa e encontra-se disponível no atual Colégio Estadual Nilo Peçanha. Para esta pesquisa foram utilizadas apenas a documentação referente ao período de 1922 a 1930, em

prol de um recorte temporal referente à primeira gestão da escola, sob direção de Maria Pereira das Neves. Sua utilização propiciou entendimento de diversos aspectos da cultura escolar desta instituição. Compartilhamos as ideias defendidas por Mogarro (2005), quando afirma que

Os arquivos e as informações que os seus documentos possuem permitem introduzir a uniformidade na análise que se faz sobre os vários discursos produzidos pelos actores educativos – professores, alunos, funcionários, autoridades locais e nacionais têm representações diversas sobre a escola. O arquivo, constituindo o núcleo duro da informação sobre a escola, corresponde a um conjunto homogêneo e ocupa um lugar central e de referencia no universo das fontes de informação que podem ser utilizadas. (MOGARRO, 2005, p. 104).

A autora ainda reitera a complexidade das instituições escolares e suas especificidades. Afirma a existência de uma identidade própria, carregada de historicidade, tendo o arquivo como uma fonte fundamental para construção de sua memória e também de sua identidade histórica. Daí sua importância para conhecimento e compreensão da cultura escolar.

No arquivo da Escola Profissional Nilo Peçanha estão disponíveis dados sobre os anos de funcionamento da escola, englobando: cursos oferecidos; matrículas, frequências e desistências; aproveitamento das alunas; exames de admissão; turmas diplomadas; horário das aulas; exposições; comemorações cívicas; dados e pareceres sobre a direção; a secretaria; as professoras; termos de visita de inspeção; relatos de pessoas que visitaram a escola; excursões de pedagogia; curso noturno; entre outros. Também pode-se encontrar cartas com depoimentos de alunas, professoras e demais pessoas da sociedade campista referentes à Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha.

Há também, no arquivo, fotografias de todo o período em que funcionou a escola profissional, retratando as oficinas; os trabalhos produzidos; as exposições; as alunas; as festas escolares; as aulas de ginástica, de música, entre outros. No álbum do arquivo há inúmeras fotos sem data, ocasionando dificuldades em saber qual período exatamente era retratado<sup>7</sup>.

A seguir, apresentam-se fotos referentes ao arquivo da Escola Profissional Nilo Peçanha, disponível na Escola Estadual Nilo Peçanha.

---

<sup>7</sup> As fotografias não foram utilizadas como fontes para este trabalho, mas sim como forma ilustrativa.



Fotografia 1 – Documentação do arquivo da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha  
Fonte: Acervo próprio, Fabiana de Arruda Resende Reis.



Fotografia 2 – Parte da documentação exposta - demonstração de como são em seu interior  
Fonte: Acervo próprio, Fabiana de Arruda Resende Reis.

A partir destes dados tem-se mais embasamento para estudar a instituição educativa em questão e a sua cultura escolar. E não somente o arquivo escolar fornece embasamento para a investigação histórica da escola, mas a utilização de outras fontes é considerada de grande relevância para esta pesquisa.

## **2.5 - JORNAL IMPRESSO COMO FONTE DE PESQUISA**

Ao adotar o jornal como fonte de pesquisa, tem-se o intuito de fazer dialogar as informações contidas no arquivo escolar (fonte privilegiada desta pesquisa) com outras fontes, visando cruzar informações, descobrir novos elementos, dar espaço para os sinais que por ventura aparecerem no decorrer das descobertas, enfim, aumentar o leque de possibilidades na tentativa de um estudo mais profícuo sobre a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha. Neste sentido, parte-se do princípio defendido por Mogarro (2005), ao sublinhar a

Importância e a riqueza dos documentos de arquivo para os estudos sobre a instituição educativa, a cultura escolar, o currículo, registrando as potencialidades de cada tipo de documento. Contudo, nunca se deve perder de vista o necessário cruzamento das informações que um documento pode conter com as de outros documentos. Os seus contributos são fundamentais para um universo vasto de temas e

problemas – a flexibilidade e agilidade que o investigador imprime ao processo de investigação baseia-se na complementariedade da documentação em análise e na capacidade de usar a sua complexidade para trilhar novos caminhos nos seus estudos. O cruzamento de conteúdos é, nesse sentido, uma operação fundamental (MOGARRO, 2005, os. 107 e 108).

Os jornais serão abordados enquanto potencialidade como documento, dando suporte de sentidos aos dados da pesquisa, como agente social. Trata-se de uma fonte em que estão presentes expressões de valores, juízos, formas de pensar: “ele dá voz à opinião pública”. (Vieira, 2007, p. 15).

Este trabalho contou, principalmente, com informações publicadas no jornal *Folha de Comércio*<sup>8</sup>, fundado em 1909 por Bruno de Azevedo, presidente da Associação de Comércio de Campos nos anos de 1907, 1908 e 1909. O jornal era pautado como porta-voz dos interesses da Associação no período. (Alves, 2009, p. 48). Noticiava sobre a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha praticamente todos os anos, sobretudo em novembro, mês em que aconteciam as exposições das alunas. Também chegou a noticiar a inauguração da escola, a reforma de seu edifício, entre outras coisas.

Segundo Vieira (2007),

A imprensa permite ampla visão da experiência cidadina: dos personagens ilustres aos anônimos, do plano público ao privado, do político ao econômico, do cotidiano ao evento, da segurança pública às esferas cultural e educacional. Nela encontramos projetos políticos e visões de mundo e vislumbramos, em ampla medida, a complexidade dos conflitos e das experiências sociais (VIEIRA, 2007, p. 13).

Neste sentido, sua utilização como fonte desta pesquisa permite maior entendimento da escola, ou seja, através das notícias publicadas nos jornais, pode-se entender melhor algumas características da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, englobando os sujeitos que propiciaram sua criação, assim como os que fizeram parte da instituição. Também permite entendimento de anseios políticos e

---

<sup>8</sup> Vale ressaltar que na década de 1920 o jornal Monitor Campista só contou com exemplares a partir de 1928. Isto se deveu à mudança de propriedade do jornal e a uma interrupção de circulação neste período. Por isso, não foram encontrados muitos dados ou notícias sobre a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha no recorte temporal escolhido.

econômicos do período em que se pretendeu analisar, das esferas culturais, econômicas e educacionais que perpassaram a escola.

Contudo, são necessários certos cuidados por parte do pesquisador que opta pelo uso de jornais como fonte alternativa de pesquisa, pois os jornais são produções de uma dada época, trazendo consigo elementos característicos de seu período, com anseios políticos, econômicos e culturais próprios.

O jornal, entendido como potente mecanismo de produção de memória, deve ser problematizado de tal forma que o texto jornalístico seja interpretado como enunciado, isto é, como intervenção que visa demarcar e fixar formas de pensar que se expressam como valores, juízos, modos de classificação, enfim, justificativas para a ação social (Idem, p. 14)

Apontar a tendenciosidade dos jornais não impede sua utilização, tampouco diminui a credibilidade dos dados obtidos através deles. Na verdade, considera-se aqui que nenhuma fonte é demasiadamente genuína, pois a subjetividade de quem a produz acaba por intervir na objetividade dos dados apresentados.

A tendenciosidade do veículo, evidentemente, não justifica a recusa dessa como fonte de pesquisa, uma vez que não partilhamos da crença de que existem documentos fidedignos, capazes de expressar objetivamente a realidade. Consideramos como ponto de partida que os documentos, as fontes, os vestígios do passado expressam pontos de vista daqueles que o produziram e/ou preservaram. Sendo assim, *as questões que se impõem não estão associadas às ideias do verdadeiro e do falso, da imprensa dizer ou não à verdade, mas sim no entendimento dos motivos que a levaram a defender determinadas teses, bem como no desvelamento das estratégias discursivas mobilizadas para sustenta-las e, assim, persuadir o público leitor.* Embora não sejam necessariamente justificáveis ou defensáveis, as posições defendidas pela imprensa expressam visões motivadas por razões passíveis de serem compreendidas e explicadas (Idem, p.16, grifo meu).

## 2.6 - OUTRAS FONTES UTILIZADAS

Outras fontes, além do arquivo da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha e dos jornais locais, foram utilizadas para realização desta pesquisa. São elas: os Relatórios de Presidentes da Província, disponibilizados em fonte de dados *on line*, levando-se em consideração dados referentes a todo o Estado do Rio de Janeiro Relatórios de Presidentes de Estado; alguns Decretos que regeram o Ensino

Profissional no Estado, sobretudo o ensino profissionalizante feminino; os pareceres deixados por pessoas que visitaram a escola ou que faziam excursões pedagógicas à instituição, como Antônia Maria Ribeiro de Castro Lopes, importante pedagoga da Escola Normal de Campos<sup>9</sup>.

Outras fontes de grande relevância para uma pesquisa em história da educação são as fotografias, que além de poder valorizar os sujeitos que compuseram a escola, como alunas, professoras, diretora, também podem apresentar as suas instalações, como salas de aula, pátios, cozinhas, oficinas e outros.

Um fato a se destacar é que a imagem é possível de ser “interpretada” mesmo por aqueles que não dominam o código escrito oficial, porém, independentemente desse domínio, a imagem possibilita múltiplas leituras de caráter cultural, social, ideológico, simbólico, educativo, nos quais se inserem o seu leitor (BONATO, 2009, p. 141).

Mesmo concordando com as palavras de Bonato (2009), optou-se por utilizar as fotografias não necessariamente como fonte de pesquisa, mas como forma ilustrativa, como mencionado anteriormente. Isso se explica pelo fato de haver certa escassez destes importantes registros no recorte temporal escolhido. Não há evidências dos motivos que levaram à escola se privar de fotografias durante a década de 1920, ou não tê-las mais arquivadas, porém só há o aumento gradativo destes registros a partir da década de 1930.

## **2.7 - REFLETINDO SOBRE AS FONTES**

Conclui-se então, que o arquivo (assim como outras fontes) e a memória são importantes para a investigação em história da educação, e que todas estas fontes apresentadas contribuíram bastante para a realização desta pesquisa. Nas palavras de Magalhães (1999),

---

<sup>9</sup> Antônia Maria Ribeiro de Castro Lopes se formou na Escola Normal Livre, em 1901, depois de perder o marido e as três filhas. Foi a grande responsável pela formação de professoras da Primeira República, em Campos dos Goytacazes. Dirigiu a Escola Quinze de Novembro (1915) e a Escola Modelo Seis de Março, no Liceu (1918). Em 1919 passou a ser, por concurso, professora de Pedagogia e Metodologia da Escola Normal de Campos (no Liceu). Também criou manuais pedagógicos. Escreveu sobre educação no Monitor Campista. Foi aluna de Claparède, na Suíça, em 1930. Em 1933 criou o Instituto Claparède, escola ao ar livre, inovadora, particular, que funcionou onde foi o Parque Alzira Vargas. (Mignot e Martinez, 2002)

Não basta conhecer, interpretar e recriar os regulamentos e definições dos princípios orientadores ao nível dos objetivos vocacionais e programáticos para se conferir uma identidade histórica a uma instituição educativa. É na análise historiográfica que tal identidade ganha verdadeira razão de ser. Uma construção entre a memória e o arquivo, entretecendo uma relação entre aspectos sincrónicos e diacrónicos (MAGALHÃES, 1999, p.69).

Para tal, enfatiza-se que ao analisar a história educacional de uma dada instituição, como é intuito aqui neste trabalho, não se pode desconsiderar a função sociocultural de uma escola, sua estrutura social. É preciso ressaltar que se trata de uma instituição transmissora de conhecimentos, cultura, valores, comportamentos e condutas. Além de ensinar a ler, escrever, contar, prendas manuais, para o caso das profissionais, as escolas também desempenhavam a função de mantenedoras da ordem e do progresso, no intuito de civilizar os alunos que a compunham. E não somente os sujeitos que dela participavam ativamente, mas toda a sociedade envolta era influenciada pela instituição escolar que ali se instalava. E a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha não esteve alheia a tais considerações, sendo pautada aqui como uma instituição de ensino profissional que constituiu para si e para a sociedade uma cultura escolar própria, a ser retratada no capítulo a seguir.

## **2.8 - SÍNTESE DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Seguindo estes ensinamentos, ao estudar a instituição de ensino profissionalizante feminino, foco desta pesquisa, buscou-se entender a lógica de sua criação e funcionamento, considerando os contextos educacional, político, econômico e social que perpassaram o momento, se possível em âmbito local, regional como também nacional.

O primeiro passo se deu pela leitura de artigos e demais publicações sobre o ensino profissional, sobretudo o feminino. Somado a isso, buscou-se a coleta de dados nos arquivos referentes à Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, disponibilizados na Escola Estadual Nilo Peçanha<sup>10</sup>. Ao cruzar informações obtidas nos debates teóricos com os dados encontrados, surgiram algumas questões, como:

---

<sup>10</sup> A documentação da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha foi guardada desde sua criação, até os dias atuais, por todas as diretoras da instituição.

- Em que contexto foi criada a Escola Profissional Nilo Peçanha? E quais elementos motivaram a sua criação?
- Como era o funcionamento desta escola e quais eram os perfis do corpo docente e discente que a compunham?
- Quais características a cidade apresentava neste período que propiciaram a formação e funcionamento da Escola?

A partir destas questões, o trabalho foi direcionado para uma maior busca por referências teóricas, a fim de ampliar o entendimento do histórico nacional de educação; das transformações do papel das mulheres ao longo do tempo; da profissionalização do ensino brasileiro; enfim, tentar entender o processo de criação de uma escola profissional para o sexo feminino em Campos dos Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro. Dentre as referências bibliográficas buscadas estão: Almeida (1998); Barros (2003); Bonato (2001); Camara (2003); Cardoso (2009); Carvalho (1989); Cunha (2005); Faria Filho (2007); Fernandes (2006); Fonseca (1961); Freitas (2011); Louro (2000); Magaldi (2003); Magalhães (1999); Maluf e Mott (1998); Mogarro (2005); Nagle (2001), Veiga (2011); Vidal (2005), Vieira (2007), e outros.

Além do arquivo da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha e das referências bibliográficas, outras fontes metodológicas contribuíram para a investigação histórica desta instituição de ensino. São elas: jornais de Campos em circulação do período; Relatórios dos Presidentes de Estado do Rio de Janeiro; relatos de pessoas que visitaram a escola, entre outros.

### **CAPÍTULO 3 - ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA NILO PEÇANHA: A CONSTITUIÇÃO DE UMA CULTURA ESCOLAR**

Como explicitado na introdução, a pesquisa se propõe a realizar um estudo exploratório do processo de escolarização, das práticas educacionais e da educação feminina, enfocando o ensino profissional, num contexto de crescente modernização do país. Tem como referência e objeto de estudo a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, fundada no ano de 1922 na cidade de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro.

Para uma análise mais profunda do que se propõe a fazer, o recorte temporal da pesquisa se estende de 1922 a 1930, correspondente ao período entre o ano de criação da escola até o final da gestão da primeira diretora da instituição, Maria Pereira das Neves.

A Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha se localizava no centro da cidade, onde, atualmente, funciona o Colégio Estadual Nilo Peçanha. Sua história começou com a inauguração, em 1922, no governo de Raul Veiga, então Presidente do Estado do Rio, mas a instituição só entrou em funcionamento no ano seguinte, no governo estadual de Feliciano de Abreu Sodré.

Sua inauguração foi noticiada nos jornais da cidade. A Escola, na verdade, compunha um conjunto de obras a serem inauguradas pelo Estado naquele período: além dela, inauguraram-se uma torre de distribuição de água, também em Campos, e outras instituições escolares na região.

Em carro especial ligado ao nocturno, chegaram hontem a esta cidade os srs. Coronel José Rodrigues Coelho, diretor da Fazenda, e representando o secretario geral do Estado: dr. Guilherme Catramby, diretor geral da Instrucção Publica, e dr. Jorge de Lossio, diretor de Obras Publicas.

Às 10 horas da manhã, em trem especial, o coronel Rodrigues José Coelho, acompanhado de sua comitiva, seguiu para S. João da Barra, inaugurando o grupo escolar daquela visinha cidade.

À tarde o representante do secretário geral do Estado regressou à Campos, aqui chegando às 4 ½.

Às 5 horas da tarde, o coronel José Coelho inaugurou a torre de distribuição d'agua, à praça Azevedo Cruz, antiga Santa Ephigenia.

Às 8 ½ horas da noite inaugurou s. ex. a Escola Profissional Feminina à rua Dr. Lacerda Sobrinho.

Hoje o coronel José Coelho seguirá para Natividade do Carangola, afim de inaugurar o grupo escolar daquela localidade.

---

O sr. Raul Veiga, presidente do Estado, assignou ante-hontem três deliberações, dando à escola Profissional Feminina desta cidade o nome de Nilo Peçanha, ao grupo escolar de S. João da Barra o de Alberto Torres e ao de Natividade do Carangola o de Francisco Portella. (Folha de Comércio, 13/12/1922).

Na tentativa de se entender a lógica de sua criação e seu funcionamento, buscou-se nos regimentos que regulamentaram as escolas profissionais do Estado do Rio de Janeiro alguns elementos que pudessem dimensionar os anseios e expectativas com o ensino profissional naquele período.

## CAPÍTULO I

### *Do ensino profissional – sua natureza, objecto e fins*

Art. 1º - O ensino profissional, de caracter essencialmente educativo, é gratuito para ambos os sexos e ministrado em estabelecimentos distinctos, que funcçionam sob o regimen de externatos.

Art. 2º - Consiste o ensino profissional no lecionamento de artes e offícios, paralelo à cultura physica, intelectual e cívica dos alunos, e visa preparal-os, de um modo geral, para a vida pratica e, especialmente, para o exercício do magistério em estabelecimentos congêneres e secções profissionais junto a institutos de ensino primário.

Art. 3º - O ensino profissional se distingue em masculino e feminino: o primeiro ministrado nas escolas “Visconde de Moraes” e “Washington Luís”, na cidade de Nitherohy; o segundo, nas escolas “Nilo Peçanha” e “Aurelino Leal”- esta da cidade de Nitherohy e aquella da de Campos. (Regulamento nº 2.160, de 31/01/1926).

Pelo capítulo I do regulamento citado acima ficam evidentes alguns elementos importantes para o estudo das escolas profissionais, tanto femininas como masculinas na década de 1920. Observa-se seu caráter de instituição pública gratuita, tanto para homens quanto para mulheres, em estabelecimentos separados, sob o regime de externato. O ensino era voltado, sobretudo, para artes e ofícios, mas também se incluía em sua grade curricular cultura física, intelectual e cívica dos alunos, no intuito de prepara-los para a vida prática e para o magistério em estabelecimentos congêneres e seções profissionais.

A natureza, o objeto e fins do ensino profissional através de sua regulamentação vêm de encontro às palavras de Carvalho (2003), ao afirmar que regenerar o brasileiro era uma dívida republicana a ser resgatada na Primeira República, tornando sua população saudável, disciplinada e produtiva. A educação era tida como causa cívica de redenção nacional.

O funcionamento das escolas profissionais do Estado do Rio de Janeiro, durante os anos pesquisados, foi regulamentado por três Decretos distintos: o de nº 1.954 (de 13 de maio de 1923)<sup>11</sup>; o de nº 2.160 (de 31 de janeiro de 1926); e o de nº 2.380 (de 14 de janeiro de 1929).

Infelizmente esta pesquisa não pôde contar com o Decreto de 1923 em sua íntegra, como foi possível com demais anos, de 1926 e 1929, mas alguns elementos desta regulamentação inicial dos cursos profissionais são apontados na documentação da própria Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, disponível em seu arquivo.

De acordo com o que está relatado no arquivo, pelo Decreto nº 1.954, de 13 de maio de 1923, o curso oferecido pelas escolas profissionais era composto por um currículo de três anos, compreendido em uma parte denominada Curso Geral (com disciplinas de português, aritmética, geografia, história pátria, física, química, higiene, economia doméstica e outras) e outra denominada curso técnico (com oficinas de costura, bordados e rendas, chapéus e cozinha). Segundo o mesmo Decreto, o aproveitamento das alunas seria avaliado com notas que variavam entre a mínima de 1 e a máxima de 5.

Já o Decreto nº 2.160, de 31 de janeiro de 1926, determinava que o currículo das escolas profissionais passasse de três para quatro anos de ensino.

## CAPÍTULO II

### *Organização e plano geral de estudos*

Art. 4º - O período de ensino das escolas profissionais será de 4 anos, ministrado num curso geral, fundamental, de carácter obrigatório, e, paralelamente, nos cursos especiais, que se referem os arts. 6º e 7º.

Parágrafo único. Uma vez promovido ao 2º ano do curso geral, o aluno optará por um dos cursos especiais, conforme as aptidões verificadas durante o primeiro ano daquele curso, em que será obrigado a percorrer todas as oficinas pelo sistema rotativo, a critério da direção do estabelecimento. (Regulamento nº 2.160, de 31/01/1926)

Este Decreto regulamentou as escolas profissionais do Rio de Janeiro, inclusive a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, até o ano de 1929, quando foi sancionado um novo Regulamento, sob a forma de Decreto nº 2.380, em 14 de

---

<sup>11</sup> Este Decreto ainda não foi localizado.

janeiro deste mesmo ano. Por esta nova regulamentação verifica-se algumas modificações no ensino profissional do Estado, mas inúmeros elementos dos regulamentos anteriores foram mantidos. Observe, a seguir, um fragmento desta regulamentação.

## CAPÍTULO I

### *Do ensino profissional – Sua natureza, objecto e fins*

Art. 1º - O ensino profissional, de caracter essencialmente educativo, é gratuito para ambos os sexos e ministrado em estabelecimentos distintos, que funcionam sob regimen de externatos ou de internatos.

Art. 2º - Consiste o ensino profissional no leccionamento de artes e officios, paralelo à cultura physica, intellectual e cívica dos alunos, e visa preparal-os de um modo geral, para a vida pratica e, especialmente, para o exercíció do magistério em estabelecimentos congêneres e secções profissionaes junto a institutos de ensino primário.

Art. 3º - O ensino profissional se distingue em masculino e feminino: o primeiro ministrado nas escolas “Visconde de Moraes” e “Washington Luís”, na cidade de Nitherohy; o segundo, nas escolas “Nilo Peçanha” e “Aurelino Leal”- esta da cidade de Nitherohy e aquella da de Campos. (Regulamento nº 2.380, de 14/01/1929).

A partir deste fragmento pode-se verificar que a natureza, objeto e fins do ensino profissional não passaram por grandes alterações dos anos de funcionamento anteriores. O que se observa é que a partir de 1929 o ensino profissional passaria ser ministrado em estabelecimentos que funcionariam sob regime de externatos ou internatos. Vale ressaltar que a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha não funcionou como estabelecimento de ensino profissional sob regime de internato, nem na década de 1920 nem nas posteriores.

No decorrer deste capítulo serão apresentadas outras características e modificações trazidas pelos Decretos que regulamentaram o ensino profissional no Rio de Janeiro, juntamente com todas as informações encontradas no arquivo da escola e nas demais fontes consultadas, pois ao considerar esta instituição de ensino como formadora de uma cultura escolar há de se considerar a importância de seu espaço, dos sujeitos que dela fizeram parte, do currículo, dos saberes e das práticas, aliando os dados e suas análises à legislação que regulamentava o este tipo de ensino no período.

### 3.1 – O ESPAÇO ESCOLAR

A Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha foi instalada em um prédio situado na rua Dr. Lacerda Sobrinho, nº 119, em Campos dos Goytacazes. Antes de abrigar a referida escola, funcionava neste edifício o Liceu de Artes e Ofícios que, segundo relatos da imprensa local, estava em estado deplorável, podendo desmoronar a qualquer momento. Para abrigar a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, o prédio passou por uma grande reforma (dentro do conjunto de obras realizadas em comemoração aos 100 anos de Independência do Brasil), deixando-o “grandioso e belo”, como se observa em um trecho de reportagem publicada na imprensa em 28 de dezembro de 1922, logo após a inauguração da escola profissional.

#### Escola Profissional Feminina

Tirei-me de meus cuidados, ha dias e fui visitar a Escola cujo nome encima estas linhas, recém-inaugurada nesta cidade no prédio outr’ora ocupado pelo Lyceu de Artes e Officios Bittencourt da Silva. Toda gente sabe perfeitamente as péssimas condições em que se achava aquella casa que, em tempos que já lá vão, foi o ninho das belas artes em nossa terra. Tanto quanto eu se devem lembrar todos os que em Campos labutam, do estado de ruina a que chegou o prédio da rua Dr. Lacerda Sobrinho e que perigo iminente que corriam as casas vizinhas do antigo Lyceu e todos os incautos que dele se aproximavam. Já vinha sendo, para nós outros, aquelle casaréu um espectro da morte, de catadura sinistra esperando a ocasião para soterrar nos seus escombros vidas preciosas que, descuidadas, passassem ao alcance do seu alfanje, dos seus tentáculos, dos seus fragmentos indesejáveis de toda a especie. (...) O antigo Lyceu de Artes e Offícios, que até bem pouco se apresentava como um mendigo estendendo a mão piedosa e descarnada ao viandante caridoso, transformou-se em nababo generoso, prompto sempre a distribuir os seus grandes haveres em larga escala, pelo bem de todos, indistinctamente. De um casaréu quase tombado por terra, feio e inútil, passou o antigo edifício a ser um bello palacio, sorrindo à juventude feminil, a qual convida a buscar, no seu recinto, os reconhecimentos profissionais indispensaveis para enfrentar e vencer, com relativa facilidade as agruras da vida, proporcionando com o saber ali adquirido meios honestos de subsistencias, e capazes, é certo, de lhes trazer dias felizes e tranquilos, que só e bem se conseguem quando nos sentimos independentes, em essa independência alicerçada no trabalho e com esse trabalho orientado e distribuído por um espirito sadio, educado e instruído.  
(Folha de Commércio, 28/12/1922, escrito por Freitas Miranda<sup>12</sup>).

<sup>12</sup> Não foram encontradas informações sobre o autor desta reportagem.

A partir deste trecho observa-se a dimensão da reforma realizada no prédio para abrigar a nova Escola Profissional e a grandiosidade da construção. Aos olhos do escritor, é possível observar os benefícios que a instituição poderia trazer para a sociedade, propiciando à população oportunidades a partir do trabalho, superação das dificuldades da vida, além de um “espírito sadio, educado e instruído”.

Também evidencia que a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, com seu “belo edifício” reformado, representou muito mais do que riqueza e beleza material, mas também expectativas para a população, conhecimentos, “elementos de vida”, “de trabalho”, “de independência” para as mulheres.

Em outro trecho desta mesma reportagem, Freitas Miranda menciona os elevados custos gerados pela grandiosa reforma do prédio. No seu ponto de vista, talvez se o edifício tivesse sido construído dos alicerces a quantia dispendida fosse menor. Tão elevados foram os custos da obra que o autor relata os questionamentos e discussões feitos pela população da época, apesar de reiterar que a aplicação é favorável ao próprio povo que paga seus impostos, grandes beneficiários da educação.

Falou-se muito, aqui e acolá, que a quantia dispendida na Escola Feminina, excedeu de muito o valor da obra feita. Não discuto esse ponto, para não errar, para não cometer injustiças, uma vez que não tenho elementos nem competência para avaliar do serviço que a Comissão de Saneamento vem de concluir. (...) Façamos justiça. O bello edifício que Campos ostenta com ufania não soffreu uma reforma ligeira, nem tão pouco passou por uma simples reconstrucção, pois quase todo elle é novo. Essa obra de vulto, sóbria como é preciso que sejam todas as construcções que visem o mesmo fim, elegante que se não dispensa, ressumbrando conforto e hygiene em larga escala, custaria tanto ou talvez menos, aos cofres do Estado, se dos alicerces ella houvera nascido. Essa é uma verdade que temos satisfação em proclamar. Bem haja aos governos que voltam as suas vistas e os seus cuidados para o povo, construindo escolas, distribuindo a Instrucção. Louvavel e legitima é a applicação do dinheiro arrecadado do povo, e que a ele volta nas paginas de um livro, em que a sua educação se faz, em que a sua intelligência se aprimora e em que os seus conhecimentos se aprofundam, dando, assim, a esse mesmo povo, elementos de vida, de trabalho, de independencia, porque se torne seguro conhecer dos seus deveres e dos seus direitos.

(Folha de Commércio, 28/12/1922, escrito por Freitas Miranda).

O prédio que abrigou a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, retratado pela imprensa da época como “belo palácio”, pode ser visualizado nas imagens a seguir.<sup>13</sup>

Primeiramente há um retrato de parte da cidade de Campos dos Goytacazes no início dos Novecentos, momento em que ainda abrigava o Liceu de Artes e Ofícios. Nesta imagem, o edifício aparece em destaque pela grandiosidade de sua construção perante as outras edificações.<sup>14</sup>



Fotografia 3 – Campos dos Goytacazes: postal da primeira década do século XX.

A próxima imagem também retrata o mesmo prédio escolar no início do século XX, aparentemente em construção ou passando por reformas; também não se descarta a possibilidade de estar momentaneamente abandonado, pois como já mencionado anteriormente, eram visíveis as “péssimas condições em que se achava aquela casa”, “o estado de ruína a que chegou o prédio da rua Dr. Lacerda Sobrinho

<sup>13</sup> As imagens 1 e 2 foram gentilmente cedidas por Leonardo Vasconcellos.

<sup>14</sup> Segundo Leonardo Vasconcellos, esta imagem foi veiculada como postal na primeira década do século XX. Originalmente a imagem que deu origem ao postal foi realizada pelo fotógrafo amador Francisco de Paula Carneiro, popularmente chamado de Capitão Carneirinho. Foi posteriormente colorida à mão e levada para a Bélgica pelo historiador campista Alberto Frederico de Moraes Lamego [Alberto Lamego pai], que lá residia. Transformada em postal na Bélgica, retornou para ser comercializada e fazer parte do (provável) primeiro conjunto de postais sobre a cidade de Campos. A foto do colégio Nilo Peçanha deve fazer parte do grupo de fotos realizadas em 1904.

e que perigo iminente que corriam as casas vizinhas do antigo Lyceu e todos os incautos que dele se aproximavam". (Jornal Folha de Commercio, 28/18/1922).



Fotografia 4 – Prédio que abrigou o Liceu de Artes e Ofícios e, posteriormente, a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha<sup>15</sup>.



Fotografia 5 – Entrada do edifício da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha  
Fonte: Acervo do arquivo escolar da referida escola, s/d.

<sup>15</sup> Fotografia publicada pela revista carioca "Renascença", em 1905.

A seguir, encontram-se imagens mais atuais do edifício que abrigou a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha<sup>16</sup>.



Fotografia 6 – Parte externa da atual Escola Estadual Nilo Peçanha.



Fotografia 7 – porta de entrada da instituição

---

<sup>16</sup> Fonte (fotografias 6, 7 e 8): [http://camposturismo.com.br/index.php?area=lugar&id\\_lugar=1123](http://camposturismo.com.br/index.php?area=lugar&id_lugar=1123)



Fotografia 8 – Parte interna do edifício<sup>17</sup>



Fotografia 9 – Escada interna do edifício Nilo Peçanha

Fonte: Acervo próprio – Fabiana de Arruda Resende Reis

---

<sup>17</sup> Recentemente foi colocada uma grade cobrindo as aberturas existentes em todos os andares do prédio, em virtude do perigo iminente sofrido pelos alunos que estudam na Escola Estadual Nilo Peçanha.

Ao comparar fotos mais atuais do edifício com as do início do século XX, pode-se verificar que o prédio ainda guarda muitas características de sua construção original, ao menos no que diz respeito a sua estrutura externa. Porém, ainda que, externamente, muitas de suas características tenham sido preservadas, o interior do edifício parece ter sofrido inúmeras alterações.

O antigo edifício do Lyceu de Artes e Offícios está inteiramente transformado para adaptar-se a uma Escola Profissional Feminina. Elle tinha dois pavimentos de pé direito exagerado; conseguiu-se mantida a altura total, divil-o em três pavimentos pelos quaes se fez uma perfeita distribuição de sala e compartimentos, satisfazendo por completo às exigências do ensino (Relatório de Estado do Rio de Janeiro, 1921, p. 73).

Apesar de ser uma construção de enormes proporções, uma vez em funcionamento como Escola Profissional Feminina, nos documentos aparecem várias queixas da falta de espaço apropriado para recreio e exercícios de ginástica. A resolução do problema viria com a aquisição de um terreno situado atrás da escola<sup>18</sup>, como se observa a seguir.

(...) Nas aulas de cultura physica, ministradas aliás por cathedartica que allia assiduidade irreprehensivel, competência esclarecida e aptidões de esthetica que a disciplina exige, não é perfeitamente executado o programma por não dispormos do espaço onde as alumnas possam fazer livremente as evoluções. A pequenez do pateo exige que os exercícios sejam feitos parceladamente, em pequenos grupos, com prejuízo do programma, da boa ordem e disciplina. Entretanto existe no fundo do prédio um terreno devoluto cuja aquisição traria para o edifício da Escola, múltiplas vantagens (Observações gerais apresentadas na documentação de 1926).

As reclamações acerca do restrito espaço para atividades também aparecem em diversos relatórios do inspetor de ensino. Em setembro ele afirma que

(...) Tive, mais uma vez, oportunidade de ver a dificuldade com que são dadas as aulas de gymnásticas: exiguidade de espaço, nos dias normaes, como o de hoje, falta de local, nos dias chuvosos, por não haver pateo coberto. Desappareceriam esses inconvenientes se fosse adquirido, pelo Estado um terreno contiguo, ao fundo, que poderia ser desapropriado por utilidade publica. O valor deste terreno é talvez, inferior a 5:000\$000, soma por demais insignificante para o grande beneficio que viria prestar (trecho encontrado no relatório de inspeção de

---

<sup>18</sup> Este terreno foi, posteriormente, anexado à escola.

29/07/1927, pelo Inspetor do Ensino Profissional José Joaquim da Costa).

Novamente no mês de novembro verifica-se semelhante queixa em seu relatório.

(...) É bem impressionante a ordem, aliás nunca desmentida, em que se mantem este estabelecimento, apesar da falta de espaço apropriado para o recreio e exercícios gymnasticos, o tenho sempre mencionado em todos os meus termos anteriores. A boa vontade e a dedicação da Snra. Directora e de todas as suas auxiliares, bem como a disciplina de suas alumnas tem, em parte, supprido a essa deficiência de conforto material (trecho encontrado no relatório de inspeção de 10/11/1927, pelo Inspetor do Ensino Profissional José Joaquim da Costa).

Outro fato relacionado ao espaço da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha que comumente é citado nos relatórios elaborados pela diretora desta instituição diz respeito à cozinha, considerada muito pequena para atender às demandas do curso.

(...) Frequentando todas as alumnas o curso de artes domesticas, seria conveniente que as turmas constassem no mínimo de 10 alumnas para que todas pudessem passar por esta officina pelo menos duas vezes por mês. Sendo porem pequena a cosinha, somos obrigadas a reduzir a 4 o numero de alumnas em cada turma, o que traz o inconveniente de fatiga-las excessivamente. Além disso é com grande difficuldade que conseguem preparar a sopa escolar, o pequeno almoço a que se refere o art. 1º parag. B do reg. E ainda aviar as encomendas que sem onus para a Escola, as alumnas possam aprender a fazer iguarias escolhidas, a diretora entende por bem, de quando em quando receber. A abertura da parede que dá communicação da cosinha com a copa, e a instalação de um fogão maior ou de um pequeno fogão a gasolina removeriam esses inconvenientes (Observações gerais apresentadas na documentação de 1926).

O pequeno espaço da cozinha acabava por gerar problemas em relação à sopa escolar, prevista na legislação do ensino profissional.

Art. 51 – A refeição, fornecida gratuitamente pelo Estado e custeada por conta do adiantamento mensal feito ao Director, consistirá: a) Na sopa escolar, que, com um pão de 150 grammas, será servida em

mesa a cada um dos alunos que hajam comparecido à escola, como ao corpo docente em geral e ao pessoal administrativo; b) Nas escolas profissionais femininas, além da sopa às alunas em geral, num almoço constituído pelas iguarias produzidas no dia a título de ensino de que participarão o pessoal administrativo, mestras e contra-mestras da secção de artes domésticas e a turma de alunas de dia à cozinha (Decreto nº. 2.160, 1926).

Ao que indicam os relatórios da escola, o problema do espaço, do adiantamento de verbas ou do andamento das disciplinas impediam o fornecimento da sopa para as alunas da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha.

(...) A sopa escolar só foi fornecida às alunas em Julho, mês em que começaram a frequentar as aulas de arte culinária por não ter sido feito o adiantamento em Junho não obstante terem sido prestadas todas as contas e recolhido o adiantamento do exercício findo (Observações gerais feitas pela diretora no relatório de 1928).

O uso da cozinha para o preparo da sopa estava previsto no programa do curso de cozinha no ano de 1923 e no de artes domésticas em 1929.

#### Curso de Artes Domésticas

Com muito grande pesar até a presente data não começaram as aulas deste curso estando as alunas privadas da sopa escolar (Livro de Registros de 1929)

As questões de espaço, ou falta deles, em determinados pontos da escola não pressupõe, para este trabalho, a ideia de que a escola era pequena, tendo em vista a dimensão do prédio apresentado. Na verdade, há de ressaltar que o número de alunas e o tipo de ensino ali fornecido demandavam espaços apropriados para a realização de suas atividades, pois o curso oferecido pelo ensino profissional, englobando um curso geral, com diversas disciplinas, e também oficinas, com aulas diárias de 9 horas da manhã às 16 horas da tarde são elementos que justificam a necessidade de espaços para seu funcionamento.

O fato é que o prédio continuou, ao longo destes anos todos, funcionando como instituição de ensino, abrigando em sua estrutura um número cada vez maior de alunos, o que acabou por acarretar prejuízos para sua conservação. Mas apesar

disso, iniciativas de preservação foram e ainda são constantemente tomadas para evitar a perda de um patrimônio histórico desta proporção<sup>19</sup>.

Nos próximos itens serão analisados o currículo, os saberes e as práticas da Escola Profissional Nilo Peçanha.

### **3.2 – CURRÍCULO, SABERES E PRÁTICAS: INDÍCIOS DE COMPOSIÇÃO, FUNCIONAMENTO E COTIDIANO DA ESCOLA**

Como mencionado anteriormente, o ensino das escolas profissionais era voltado para o ensinamento de artes e ofícios, mas também se incluía em sua grade curricular cultura física, intelectual e cívica dos alunos, no intuito de prepará-los para a vida prática e para o magistério em estabelecimentos congêneres e seções profissionais.

A grade curricular destas escolas era composta por um curso profissional abrangendo um curso geral (com disciplinas teóricas e algumas práticas) e também um curso especial, as oficinas.

(...) Em seu primeiro ano de funcionamento, pelo Decreto de 13 de maio de 1923; artigo 6, capítulo II – o curso complementar e profissional com currículo de três anos compreendendo: Curso Geral: Português, Aritmética, Geografia, História Pátria, Caligrafia, Física, Química, História Natural, Higiene, Geometria, Desenho Profissional, Economia Doméstica. Curso Técnico: Costura, Bordados e Rendas, Chapéus, Cozinha. Formação e habilitação das alunas, baseada no Capítulo VII, artigo 61, item B: máxima: 5; mínima 1. (informações do Decreto nº 1.954, de 13/05/1923, obtidas nos Relatórios anuais da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha).

---

<sup>19</sup> O edifício foi tombado como patrimônio histórico no ano de 2003, em nível estadual – pelo INEPAC, Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – e em âmbito municipal – pelo COPPAM, Conselho de Preservação do Patrimônio. Verifica-se também um grande esforço por parte da direção da atual Escola Estadual Nilo Peçanha, sob comando de Silvia Linhares, em preservar a história da instituição.

Também foi mencionado que os estudos sobre o ensino profissional feminino indicam um caráter formativo que perpassava a instrução com objetivo de apenas formar trabalhadoras para as fábricas, mas, sobretudo, a escola se apresentava como reforço de tarefas do lar, além de propiciar oportunidades para o magistério em escolas profissionalizantes. Retomam-se aqui as palavras de Camara (2003) ao afirmar que as escolas profissionais trouxeram consigo conhecimentos específicos para mulheres atuarem na educação dos filhos e na sua própria constituição de “elemento fundamental na estruturação da casa e da vida familiar” (CAMARA, 2003, p. 414). Porém há de se considerar que não foi negado a elas o lugar de profissionalização, desde que este estivesse diretamente ligado ao universo do lar, dos serviços domésticos, considerados próprios do universo feminino.

Para tentar entender mais sobre a composição, o funcionamento e o cotidiano da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha serão apresentados alguns dados e possíveis análises de sua composição curricular, das matrículas e frequências, das exposições e festas escolares na década de 1920.

### **3.2.1 - O CURRÍCULO DAS ESCOLAS PROFISSIONAIS FEMININAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: O CURSO GERAL, AS OFICINAS E O CURSO DE APERFEIÇOAMENTO**

A partir dos dados obtidos no arquivo escolar da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, observa-se que o ensino era compreendido em técnico profissional, com costura, bordados e rendas, chapéus, cozinha, pintura e artes aplicadas; também havia o ensino primário complementar, com aulas de português, aritmética, geometria, geografia, história pátria, caligrafia, noções de física, química, historia natural, higiene, desenho profissional e economia doméstica.

Visando facilitar o entendimento da proposta curricular do ensino profissional desde a criação da escola profissional feminina de Campos até o início da década de 1930, recorte temporal dessa pesquisa, a apresentação dos dados, e análises dos mesmos, serão divididas de acordo com três decretos distintos que regulamentaram o ensino profissional no Estado do Rio de Janeiro neste período, como já mencionado anteriormente. São eles: o Decreto nº. 1.954, de 13/05/1923; o Decreto de nº. 2.160, de 31/01/1926 e o Decreto nº. 2.380, de 14/01/1929.

Inicialmente, os currículos da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, em Campos, e de demais instituições de ensino profissional no Rio de Janeiro, foram regidos pelo Decreto nº 1954, de 13 de maio de 1923, que definia a matriz curricular dos cursos profissionais em três anos, englobando o curso geral e técnico, com formação e habilitação dos alunos a partir de notas, que poderiam variar de no mínimo 1 e máximo de 5.

<b>Tabela 2 - CURSO PROFISSIONAL FEMININO, 1923</b>		
<b>Curso Geral</b>	<b>Curso Técnico</b>	<b>Formação e habilitação das alunas</b>
Português, Aritmética, Geografia, História Pátria, Caligrafia, Física, Química, História Natural, Higiene, Geometria, Desenho Profissional, Economia Doméstica.	Costura, Bordados e Rendas, Chapéus, Cozinha.	Nota máxima: 5; nota mínima: 1

Em 1926, o Decreto previa que currículo do curso profissional feminino passaria a ter duração de quatro anos, ainda compreendendo o curso geral e o curso técnico, além das mesmas notas para formação e habilitação das alunas. Uma diferença encontrada neste novo Decreto diz respeito à inclusão de novas disciplinas no curso geral, como Música e Instrução Moral e Cívica e Geometria Plana (fazendo parte do conteúdo de Matemática Elementar).

<b>Tabela 3 - CURSO PROFISSIONAL FEMININO, 1926</b>		
<b>Curso Geral</b>	<b>Curso Técnico</b>	<b>Formação e habilitação das alunas</b>
Português; Instrução Moral e Cívica; Matemática Elementar; Física; Química; História Natural; cultura Física; Desenho; Música; Trabalhos Manuais; Economia Doméstica	Costura e Corte; Bordados e Rendas, Chapéus.	Nota máxima: 5; nota mínima: 1

Já em 1929, o ensino profissional no Estado do Rio de Janeiro passou a ser regulamentado pelo Decreto nº 2.380, do dia 14 de janeiro. Este novo decreto trouxe algumas inovações para o currículo do ensino profissional feminino, como a criação das oficinas de flores e frutos e o curso de aperfeiçoamento. Estes novos elementos serão abordados com maior especificidade adiante.

Tabela 4 - CURSO PROFISSIONAL FEMININO, 1929		
Curso Geral	Curso Técnico	Formação e habilitação das alunas
Português; Instrução Moral e Cívica; Álgebra; Geometria; Física; Química; História Natural; cultura Física; Desenho; Música; Higiene; Trabalhos Manuais; Economia Doméstica	Costura e Corte; Bordados e Rendas, Chapéus, Flores e Frutos.	Nota máxima: 5; nota mínima: 1

Como dito, ao observar os dados curriculares referentes aos cursos geral e especial dos anos de 1926 e 1929, percebe-se que não há distinção nas disciplinas que compõem o curso geral nestes dois anos. A diferenciação entre ambos se deu pela inserção do curso de flores e frutos que passou a compor, a partir de 1929, o curso técnico da escola.

### ***O curso geral***

O intuito ao apresentar o curso geral e, posteriormente, o curso especial da Escola Profissional Feminina seria visualizar tabelas com os horários aprovados pelo governo, contidos no arquivo da escola, seguindo os mesmos critérios acima, ou seja, de acordo com os três decretos que regulamentaram o ensino profissional no Rio de Janeiro na década de 1920. Contudo, não foram encontradas fontes documentais referentes aos anos de 1923, 1924 e 1925. Por isso, optou-se em apresentar estes dados referentes aos anos de 1926, 1927 e 1929.

Em 1926, por uma peculiaridade da legislação, as alunas do primeiro ano aprovadas seriam automaticamente transferidas para o terceiro ano do curso, não havendo, portanto, matriculadas no segundo ano, nem no curso geral, nem nas oficinas. Neste ano as alunas do quarto ano também não se matriculavam no curso geral. Esta medida foi uma maneira encontrada para adaptar o novo currículo, que a partir de 1926 passaria a ter quatro anos e não mais três.

Já em 1927 os cursos tiveram, por fim, alunas matriculadas em todos os quatro anos que compõem sua grade curricular.

Observe as tabelas abaixo, referentes aos horários aprovados para o primeiro e terceiro ano do ano de 1926.

<b>TABELA 5 - HORÁRIO APROVADO PELO GOVERNO PARA O ANO LETIVO 1926</b>			
<b>1º ANO</b>			
DIAS DA SEMANA	DISCIPLINAS	HORAS LETIVAS	
		TURMA - A	TURMA - B
Segunda-Feira	Português	13-14	14-15
Quarta-Feira	Aritmética	14-15	13-14
Sexta-Feira	Artes Aplicadas*	15-16	15-16
Terça-Feira	Economia Doméstica	13-14	14-15
Sábado			
Terça-Feira	Música	14-15	13-14
Quinta-Feira	Instrução Moral e Cívica	13-14	14-15
Terça-Feira			
Quinta-Feira	Desenho e Trabalhos Manuais	14-15	13-14
Sábado			

\* havia duas professoras para mesma disciplina

<b>TABELA 6 - HORÁRIO APROVADO PELO GOVERNO PARA O ANO LETIVO 1926</b>		
<b>3º ANO</b>		
DIAS DA SEMANA	DISCIPLINAS	HORAS LETIVAS
Segunda-Feira	Português	15-16
Quarta-Feira		
Sexta-Feira		
Segunda-Feira	Artes Aplicadas	13-14
Quarta-Feira		14-15
Sexta-Feira		
Quarta-Feira	Instrução Moral e Cívica	13-14
Quarta-Feira	Música	14-15
Terça-Feira	Economia Doméstica	15-16
Sábado	Desenho	13-14
Terça-Feira	Física*	13-14
Quarta-Feira		14-15
Quinta-Feira		15-16
Quinta-Feira	Geometria Plana	14-15
Sábado		

\* havia duas professoras para mesma disciplina

Não há aqui as tabelas referentes aos horários aprovados para os segundo e quarto anos do Ensino Profissional Feminino. E tais ausências não se dão por mera opção metodológica ao apresentar os dados. Trata-se de definições do Decreto 2.160, de 1926. Em seu Artigo 1º fica estabelecido que as alunas do 2º ano seriam promovidas ao 3º. Já o Artigo 2º definia que as alunas do 4º ano não participavam do curso geral.

Ao analisar os dados das tabelas acima, verifica-se que as aulas do curso geral eram realizadas no turno da tarde, o que possibilita concluir, de antemão, que as oficinas funcionavam pela manhã. Também ficam evidentes que em todos os dias da semana eram ministradas estas disciplinas gerais.

Tanto no primeiro como no terceiro anos havia as disciplinas de Português, Artes Aplicadas, Economia Doméstica, Música, Instrução Moral e Cívica e Desenhos e Trabalhos Manuais. Já as demais ou eram dadas somente no primeiro ano, como Aritmética, ou somente no terceiro, como Física e Geometria Plana.

Mas estas peculiaridades só se fizeram presentes no ano de 1926, pois em 1927 entraram em vigor as disposições do Decreto nº. 2.160 de forma completa, voltando-se a ter alunas matriculadas no segundo ano; o quarto ano também já contava com disciplinas do curso geral. Veja as quatro tabelas seguintes com os horários aprovados para o primeiro, segundo, terceiro e quarto anos, respectivamente.

<b>Tabela 7 - HORÁRIO APROVADO PELO GOVERNO PARA O ANO LETIVO 1927</b>			
<b>1º ANO</b>			
DIAS DA SEMANA	DISCIPLINAS	HORAS LETIVAS	
		TURMA - A	TURMA - B
Segunda-Feira	Português	13-14	14-15
Quarta-Feira	Aritmética	14-15	13-14
Sexta-Feira	Artes Aplicadas*	15-16	15-16
Terça-Feira	Economia Doméstica	15-16	14-15
Sábado			
Terça-Feira	Música	14-15	13-14
Quinta-Feira	Instrução Moral e Cívica	13-14	14-15
Terça-Feira	Desenho e Trabalhos Manuais*	14-15	15-16
Quinta-Feira		13-14	
Sábado			

\* havia duas professoras para mesma disciplina

<b>Tabela 8 - HORÁRIO APROVADO PELO GOVERNO PARA O ANO LETIVO 1927</b>		
<b>2ºANO</b>		
DIAS DA SEMANA	DISCIPLINAS	HORAS LETIVAS
Terça-Feira	Português	14-15
Quinta-Feira	Álgebra	13-14
Sábado		
Segunda-Feira	Artes Aplicadas	13-14
Quarta-Feira		
Sexta-Feira		
Segunda-Feira	Instrução Moral e Cívica	15-16
Quinta-Feira	Música	15-16
Quarta-Feira	Economia Doméstica	15-16
Sábado		
Segunda-Feira	Desenho	14-15
Quarta-Feira		
Sexta-Feira		15-16

<b>Tabela 9 - HORÁRIO APROVADO PELO GOVERNO PARA O ANO LETIVO 1927</b>		
<b>3ºANO</b>		
DIAS DA SEMANA	DISCIPLINAS	HORAS LETIVAS
Terça-Feira	Português	13-14
Quinta-Feira		
Quinta-Feira	Geometria	14-15
Sábado		
Segunda-Feira	Desenho	13-14
Quarta-Feira		
Sexta-Feira		
Segunda-Feira	Física	14-15
Sexta-Feira	Instrução Moral e Cívica	14-15
Terça-Feira		
Segunda-Feira	Artes Aplicadas	15-16
Quarta-Feira		14-15
Quinta-Feira	Economia Doméstica	15-16
Sábado	Musica	13-14

<b>Tabela 10 - HORÁRIO APROVADO PELO GOVERNO PARA O ANO LETIVO 1927</b>		
<b>4º ANO</b>		
DIAS DA SEMANA	DISCIPLINAS	HORAS LETIVAS
Terça-Feira Quinta-Feira	Historia Natural	13-14
Quarta-Feira Sábado	Química	13-14
Sábado	Instrução Moral e Cívica	14-15
Segunda-Feira Sexta-Feira	Economia Doméstica	13-14
Segunda-Feira Quarta-Feira Sexta-Feira	Desenho	14-15
Terça-Feira	Musica	14-15

É interessante observar que apesar de terem sido dados os conteúdos em um tempo maior (nos quatro anos de curso), estes não diferenciavam muito dos que compuseram o currículo em 1926. As matérias consideradas importantes para a formação feminina do período se mantiveram em todos os anos, como Português, Artes Aplicadas, Economia Doméstica, Música, Instrução Moral e Cívica e Desenhos e Trabalhos Manuais.

O que se conclui aqui é que a diferença estava no tempo dedicado a cada uma destas disciplinas ao longo do curso, possibilitando um trabalho mais aprofundado e eficaz por parte das professoras. Também se pode verificar a inclusão de Álgebra, História Natural e Química na matriz curricular.

Em 1929, pelo Decreto 2.380, o horário de curso geral aprovado pelo governo não trouxe grandes modificações, podendo ser observadas nas tabelas a seguir.

<b>Tabela 11 - HORÁRIO APROVADO PELO GOVERNO PARA O ANO LETIVO 1929 1ºANO</b>		
DIAS DA SEMANA	DISCIPLINAS	HORAS LETIVAS
Segunda-Feira Quarta-Feira Sexta-Feira	Português Desenho	13-14 14-15
Sexta-Feira	Economia Doméstica	15-16
Terça-Feira Quinta-Feira Sábado	Aritmética Instrução Moral e Cívica	13-14 14-15
Terça-Feira	Musica	15-16
Quinta-Feira	Trabalhos Manuais	14-16
Sábado	Musica	14-15

<b>Tabela 12 - HORÁRIO APROVADO PELO GOVERNO PARA O ANO LETIVO 1929 2ºANO</b>		
DIAS DA SEMANA	DISCIPLINAS	HORAS LETIVAS
Segunda-Feira Quarta-Feira Sexta-Feira	Álgebra	13-14
Segunda-Feira Quarta-Feira	Desenho Instrução Moral e Cívica	14-16 14-15
Sexta-Feira	Musica	15-16 13-14
Terça-Feira Quinta-Feira Sábado	Português	13-14
Terça-Feira	Economia Doméstica Artes Aplicadas	14-15 14-15
Quinta-Feira	Artes Aplicadas	14-16
Sábado	Economia Doméstica	14-15

<b>Tabela 13 - HORÁRIO APROVADO PELO GOVERNO PARA O ANO LETIVO 1929</b>		
<b>3º ANO</b>		
DIAS DA SEMANA	DISCIPLINAS	HORAS LETIVAS
Segunda-Feira	Português Física	14-15
Quarta-Feira		13-14
Sexta-Feira		
Segunda-Feira	Musica Economia Doméstica	15-16 13-14
Quarta-Feira	Artes Aplicadas Física	15-16 13-14
Sexta-Feira	Economia Doméstica	15-16
Terça-Feira	Geometria	13-14
Quinta-Feira		
Sábado		
Terça-Feira	Desenho	14-16
Quinta-Feira	Instrução Moral e Cívica	15-16
Sábado	Artes Aplicadas	14-16

<b>Tabela 14 - HORÁRIO APROVADO PELO GOVERNO PARA O ANO LETIVO 1929</b>		
<b>4º ANO</b>		
DIAS DA SEMANA	DISCIPLINAS	HORAS LETIVAS
Segunda-Feira	Português Química	13-14
Quarta-Feira		14-15
Sexta-Feira		
Segunda-Feira	Economia Doméstica	15-16
Quarta-Feira	Artes Aplicadas Economia Doméstica	14-16 13-14
Sexta-Feira	Desenho	14-16
Terça-Feira	Historia Natural	13-14
Quinta-Feira		
Terça-Feira	Desenho Instrução Moral e Cívica	14-16 14-15
Quinta-Feira	Musica Química	15-16 13-14
Sábado	Artes Aplicadas	14-15

Ao comparar os quadros de horários entre os anos de 1927 e 1929, percebe-se que só há alteração nas disciplinas do curso geral no 4º ano do curso, uma vez que, em 1929 constam, para este último ano de curso, as disciplinas de português e artes aplicadas, não verificadas no quadro de disciplinas do 4º ano realizado em 1927.

Após apresentação do curso geral, suas principais componentes e características, o tópico a seguir retratará o curso especial, enfocando as oficinas do ensino profissional feminino, o número de matriculadas e os trabalhos realizados no decorrer dos anos de aprendizagem na Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha.

### ***O curso especial: as oficinas***

As oficinas da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha eram compostas por cursos de chapéu, corte e costura, rendas e bordados, de acordo com o regulamento do ensino profissional.

Art. 7º - Os cursos especiais para o sexo feminino serão de:

- a) – costura e corte;
- b) – bordados e rendas;
- c) – chapéus.

(Decreto nº. 2.160, de 1926)

Como dito anteriormente, a partir de 1929, pelo Decreto 2.380, foi inserida ao curso a oficina de flores e frutos.

Art. 7º - Os cursos especiais para o sexo feminino serão de:

- a) – costura e corte;
- b) – bordados e rendas;
- c) – chapéus.
- d) - flores e frutos

(Decreto nº. 2.380, 1929)

As aulas das oficinas aconteciam pela manhã, em horários diários de 9 às 12 horas, exceto aos domingos. As alunas do 1º ano passavam por todas as oficinas, alternando-as a cada 15 dias, num sistema denominado rotativo.

A partir de dados encontrados na documentação do arquivo da escola, ressalta-se o elevado número de trabalhos produzidos nestas oficinas ao longo dos

anos. Observe as tabelas abaixo, englobando, num primeiro momento, o número de matriculadas nas oficinas e, em seguida, os trabalhos produzidos pelas alunas no decorrer do ano.

Os critérios de seleção dos anos demonstrados são os mesmos utilizados no tópico anterior, sobre curso geral.

<b>Tabela 15 - TOTAL DE TRABALHOS - 1926</b>				
	1ºANO	3ºANO	4ºANO	TOTAL
COSTURA	458	242	278	978
BORDADOS E RENDAS	379	12	15	406
CHAPEÓS	320	86	133	539
ARTES APLICADAS <sup>20</sup>	69	123		192
TOTAL	1226	463	426	2115

A partir dos dados, observa-se um elevado número de trabalhos realizados ao longo do ano de 1926, ainda que neste período a Escola não tenha contado com turma de segundo ano. Se a análise for feita por cada oficina em específico, pode-se reparar que o curso de corte e costura, neste ano, foi o que rendeu maior número de trabalhos, num total de 978. Em seguida tem-se o de chapéus, com 539 e depois os de bordados e rendas e artes aplicadas, com 406 e 192 trabalhos, respectivamente.

Feitas as análises por cada oficina em específico, ainda há possibilidades de se fazer observações relativas ao total de trabalhos realizados pelas turmas de cada ano de curso. O primeiro ano se destacou totalizando 1226 produções. Os demais anos produziram bem menos, e quase que igualmente entre si, com 463 trabalhos produzidos pelo terceiro ano e 426 produzidos pelo quarto. Se somarmos o total das produções destes dois anos (totalizando 889), sequer alcança o número de trabalhos produzidos pelo primeiro ano em 1926.

Ao buscar possíveis evidências para entender o número de produções durante os anos de curso, tanto no que diz respeito a cada oficina em específico, quanto no que se refere aos trabalhos produzidos pelas turmas de cada ano do

<sup>20</sup> Artes aplicadas aparece na documentação da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha como trabalho de oficina, o que justifica sua inserção nestas tabelas, mas há de se ressaltar que se tratava de uma disciplina do curso geral.

curso, acredita-se que o número de matriculadas nas oficinas no decorrer do ano letivo podem ser de bastante utilidade para entendimento das produções.

<b>Tabela 16 - MATRÍCULAS DAS ALUNAS DE ACORDO COM AS OFICINAS QUE FREQUENTAVAM 1926</b>											
COSTURA E CORTE				CHAPEÓS				BORDADOS E RENDAS			
1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO
81	NÃO HÁ ALUNAS MATRICULADAS	20	24	81	NÃO HÁ ALUNAS MATRICULADAS	3	5	81	NÃO HÁ ALUNAS MATRICULADAS	2	2
OBSERVAÇÕES:											
a) As alunas do 1º ano frequentavam todas as oficinas por 15 dias, em sistema rotativo.											
b) Não havia matriculadas no 2º ano devido às disposições transitórias do regulamento em vigor.											

Uma primeira evidência ao olhar para os dados da tabela acima é o elevado número de matriculadas do primeiro ano em todas as oficinas, num total de 81 alunas. Crê-se que isto tenha relação com o fato de o primeiro ano ser obrigado a participar de todas as oficinas, pelo sistema rotativo. O segundo ano, como já explicitado, não teve turma.

Ao analisar os números referentes a cada uma das oficinas, evidencia-se que o maior índice de matriculadas era em corte e costura, tanto no primeiro ano (81 alunas), como no terceiro (20) e quarto (24) anos, o que define que o total de produções anuais desta oficina tenha sido maior que as demais (978), como demonstrado na tabela sobre o total de trabalhos de 1926.

De acordo com os critérios de seleção dos anos a serem apresentados no curso geral e especial, serão pontuados também números e dados de 1927, apresentados a seguir.

Veja nas tabelas 15 e 16 as relações de matrículas nas oficinas e número de trabalhos realizados no ano de 1927<sup>21</sup>.

MESES	1º ANO				2º ANO				3º ANO				4º ANO			TOTAL
	COSTURA	BORDADOS	CHAPÉUS	A. APLICADAS	COSTURA	BORDADOS	CHAPÉUS	A. APLICADAS	COSTURA	BORDADOS	CHAPÉUS	A. APLICADAS	COSTURA	BORDADOS	CHAPÉUS	
Marco	-	-	67	-	36	10	14	-	-	NÃO HÁ ALUNAS MATRICULADAS	NÃO HÁ ALUNAS MATRICULADAS	-	11	-	-	
Abril	-	-	45	9	31	8	11	42	5			4	3	1	-	
Mai	34	9	34	31	24	-	9	25	4			8	-	1	-	
Junho	17	16	16	14	26	7	7	18	4			4	-	1	12	
Julho	26	10	36	22	25	5	13	44	7			8	12	1	10	
Agosto	26	18	35	68	-	4	9	16	4			12	15	-	9	
Setembro	8	34	15	18	26	-	8	22	-			9	-	1	15	
Outubro	40	17	42	50	24	6	13	15	8			6	30	-	8	
Novembro	49	34	19	63	30	11	10	75	4			10	12	2	15	
TOTAL	200	138	309	275	222	51	94	257	36					61	83	7

Ao ver os dados desta tabela, repara-se que o total de trabalhos com chapéus é bastante elevado no primeiro ano de curso. Já no segundo, a campeã de trabalhos foi a disciplina de artes aplicadas, assim como no terceiro, apesar da diferença de trabalhos entre os dois anos (257 no segundo e 61 no terceiro). É possível que este elevado índice se explique justamente pelo fato de artes aplicadas ser uma disciplina do curso geral e não uma oficina do curso especial, ou seja, todas as alunas de cada ano do curso eram obrigadas a se matricular nesta disciplina, diferentemente das oficinas, nas quais deveriam escolher em qual queriam se especializar.

Interessante é o fato de não haver matriculadas nos cursos de bordados e de chapéus entre as alunas do terceiro ano. Já no quarto ano de curso os números são bem menores se comparados aos demais anos, tendo se sobressaído o número de trabalhos da oficina de corte e costura (total de 83).

<sup>21</sup> Observação: Nas horas deixadas livres pelo horário, as alunas do 4º ano trabalharam com a professora de Desenho com exercícios de desenho em artes decorativas. Esses trabalhos não foram incluídos na lista acima por serem caracterizados como extracurriculares.

Há de se ressaltar que o total de trabalhos realizados durante todo o ano de 1927, por todas as turmas, chegou ao total de 1802, menor do que o ano de 1926 (que totalizou 2115 trabalhos), ainda que este último não tenha tido turma de segundo ano.

<b>Tabela 18 - MATRÍCULAS DAS ALUNAS DE ACORDO COM AS OFICINAS QUE FREQUENTAVAM 1927</b>											
COSTURA E CORTE				CHAPEÓS				BORDADOS E RENDAS			
1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO
59	34	5	12	59	4	NÃO HÁ ALUNAS MATRICULADAS	3	59	6	NÃO HÁ ALUNAS MATRICULADAS	1

O número de matriculadas do primeiro ano no curso de corte e costura foi de 59, assim como o número de alunas nas oficinas de chapéus e bordados e rendas. A justificativa para equivalência destes números se dá, como no ano anterior, pelo sistema rotativo característico do primeiro ano. Apesar de haver o mesmo número de matriculadas em todas as oficinas, o total de produção de chapéus entre as alunas do primeiro ano foi mais elevado do que os demais trabalhos realizados pelas mesmas nas outras oficinas (309 chapéus, 200 costuras e 138 bordados). Talvez essa diferença de produção seja explicada pelo tempo menor demandado para produção de um chapéu se comparado com corte e costura e bordados e rendas ou pela demanda de chapéus neste período, sendo bastante utilizado pelas damas na sociedade.

Já o segundo ano de curso tinha 34 alunas na oficina de corte e costura, 4 na de chapéus e 6 na de rendas e bordados. Crê-se que isto justifique a diferença entre

o total de trabalhos da oficina de corte e costura (222) para as demais oficinas do curso especial realizadas neste segundo ano<sup>22</sup>.

O terceiro ano só possuía alunas matriculadas em corte e costura, caracterizando o baixo nível de produção destas alunas em 1927. O quarto ano também não contava com elevado número de matriculadas em suas oficinas, nem com um grande número de trabalhos produzidos, talvez propiciados pelo fato de inúmeras estudantes não alcançarem desempenho satisfatório para chegar ao final do curso profissional, sendo obrigadas a repetir o ano; ou este índice poderia ser explicado pelo número de desistências ao longo do curso. O fato é que em 1927 o quarto ano contava com 12 alunas em corte e costura, 3 em chapéus e apenas uma aluna em bordados e rendas.

Como já mencionado anteriormente, uma significativa mudança no curso profissional se deu pela inserção da oficina de flores e frutos no ano de 1929. Nestas oficinas as alunas confeccionavam rosas de mais de um tipo, cravos, papoulas, angélicas, acácias, palma de Santa Rita, crisântemos, palmas vermelhas, acácias do Japão, hortênsias, flor de macieira, trepadeiras e outras.

Um dado interessante, contido no arquivo da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, é que antes mesmo de ser decretado o regulamento de 1929, sob forma do Decreto nº. 2.380, a diretora já solicitava a criação da oficina de flores e frutos, em virtude do elevado número de pedidos destes produtos, consequentes da falta de indústrias deste gênero em Campos, e também dos problemas causados pela produção destes itens na disciplina de artes aplicadas.

(...) Como me pareça de suma importância, inicialmente chamo atenção de V. Ex. para a *necessidade de criação de uma oficina de flores e frutos*. Esta aprendizagem está incluída nos programmas de artes aplicadas, entretanto em vista do tempo que exige, do gosto e aplicação que requer não comporta naquelle programma do curso geral, commum a todas as alumnas e onde só muito empyricamente portanto, com insignificantes resultados pode ser ensinada. *Mesmo no ponto de vista industrial, que de certo não é para desdenhar parece-me útil, pois em nossa cidade não há indústria no gênero e são frequentes os pedidos que recebo do interior do Estado do Espírito Santo* (dados estatísticos de 1927 relativos ao movimento da

---

<sup>22</sup> Como já mencionado anteriormente, artes aplicadas era disciplina do curso geral. Sendo assim, todas as alunas matriculadas nos quatro anos do curso acabavam por executar os trabalhos desta disciplina. Já nas oficinas do curso especial as alunas podiam optar por qual delas se matricular, exceto o primeiro ano que passava pelo sistema rotativo em todas as oficinas oferecidas pelo curso profissional.

Escola Nilo Peçanha, passados pela Diretora da instituição ao Diretor de Instrução Pública do Estado do Rio de Janeiro, grifos meus).

Observe as tabelas a seguir com o total de trabalhos produzidos pelas alunas nas oficinas em 1929 e o número de matriculadas nas mesmas neste período.

<b>Tabela 19 - RELAÇÃO DOS TRABALHOS DURANTE OS MESES LETIVOS, 1929</b>																
<b>MESES</b>	<b>1º ANO</b>				<b>2º ANO</b>				<b>3º ANO</b>				<b>4º ANO</b>			
	<b>COSTURA</b>	<b>BORDADOS</b>	<b>CHAPEUS</b>	<b>FLORES</b>	<b>COSTURA</b>	<b>BORDADOS</b>	<b>CHAPEÓS</b>	<b>ARTES APLICADAS</b>	<b>COSTURA</b>	<b>BORDADOS</b>	<b>CHAPEUS</b>	<b>ARTES APLICADAS</b>	<b>COSTURA</b>	<b>BORDADOS</b>	<b>CHAPEUS</b>	<b>ARTES APLICADAS</b>
Fevereiro	9	16	8	-	14	5	9	-	11	5	3	-	13	2	7	1
Marco	23	19	10	6	26	-	24	4	11	-	7	8	20	-	8	15
Abril	18	14	30	5	26	3	30	11	10	1	18	9	15	-	15	12
Maiο	12	13	28	4	26	1	28	10	13	5	15	16	19	1	9	9
Junho	22	19	25	22,5	24	-	39	14	13	1	16	12	12	1	10	11
Julho	37	15	44	3	24	3	38	18	20	3	16	15	15	1	15	16
Agosto	12	18	27	3	39	1	53	16	18	3	15	5	10	-	15	14
Setembro	22	22	32	5	36	2	23	18	18	2	7	6	15	2	3	20
Outubro	30	12	23	4	36	1	32	28	23	2	7	12	11	2	6	2
Novembro	13	12	27	6	34	-	25	36	18	-	11	22	12	2	12	15
<b>TOTAL</b>	<b>198</b>	<b>160</b>	<b>254</b>	<b>36,5</b>	<b>285</b>	<b>16</b>	<b>301</b>	<b>155</b>	<b>155</b>	<b>22</b>	<b>115</b>	<b>105</b>	<b>142</b>	<b>11</b>	<b>100</b>	<b>115</b>

Observação: na oficina de flores a numeração corresponde a dúzias de flores.

Ao analisar os dados apresentados pela relação de trabalhos produzidos pelas oficinas no ano de 1929, já em funcionamento do Decreto 2.380, há se destacar que as oficinas de corte e costura apresentaram, como os anos anteriores, o maior número de trabalhos produzidos (198 no 1º ano; 285 no 2º; 155 no 3º e 142 no 4º ano. Total: 780 trabalhos de corte e costura). Porém, as oficinas de chapéus não ficaram muito atrás e também se destacaram pelo número de trabalhos produzidos (254 no 1º ano; 301 no 2º; 115 no 3º e 100 no 4º ano. Total: 770 trabalhos de chapéus). Rendas e bordados realizaram 209 trabalhos anuais. A disciplina de artes aplicadas também apresenta produção, apesar de fazer parte do curso geral, como já reiterado anteriormente, totalizando 375 trabalhos.

A novidade deste ano foram as oficinas de flores, tendo um total de trabalhos de 36,5 dúzias de flores, produzidas apenas pelo 1º ano, por ser uma oficina nova dentro do curso profissional.

A seguir tem-se o número de matriculadas das oficinas em 1929.

<b>Tabela 20 - MATRÍCULAS DAS ALUNAS DE ACORDO COM AS OFICINAS QUE FREQUENTAM - 1929</b>											
COSTURA E CORTE				CHAPEÓS				BORDADOS E RENDAS			
1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO
36	26	14	10	36	10	3	3	36	5	5	4

Observação: a oficina de flores não aparece nesta tabela por ter sido frequentada apenas pelo 1º ano, 36 alunas.

Interessante observar, nesta tabela, que o número de matriculadas em corte e costura continua sendo superior às demais oficinas, justificando, assim, a elevada produção destes itens no decorrer do ano. (ver tabela de trabalhos produzidos no ano de 1929). Já o curso de chapéus obteve um enorme número de trabalhos realizados neste ano, porém o total de matriculadas nos 2º, 3º e 4º anos não foi muito elevado. Bordados e rendas tiveram poucas alunas matriculadas e o número de produções no decorrer do ano também foi mais baixo que os das demais oficinas.

Enfim, pode-se considerar que as oficinas compunham parte importante do currículo do ensino profissional feminino e que, no geral, a produção da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha era elevada, evidenciando a importância atribuída ao ensino especial da escola.



Fotografia 10 – Oficina de Rendas e Bordados

Fonte: acervo da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, s/d.

### ***O curso de aperfeiçoamento***

No final da década de 1920, com o Decreto de nº. 2.380, continuavam a compor o currículo do ensino profissional os cursos gerais e as oficinas. Porém, a partir desta nova regulamentação, surgia o curso de aperfeiçoamento, direcionado para as alunas diplomadas na instituição.

#### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 5º - As alunas diplomadas que se destinarem ao magistério deverão frequentar a escola por espaço de um anno, obedecendo ao seguinte:

- a) trabalharão como auxiliares ou regerão turmas, a critério da Directora da escola, onde o mesmo houver sido feito;
- b) assignarão ponto e terão no final do curso deste período de prática um attestado da Directora da escola, onde o mesmo houver sido feito;
- c) não terão direito a remuneração alguma;
- d) ser-lhe-à facultada frequência às aulas que quizerem;
- e) este anno de prática didáctica poderá ser feita na escola onde se diplomarem ou em outra escola congênere do Estado.

(Decreto nº. 2.380, 1929)

Segundo a documentação do arquivo escolar, este curso funcionava pelo sistema rotativo, em períodos de 15 dias que as alunas frequentavam as oficinas servindo de auxiliares das contra-mestras do 1º, 2º e 3º anos das oficinas que se especializaram. No 4º ano elas presenciavam as oficinas apenas como simples alunas. Semanalmente, fora do horário do curso profissional, recebiam aulas de aperfeiçoamento de suas respectivas especializações. Ao fim do ano demonstravam todas suas produções nas oficinas e também no curso de artes aplicadas, frequentadas por elas no decorrer do ano letivo.

O curso de aperfeiçoamento só passou a funcionar na Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha a partir do ano de 1930, tendo participado dele todas as diplomadas do ano anterior, exceto uma que optou por fazer o curso na escola profissional feminina de Niterói.

Ao fim de cada ano, os trabalhos confeccionados pelas alunas do curso de aperfeiçoamento eram expostos às demais alunas da instituição, nas oficinas e no curso de artes aplicadas, podendo ser observados nas fotos abaixo.



Fotografia 11 – curso de aperfeiçoamento: bordados e rendas

Fonte: acervo documental da Escola profissional Feminina Nilo Peçanha, s/d.



Fotografia 12 – curso de aperfeiçoamento: chapéus

Fonte: acervo documental da Escola profissional Feminina Nilo Peçanha, s/d.



Fotografia 13 – curso de aperfeiçoamento: corte e costura

Fonte: acervo documental da Escola profissional Feminina Nilo Peçanha, s/d.

A prática de expor os trabalhos produzidos durante os anos letivos da escola não era exclusividade das alunas do curso de aperfeiçoamento, pois desde o primeiro ano de funcionamento da instituição os trabalhos produzidos pelas alunas eram expostos em eventos abertos a toda a sociedade para que pudessem admirar os produtos e também adquiri-los através da compra, caso tivessem interesse.

Tratava-se das exposições da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, famosas pelo capricho e qualidade impecáveis dos produtos produzidos pelas alunas.

### 3.2.2 – AS EXPOSIÇÕES

Na Escola Profissional Nilo Peçanha

As alunas da Escola Profissional Feminina “Nilo Peçanha” encerrarão, hoje, o anno lectivo, devendo realizar-se a festa às 2 horas da tarde, finda a qual será inaugurada a exposição de trabalhos pelos snrs.. Prefeito do Município e Inspector Regional. Para essa festa não há convites especiaes, estando, naturalmente, convidadas todas as pessoas que se interessam pela instrucção popular. O programa é o seguinte:

1ª parte: Diálogo. Maria Antonieta Lacerda, alumna do 2º anno e Eglantine Chaves, alumna do 1º anno. Biografia de alguns grandes vultos de relevo na campanha republicana: Deodoro da Fonseca; Alice Maria; Floriano Peixoto; Hylma Campos; Benjamim Constant; Zilda Campos; Quintino Bocayuva; Dalka Lima; Nilo Peçanha; Maria Amelia Amaral; Lopes Trovao; Eliana P. das Nevez; Silva Jardim; Clicia Andrade.

2ª parte: I – “La desirade”, dansa hespanhola. II – Para passar o tempo, monólogo. III – Um rato no sambará... diálogo musicado. Personagens: Mme. Valentina Valente, Victoria. Criada. IV- um pouco de musica. V – um pouco de poesia. VI – Um pouco de musica.

3ª parte: Distribuição de prêmios e Hymno Nacional.  
(Folha de Commércio, 15/11/1925).

Como se percebe, pela reportagem publicada na imprensa campista, ao findar o ano letivo as alunas da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha expunham os trabalhos produzidos em uma exposição aberta à sociedade, sem necessidade de convite especial para entrada. Também evidencia a importância destes eventos para a cidade, sendo prestigiadas pelo prefeito do município e pelo inspetor regional.

As exposições se caracterizavam como uma forma de demonstração de toda a especialização que as alunas vinham aprendendo nas oficinas durante os cursos: os chapéus, as roupas, as colchas, as roupinhas de bebês, muitas vezes com bordados e rendas, além das flores e frutos (a partir de 1929). Pelos indícios encontrados, tanto na imprensa quanto na documentação, as exposições eram eventos bem vistos pela população, que além de apreciar poderia adquirir produtos ali expostos através da compra dos mesmos.

Além disso, observa-se o culto aos aspectos republicanos, como parte da formação patriótica. Esta formação, há de se ressaltar, acabava por se estender à população.

Observe uma notícia publicada em 1924, na qual ficam evidentes os bons resultados destes eventos, que não somente expunham os produtos da escola, mas também funcionavam como forma de festa, com comemoração da proclamação da República, teatro e entrega de prêmios. Vale destacar, mais uma vez, que as alunas que obtiveram bom desempenho durante o ano eram premiadas nas festas escolares de fim de ano.

Realizou-se, com grande brilho, no dia 15, a festa da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, pelo encerramento do anno lectivo de 1924. Principiou com a comemoração da data da Proclamação da Republica e terminou com a exposição de trabalhos dos alunos, havendo de permeio números de theatro infantil e distribuição de prêmios. Em tudo se verificou esforço, competência e orientação criteriosa do grupo seletto de professoras da escola, sob a direção firme e inteligente da senhorinha Maria Neves, em que são dignos de admirar seus dotes não só como educadora como também como administradora. É pois de se esperar que da Profissional Feminina provenham os melhores resultados para Campos. Na propria festa se via a preocupação de cultura e amor da Patria, de despertar nas alumnas o senso pratico das cousas, de mostrar-lhes as consequências ruinosas da vaidade exagerada e do mau aproveitamento do tempo, de fazel-as alegres e admiradoras do bom, do útil e do bello. Na exposição tudo merece elogios. Queremos, entretando, salientar, por sua delicadeza e graça, a dádiva que faz a Escola à primeira criança que nascer na futura Maternidade, - um lindo enxoval, todo ele executado com alma e arte (Folha de Commércio, 18/11/1924).

Ao que tudo indica, havia esforço da direção da escola em divulgar as exposições, enviando convites a toda a população através da imprensa, evidenciando a importância destes eventos para a cidade.

Da exma. D. Maria das Neves, propecta directora da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, recebemos hontem uma gentil convite para a inauguração da exposição de trabalhos das alumnas daquele importante estabelecimento de ensino.

A referida inauguração será realizada hoje, ao meio dia, com a presença do inspector escolar e pessoas gradas.

Há cinco anos que uma ou duas vezes no período lectivo nos é apresentado esse certame vasado nos mesmos moldes, obedecendo ao mesmo programma e à mesma orientação, mudando apenas inteiramente os nomes das operariasinhas, algumas das quaes, já havendo terminado o curso, estão no interior do Estado, pioneiras do

Ensino Profissional, a dirigir secções anexas a grupos escolares  
(Folha de Commercio, 17/11/1928)

Apesar de não conter indícios na documentação de que as exposições acontecessem duas vezes ao ano, a imprensa publicou que isto poderia ocorrer. Pelos relatos da documentação da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, as exposições ocorriam apenas nos meses de novembro ao fim de cada ano. Os relatórios demonstram um grande preparo e empenho de todos os membros da escola para que os eventos tivessem destaque, mesmo com tantas dificuldades de recursos para compra de materiais e mobiliários. No ano de 1926, por exemplo, o mês de novembro foi marcado pelos preparativos para a exposição, realizada do dia 15 ao dia 18 do mesmo mês.

Os trabalhos que vão ser expostos e que me foram apresentados são a demonstração do crescente progresso que vae tendo o estabelecimento, graças à competência e dedicação da directora e de suas dignas auxiliares, todas encarando apenas o muito nobre ponto de vista: o desenvolvimento do ensino profissional feminino nesta cidade. Entra, também, como factor vultuoso desse progresso e applicação e o gosto das alumnas, habilmente encaminhadas, com uma disciplina irreprehensivel, mantida por meios suasórios. (trecho encontrado no relatório de inspeção de 12/11/1926, pelo Inspector do Ensino Profissional José Joaquim da Costa).

Não há dados exatos do número de pessoas que visitavam as exposições a cada ano, mas ao que tudo indica, eram bem divulgadas e bastante prestigiadas pela população, como demonstrado nesta chamada presente no exemplar de novembro de 1926 pelo jornal *Folha de Commércio* de Campos, a qual diz que “Continua aberta a exposição de trabalhos da E. Profissional “Nilo Peçanha”, já visitada por cerca de 1.000 pessoas, que lá deixaram registrada sua presença. Hoje encerrar-se-á a exposição, estando frequentada ao publico das 3 às 7 horas da noite. (Folha de Commércio, 18/11/1926).

Com o intuito de propiciar visualização de parte destes eventos apresentam-se abaixo algumas fotos encontradas na documentação do arquivo escolar da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha retratando os trabalhos feitos para as exposições.



Fotografia 14 – Alguns trabalhos em exposição

Fonte: acervo documental da Escola profissional Feminina Nilo Peçanha, s/d.



Fotografia 15 – Outros trabalhos expostos

Fonte: acervo documental da Escola profissional Feminina Nilo Peçanha, s/d.



Fotografia 16 – Exposição de corte e costura

Fonte: acervo documental da Escola profissional Feminina Nilo Peçanha, s/d.



Fotografia 17 – Exposição de chapéus

Fonte: acervo documental da Escola profissional Feminina Nilo Peçanha, s/d.

### 3.2.3 – AS FESTAS ESCOLARES

A Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha mantinha como tradição a comemoração de datas importantes, sendo realizadas, constantemente, cerimônias cívicas que seguiam um padrão formalizado. O modelo seguido nestas comemorações se constituía basicamente da execução do Hino Nacional; apresentação musical com solo e o coro das alunas da Escola; leitura de textos e palestras proferidas por professoras e também pela Diretora. Ao final das comemorações também eram frequentes algumas atividades recreativas para interação de alunas e funcionárias da escola.

As principais datas comemorativas relatadas são as de 13 de maio (abolição da escravatura); 7 de setembro (Independência do Brasil); 15 de novembro (Proclamação da República); o dia da Bandeira (19 de novembro); Festa da Primavera e a comemoração do Dia do Professor, em 15 de outubro, podendo ser visualizadas pelas imagens abaixo.



Fotografia 18 – Desfile das alunas da Escola profissional Feminina Nilo Peçanha

Fonte: acervo documental da Escola profissional Feminina Nilo Peçanha.

Além das festas cívicas anuais também havia comemoração de eventos esporádicos, como o bicentenário da introdução do café no Brasil, realizada em 27 de maio de 1927, retratando a origem do café, seu cultivo, introdução nos diferentes

países, classificação botânica, vantagens econômicas de sua cultura. Outro evento interessante foi a reunião cívico- higiênica, com programa antialcoólico, em 22 de outubro de 1927. Esta reunião foi ministrada pela catedrática de instrução moral e cívica, sobre o “dever moral de combater o alcoolismo”. A catedrática de economia domestica também falou sobre o alcoolismo e os males que ele acarreta.

(...) Obedecendo a um dever do civismo o no intuito de proporcionar as alumnas horas de alegria e de agradável convívio com as mestras e collegas, como no annos anteriores todos os feriados nacionaes foram, mais ou menos festivamente commemorados segundo permittiram as circunstancias de occasião. Com particular relevo 13 de Maio, 7 de Setembro e 15 de Novembro foram commemorados, o primeiro e o ultimo no edificio própria Escola com programmas que oppotunamente foram enviados a Directoria de Instrucção e 7 de Setembro no Theatro Trianon, a convite do Director da Escola Normal e do Lyceu de Humanidades na festa cívica promovida por estes estabelecimentos de ensino (Livro de Registros do ano de 1926).

### **3.3 – OS SUJEITOS ESCOLARES**

Falar da escola como espaço ociocultural, compondo e sendo composta pela sociedade em que está inserida, implica resgatar a importância dos sujeitos que dela fazem parte. Neste caso, ressalta-se o papel da direção, dos professores, alunos e demais funcionários que compuseram a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha entre o período de 1922 a 1930, sob direção de Maria Pereira das Neves.

#### **3.3.1 – O CORPO ADMINISTRATIVO: A DIREÇÃO E OUTROS FUNCIONÁRIOS DA INSTITUIÇÃO**

Partindo do pressuposto que o papel do diretor em uma instituição de ensino seja de autoridade, responsabilidade, decisão, no intuito de manter a disciplina e o bom funcionamento da escola, o tornando principal responsável por ela, é necessário que este tenha uma visão do conjunto escolar e saiba articular todos os setores, começando pelo administrativo, passando pelo pedagógico, secretaria, serviços gerais até chegar aos alunos. É uma combinação entre o administrativo e o pedagógico da escola.

Suas funções direcionam a tentativa de reunir as aspirações e expectativas dos demais membros do ambiente escolar, tentando articular a participação de todos em um projeto comum, na busca pela qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

No caso da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, como dito anteriormente, a primeira diretora foi Maria Pereira das Neves, que ocupou o cargo desde a inauguração da instituição, em 1922, até o ano de 1930, quando foi transferida para a escola profissional feminina de Niterói, com nome de Aurelino Leal, também no Estado do Rio de Janeiro.

Segundo relatos obtidos na documentação do arquivo escolar pesquisado, assim como pareceres e matérias publicados pela imprensa, a gestão desta diretora foi bastante rigorosa, disciplinada, atenta. Aos cuidados de Maria Pereira das Neves a escola obteve muitos resultados positivos. Há vestígios que nos levam a pensar que esta diretora não somente foi boa administradora, como também uma intelectual que se preocupou com o desempenho pedagógico da instituição.

Neste trecho de matéria publicado na imprensa local, destaca-se o papel da diretora e demais funcionários para o bom funcionamento da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha.

(...) Em tudo se verificou esforço, competência e orientação criteriosa do grupo seletivo de professoras da escola, sob a direção firme e inteligente da senhorinha Maria Neves, em que são dignos de admirar seus dotes não só como educadora como também como administradora. É, pois, de se esperar que da Profissional Feminina provenham os melhores resultados para Campos (Folha de Comércio, 18/11/1924).

Vestígios de uma direção eficaz também podem ser encontrados na documentação do arquivo escolar, onde há termos de visita lavrados pelo Inspetor de Ensino e impressões deixadas por demais pessoas que visitaram a escola. Neles pode-se observar a satisfação sobre a gestão realizada pela diretora e o esforço de demais funcionários da instituição.

(...) Visitei hoje esta Escola, iniciando a visita às 9 horas e terminando às 16 horas. Durante esse tempo, tive ocasião de observar todas as fases do profícuo trabalho, que aqui se desenvolve, tanto no curso de letras como nas oficinas:

congraçamento homogenio de pessoas que tudo fazem atendendo a uma segura orientação pedagógica, tendo a frente quem o estabelecimento dirige (Termo de visita de 29/09/1927, assinado pelo Inspector do Ensino Profissional, José Joaquim da Costa).

Além dos dizeres do Inspetor de Ensino, podem-se evidenciar relatos deixados por demais integrantes da sociedade e importantes pessoas do meio educacional campista, como Antônia Maria Ribeiro de Castro Lopes, pedagoga de destaque da Escola Normal de Campos, que deixou seu relato após uma de suas visitas a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, em 1927.

*Nas minhas costumeiras excursões pedagógicas com o 4º anno da Escola Normal, voltei hoje à Escola Profissional Feminina “Nilo Peçanha”, e tenho occasião de repetir que este estabelecimento é modelar no seu typo, graças à orientação inteligente de sua distincta diretora – D. Maria Pereira das Neves e aos esforços de suas muito dignas auxiliares.*

*Campos, 16 de Setembro de 1927*

*Assig: Antonia Ribeiro de Castro Lopes, lente de Pedagogia e Merhodologia da E. Normal de Campos.*

Vale destacar que não eram raras as visitas desta notável educadora à Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, pois como ela própria menciona, fazia ali visitas com as alunas da Escola Normal. Ao que tudo indica, Antônia Maria Ribeiro de Castro Lopes também participou de reuniões importantes ocorridas na escola profissional de Campos, com a participação de membros desta mesma instituição, assim como de outras localidades. Em setembro de 1928, por exemplo, há relatos de uma reunião ocorrida no auditório da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, com a presença de pessoas do Grupo Escolar de São Fidelis. Esta reunião foi presidida por Antônia Maria Ribeiro de Castro Lopes.

Em outro relato de uma professora da Escola Normal de Campos, que também visitou a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, pode-se perceber a impressão deixada a quem conhecia seus trabalhos, os funcionários e, sobretudo, a diretora da instituição.

*Uma visita a uma Escola constitue sempre um motivo de interesse e jubilo para todo o professor, e tanto maior é esse jubilo, quanto mais profícua é a direcção da Escola visitada. Assim, julgo dever meu, apresentar aqui minhas felicitações a todos que trabalham na Escola*

*Profissional Feminina “Nilo Peçanha”, na pessoa de sua ilustre diretora – Senhorinha Maria Pereira das Neves.  
Campos, 16 de Setembro de 1927.  
Assig: Nair da Motta Almada, auxiliar da cadeira de Pedagogia e Methodologia da Escola Normal de Campos.*

Não somente os relatos apresentados, mas também outros vestígios fazem com que se acredite no bom desempenho desta diretora como administradora de uma instituição de ensino desta natureza, como também no papel de pedagoga junto à escola. Isso porque apesar de todas as dificuldades constantemente descritas na documentação do arquivo escolar, como falta de recursos, carência de materiais, falta de espaço para execução de aulas de recreação e ginástica, o pequeno tamanho da cozinha, o fraco exame de admissão das alunas, acarretando dificuldades no desempenho do curso, o extenso currículo a ser cumprido em tempo curto, entre outros, a diretora é sempre apontada como alguém que consegue superar as dificuldades e contornar os problemas da maneira que lhe é possível.

Algumas ideias apresentadas por ela indicam seu perfil pedagógico e intelectual apurado, com indicações constantes vistas por ela fundamentais para a melhoria da educação na instituição, como se observa no trecho a seguir do relatório escrito para seu superior.

Visando preparar as alumnas para o magistério, julgo também acertado que no ultimo anno do curso seja incluído o estudo de Psychologia Pedagogica e noções de Methodologia referentes a sua especialidade, porque, a observação e a pratica confirmam que esses conhecimentos são rigorosamente necessários a qualquer ramo do magistério quer nas sciencias, quer nas artes.

(...) Julgo ainda opportuno incluir no programma de Economia Domestica que não é extenso e se desenvolve nos 4 annos do curso, aulas de educação social e esthetica.

(...) Considerando o grande numero de alumnas que não são promovidas apesar da media ser pequeniníssima e facilmente obtida nos termos dos artigos 56 e 61 (b) deduz-se que o preparo exigido como condição de admissão (art. 40) não é bastante para os programmas a observar. Não podem, entretanto, sofrer grandes alterações esses pogrammas porque as disciplinas dos dois últimos annos do curso exigem um preparo básico extenso e completo. Exemplificando: no 1º anno as alumnas, vindas de 3ª serie, feita muitas vezes há annos passados devem aprender o extenso programma de arithmetica para estudar no 2º o de Algebra e no 3º o de Geometria. Ora

se realmente as alumnas tem necessidade de um desenvolvido estudo de mathematica como auxiliar dos programas de Physica e Chimica, não têm preparo inicial para em tão pouco tempo (3 horas por semana) firmar-se no longo programma de arithmetica. Assim de acordo com as observações da Snra. Professora, proponho a V. Ex. que continuando a ser o mesmo preparo de admissão das alumnas seja oportunamente desdobrado este programma nos dois primeiros anos de curso. Em outras matérias as mesmas difficuldades surgem affirmando que para o typo de Escola que as matérias do regulamento indicam ser a nossa fraco, muito fraco é o preparo exigido para admissão. Assim creio que seria acertado exigir para admissão preparo de 5ªserie a menos que, repito, fosse modificada grandemente a organização do curso geral. (trechos retirados das observações gerais feitas pela Diretora da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, Maria Pereira das Neves, ao Diretor de Instrução Pública do Estado, no ano de 1927).

Além da diretora Maria Pereira das Neves, o corpo administrativo da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha ainda dispunha de secretária, almoxarife, porteira, inspetoras de alunas e servente. Também contava com a contratação de diaristas. Observe as relações a seguir:

<b>Tabela 21 - RELAÇÃO DO CORPO ADMINISTRATIVO</b>	
NOMES	CARGOS
Maria Pereira Das Neves	Diretora
Marinella Peixoto	Secretaria
Magdalena Galvão De Queirós	Almoxarife
Antonia Monteiro Barrozo	Porteira
Maxima Pinheiros Santos	Inspetora de Alunas
Josephina Peixoto De Azevedo	Inspetora de Alunas
Amelia Nogueira	Inspetora de Alunas
Maria José Da Silveira	Inspetora de Alunas
Maria De Lordes Lima	Inspetora de Alunas
Luiz Rodrigues De Barros	Servente

<b>Tabela 22 - MAPA DA RELAÇÃO DOS SERVENTES DIARISTAS DESTA ESCOLA NO ANO DE 1928</b>		
NOMES	CARGOS	DIÁRIA
1 - Emilio Caldas	Jardineiro Horticultor	5\$000
2 - Josino Damiano	Servente	5\$000
3 - Amelia Sylvia	Servente de Cozinha	3\$000

Como se vê, a Escola na década de 1920 contava com os serviços da diretora, de uma secretária, uma almoxarife, uma porteira, um servente titular e outros dois contratados como diaristas. Havia também um jardineiro horticultor. O que chama atenção nesta relação do corpo administrativo é o elevado número de inspetoras de alunas, num total de cinco, que indicam que a forte vigilância das mesmas para com as alunas, no intuito de manter a ordem e a disciplina na instituição.

Um dado interessante é que pela regulamentação do ensino profissional no Estado do Rio de Janeiro, as escolas profissionais femininas dispunham de quatro inspetoras e as masculinas de apenas um (diferentes tratamentos de vigília entre ambos os sexos). A Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha tinha uma inspetora a mais do que o previsto por lei, evidenciando a forte vigilância exercida naquela escola.

### **3.3.2 – O CORPO DOCENTE**

O corpo docente da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha na década de 1920 variava entre 30 e 35 professoras, divididas entre as salas de aulas e as oficinas. No curso geral cada disciplina possuía uma catedrática<sup>23</sup>, ingressada na instituição por meio de concurso, mas em caso de licença eram nomeadas substitutas para os cargos. Havia também auxiliares para determinadas disciplinas, como português, artes aplicadas e aritmética. (ver tabela 5).

No caso dos cursos especiais, em cada oficina havia uma professora titular, chamada de mestra, e suas auxiliares, as contra-mestras (cerca de 2 ou 3). As professoras (mestras, contra-mestras e substitutas) deveriam estar disponíveis para o caso de serem solicitadas a comparecer na escola fora dos horários determinados de aulas, sempre que o serviço exigisse e desde que este tempo estivesse de acordo com o Regulamento da escola.

Abaixo serão apresentadas tabelas demonstrativas do corpo docente (curso geral e especial) da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha na década de 1920, com dados referentes a 1927 e 1928. A escolha pela relação de somente estes dois anos se justifica como uma opção metodológica por considerar que não há

---

<sup>23</sup> Segundo denominação da época.

necessidade, aqui neste trabalho, de se relacionar o corpo docente em cada um dos anos de funcionamento da instituição dentro do recorte temporal escolhido. Seriam redundantes as informações. Mas a opção por colocar tabelas de dois anos distintos, consecutivos, se baseia no intuito de demonstrar que o número de professoras da escola profissional variava de um ano para outro e, sobretudo, inseria em seu corpo docente ex-alunas que ali se formaram.

Nas tabelas abaixo encontram-se as relações completas do corpo docente do curso geral nos anos de 1927 e 1928.

<b>Tabela 23 - RELAÇÃO DO CORPO DOCENTE (CURSO GERAL), 1927</b>	
<b>NOMES</b>	<b>CARGOS</b>
Hilda Barcelos Sobral	Professora de Português
Elza Pereira das Neves	Professora de Matemática Elementar
Esther Gomes da Silva	Professora de Ciências Físicas e Naturais
Maria Ribeiro de Barros	Professora de Cultura Física
Armanda Maria Cardoso	Professora de Desenho e Trabalho Manuais
Maria Isabel Peixoto	Professora de Instrução Moral e Cívica
Maria Careota Tavares	Professora de Economia Doméstica
Zilda De Brito Alvarenga	Professora de Música
Anna Manoelita Gesteira	Professora de Artes Aplicadas
Theodora de Andrade Corrêa	Professora de Artes Domésticas
Alzira Ribeiro de Barcelos	Professora Substituta de Artes Aplicadas
Maria de Lourdes Veiga	Professora Substituta de Artes Aplicadas
Alzira Gesteira Passos	Professora Substituta de Desenho e Trab. Manuais
Zaira Peixoto	Professora Substituta de Desenho e Trab. Manuais
Graziella Ribeiro do Rosário	Professora Substituta de Desenho e Trab. Manuais
Rita de Cassia Barcelos	Professora Substituta de Economia Doméstica
Zinia Muylaert Collares	Professora Substituta de Música
Margarida Cordeiros de Carvalho	Professora Substituta de Artes Domésticas
Sylvia Viveiros de Vasconcelos	Professora Substituta de Artes Domésticas

<b>Tabela 24 - RELAÇÃO DO CORPO DOCENTE (CURSO GERAL), 1928</b>	
<b>NOMES</b>	<b>CARGOS</b>
Hilda Barcelos Sobral	Professora de Português
Elza Pereira das Neves	Professora de Matemática Elementar
Esther Gomes da Silva	Professora de Ciências Físicas e Naturais
Maria Ribeiro de Barros	Professora de Cultura Física
Armanda Maria Cardoso	Professora de Desenho e Trabalho Manuais
Maria Isabel Peixoto	Professora de Instrução Moral e Cívica
Maria Careota Tavares	Professora de Economia Domestica
Zilda de Brito Alvarenga	Professora de Musica
Anna Manoelita Gesteira	Professora de Artes Aplicadas
Theodora de Andrade Corrêa	Professora de Artes Domésticas
Margarida Cordeiros de Carvalho	Professora Substituta de Artes Domésticas
Sylvia Viveiros de Vasconcelos	Professora Substituta de Artes Domésticas
Alzira Ribeiro de Barcelos	Professora Substituta de Artes Aplicadas
Maria de Lourdes Veiga	Professora Substituta de Artes Aplicadas
Maria Isabel Pinheiro	Professora Substituta de Artes Aplicadas
Alzira Gesteira Passos	Professora Substituta de Desenho
Graziella Souto Ribeiro do Rosário	Professora Substituta de Desenho
Zahira Peixoto	Professora Substituta de Desenho
Miretta de Oliveira Ávila	Professora Substituta de Desenho
Rita de Cassia Barcelos	Professora Substituta de Economia Doméstica
Zinia Muylaert Collares	Professora Substituta de Música
Maria do Carmo Veiga	Professora Substituta de Português

A partir destas tabelas verifica-se que o número de docentes do curso geral em 1927 era 19, enquanto em 1928 este número passou para 22. Tal aumento se deu em virtude da inserção de uma professora substituta de artes domésticas, Maria Isabel Pinheiro; uma professora substituta de desenho, Miretta de Oliveira Ávila e uma professora substituta de português, Maria do Carmo Veiga.

Em apêndice estão relatadas as alunas que se formaram na Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha entre os anos de 1926 (primeira turma a se formar) até o ano de 1930. Dentre estas alunas, algumas foram nomeadas pelo Estado como funcionárias desta mesma instituição de ensino e demais escolas da região. São os casos de Miretta de Oliveira Ávila e de Maria Isabel Pinheiro, citadas na tabela de corpo docente acima.

Mencionados os quadros de corpo docente do curso geral em 1927 e 1928, serão retratadas a seguir, as relações de corpo docente do curso especial dos mesmos anos.

<b>Tabela 25 - RELAÇÃO DO CORPO DOCENTE (CURSO ESPECIAL), 1927</b>	
<b>NOMES</b>	<b>CARGOS</b>
Anna Carmen Cordeiro	Mestra de Corte e Costura
Rita Manhães	Mestra de Chapéus
Izaura Peixoto	Mestra de Bordados e Rendas
Zahira Romana Pinto	Contra-mestra de Chapéus
Herminia Pares de Oliveira	Contra-mestra de Chapéus
Leonisce Diniz	Contra-mestra de Bordados
Arinda Peixoto Prata	Contra-mestra de Bordados
Carolina Manhães de Moraes	Contra-mestra de Bordados
Iracema dos Santos Sieberath	Contra-mestra de Costura
Maria Moreira Campos	Contra-mestra de Costura
Lecticia da Conceição Baptista	Contra-mestra de Costura
Maria Antonietta dos Santos	Contra-mestra de Chapéus
Cacilda Cruz Alves	Contra-mestra de Bordados
Zilda Alves	Contra-mestra de Costura

<b>Tabela 26 - RELAÇÃO DO CORPO DOCENTE (CURSO ESPECIAL), 1928</b>	
<b>NOMES</b>	<b>CARGOS</b>
Anna Carmen Cordeiro	Mestra de Corte e Costura
Rita Manhães	Mestra de Chapéus
Izaura Peixoto	Mestra de Bordados e Rendas
Zahira Romana Pinto	Contra-mestra de Chapéus
Herminia Pares de Oliveira	Contra-mestra de Chapéus
Maria Antonietta dos Santos Lacerda	Contra-mestra de Chapéus
Arinda Peixoto Prata	Contra-mestra de Bordados e Rendas
Carolina Manhães de Moraes	Contra-mestra de Bordados e Rendas
Cacilda Cruz Alves	Contra-mestra de Bordados e Rendas
Maria Eneida Nunes	Contra-mestra de Bordados e Rendas
Iracema dos Santos Sieberath	Contra-mestra de Corte e Costura
Maria Moreira Campos	Contra-mestra de Corte e Costura
Lecticia da Conceição Baptista	Contra-mestra de Corte e Costura
Zilda Alves	Contra-mestra de Corte e Costura

Ao observar as tabelas acima é possível verificar que o número de professoras do curso especial é o mesmo nos dois anos acima e que o fato de Maria Eneida Nunes estar no lugar de Leonisce Diniz, como contra-mestra de bordados e rendas é justificado por motivo de licença.

Ressalta-se aqui que Maria Antonieta dos Santos Lacerda, contra-mestra de chapéus; Zilda Alves, contra-mestra de corte e costura; Maria Eneida Nunes, contra-mestra de bordados e rendas foram alunas desta mesma escola que agora trabalham. Inclusive, Maria Antonieta Lacerda foi o nome dado a um dos prêmios anuais dados a alunas que se destacaram no decorrer dos meses letivos, geralmente entregues nas festas escolares de encerramento do fim de ano.

Por fim, apresenta-se uma tabela com a relação das auxiliares que compuseram o corpo docente em 1928. Não há este mesmo tipo de tabela referente ao ano de 1927 pelo fato de não haver dados suficientes na documentação do arquivo escolar para composição da mesma.

<b>Tabela 27 - RELAÇÃO DO CORPO DOCENTE (AUXILIARES), 1928</b>	
<b>NOMES</b>	<b>CARGOS</b>
Maria da Conceição de Castro Peixoto	Auxiliar da Cadeira de Aritmética
Maria Amelia de Vasconcellos	Auxiliar da Cadeira de Artes Aplicadas
Cacilda Mattos	Auxiliar da Cadeira de Artes Aplicadas
Alzira Perisse Sodre	Auxiliar da Cadeira de Português

Há de se ressaltar aqui, além da importância dessas auxiliares para o desempenho do ensino e o suporte dado às catedráticas das disciplinas nas quais auxiliavam, é a existência de alunas que também compuseram o corpo docente desta instituição, como Cacilda Mattos, auxiliar da cadeira de artes aplicadas.

### **3.3.3 – ENTRE CHAPEUS, CORTES E COSTURAS, BORDADOS E RENDAS, FLORES E FRUTOS: ALUNAS DA ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA NILO PEÇANHA**

Como já mencionado, o ensino profissional no Brasil surgiu com direcionamento voltado a alunos de classes sociais menos favorecidas, sendo que o público alvo destas escolas era os desvalidos e órfãos, na expectativa de lhes ensinar um ofício para suprir a demanda de mão-de-obra nas indústrias que surgiam. Inicialmente foram criadas as escolas de ensino técnico profissionalizante para o sexo masculino e feminino, com os Liceus de Artes e Ofícios, que recebiam meninas. Em momento posterior surgiram as escolas profissionais femininas, inclusive a Nilo Peçanha, em Campos dos Goytacazes.

Assim como as demais instituições de ensino voltadas para a profissionalização, há vestígios que nos levam a acreditar que a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha também privilegiava a matrícula de meninas pobres, de classes socioeconômicas menos abastadas. Um desses indícios vem do próprio relatório de inspeção contido no arquivo da Escola, no qual as considerações do inspetor geral afirmavam que “exercícios há, indispensáveis, que não tem podido ser feitos pela falta de material, visto como as alumnas, em geral, não dispendo dos necessários recursos pecuniários, não podem adquiril-os à sua custa”. (trecho encontrado no relatório de inspeção de 25/05/1926, pelo Inspetor do Ensino Profissional José Joaquim da Costa).

E não somente os dados do arquivo nos levam a crer no baixo poder aquisitivo da maioria das famílias destas meninas que estudavam nas escolas profissionais, mas também as considerações feitas por diversos autores que debatem o assunto, discutidos anteriormente. Bonato (2001) afirma este perfil discente ao considerar que a escola profissional era destinada à formação de moças pobres, sendo consolidada, ao longo do tempo, como formadora de mão-de-obra feminina que serve ao lar, à indústria e ao comércio.

Pondera-se aqui, vale ressaltar, que apesar de considerar este perfil como predominante, isso não significa que esta pesquisa exclui a possibilidade de terem estudado ali meninas com condições financeiras melhores. Era possível que mesmo sem pertencerem a famílias humildes, algumas meninas se matriculassem para

estudar prendas manuais, como Freitas (2011) considerou ao analisar a Escola Profissional Feminina de Curitiba.

Veja abaixo algumas fotos das alunas da Escola Profissional Nilo Peçanha.



Fotografia 19 – o corpo discente da Escola Profissional Nilo Peçanha

Fonte: acervo documental da Escola profissional Feminina Nilo Peçanha, s/d



Fotografia 20 – o corpo discente da Escola Profissional Nilo Peçanha em atividades físicas

Fonte: acervo documental da Escola profissional Feminina Nilo Peçanha, s/d

Estas fotos pertencem ao álbum da Escola Profissional Nilo Peçanha e, provavelmente, muitas delas foram tiradas na década de 1930 ou até mesmo em momento posterior. Mesmo ultrapassando o recorte temporal aqui proposto, acredita-se que diversas características do corpo discente foram perpetuadas nos anos posteriores. Além disso, pressupõe que utilizá-las possa propiciar visualização de como eram as alunas desta instituição, da maneira como se vestiam, a disciplina imposta, o modo de se sentarem, a feição de seus rostos, a inclusão de negras, pardas e brancas em sua composição. Enfim, possibilitam visualizar melhor como era o corpo discente da escola, além de trazerem consigo elementos que concretizam parte da memória da instituição.

Outras questões importantes para esta pesquisa se baseiam na forma de inserção das alunas nesta escola, o aproveitamento das mesmas e o direcionamento tomado após o término do curso profissionalizante. Vale ressaltar que o número de matriculadas na Escola era de aproximadamente 130 alunas por ano, variando um pouco pra mais ou pra menos dependendo de cada ano, com aulas diárias de 9 às 16 horas, inclusive aos sábados. De acordo com a legislação,

Art. 49 – As aulas começarão nunca antes das 8 e terminarão no máximo às 17 horas.

Art. 50 – Cada aula do curso geral durará 50 minutos, havendo além do intervalo de 10 minutos, de aula para aula, um de 50 minutos para a refeição e outro de 30 minutos para descanso dos alunos (Decreto nº. 2.160, 1926).

As alunas deveriam ter no mínimo 12 anos de idade e no máximo 20 anos. Deveriam apresentar o Diploma ou Certificado de conclusão do curso primário, ou fazer uma prova, chamada de Exame vestibular, Exame de Admissão e também conhecida como Prova Oral. Também poderiam ingressar meninas formadas pelo curso normal, ou de promoção à 4ª série de grupo escolar, conforme previsto na legislação.

Art. 40 – A matrícula originária no 1º ano, do curso profissional, será requerida juntamente com o exame de admissão sob condição de aprovação neste. Parágrafo único. Do exame de admissão para o efeito da matrícula no 1º ano, estão isentos aqueles candidatos que exhibam certificados de exame final em escola primária de 2º grau, ou de promoção à 4ª série de grupo escolar, bem como as diplomadas por escola normal do Estado (Decreto nº. 2.160, 1926).

As candidatas que apresentassem o documento de conclusão do ensino primário estavam habilitadas e ficavam isentas do vestibular. Conforme a publicação da imprensa local (Jornal Monitor Campista, exemplares da década de 1920), estas provas constavam das disciplinas de Português, Aritmética, Economia Doméstica, Álgebra e Geometria; e eram marcadas em datas e horários previamente anunciados por dias consecutivos.

Pela documentação da Escola Profissional Feminina é possível perceber a inserção de alunas que obtinham apenas a 3ª série primária, inclusive, obtidas há tempos atrás, o que acabava por gerar déficit de aprendizagem, muito citados pelas professoras e pela diretora da escola, como nos trechos dos Livros de Registros da escola, explicitados abaixo.

No primeiro trecho há observações feitas pela diretora em relação ao baixo índice de aproveitamento de determinadas alunas, apontando possíveis causas para as dificuldades de andamento do curso, como alunas vindas da 3ª série, muitas vezes feitas há tempos atrás, que encontravam muitas dificuldades para acompanhar a grade curricular da escola.

(...) Considerando o grande numero de alumnas que não são promovidas apesar da media ser pequeniníssima e facilmente obtida nos termos dos artigos 56 e 61 (b) deduz-se que o preparo exigido como condição de admissão (art. 40) não é bastante para os programmas a observar. Não podem, entretanto, sofrer grandes alterações esses pogrammas porque as disciplinas dos dois últimos anos do curso exigem um preparo básico extenso e completo. *Exemplificando: no 1º anno as alumnas, vindas de 3ª serie, feita muitas vezes há anos passados devem aprender o extenso programma de arithmetica para estudar no 2º o de Algebra e no 3º o de Geometria. Ora se realmente as alumnas tem necessidade de um desenvolvido estudo de mathematica como auxiliar dos programas de Physica e Chimica, não têm preparo inicial para em tão pouco tempo (3 horas por semanas) firmar-se no longo programma de arithmetica. (...)*

(trechos retirados das observações gerais feitas pela Diretora da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, Maria Pereira das Neves, ao Inspetor Geral de Ensino, no ano de 1927, grifo meu).

Os trechos abaixo também apontam, pelas professoras, dificuldades por parte de determinadas alunas, sobretudo as que possuíam apenas a 3ª série ao ingressar na Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, feita há muito tempo atrás,

acarretando, com isso, dificuldades de aprendizagem. Para uma delas, a professora de português, as melhores alunas eram as que possuíam 5ª série primária ou as que passavam pelo exame de admissão.

Respondendo ao vosso officio com relação às suggestões que tenho a dar sobre a cadeira de Português, tenho a dizer-vos que completei o programma; peço, entretanto, permissão para suggerir o seguinte: (...) que o exame de admissão seja obrigatório, só ficando isenta delle as alumnas que tiverem 5ª série do programma do ensino primário, pois noto que as alumnas mais distinctas ou as que melhor fazem o curso são, geralmente, as que se submeteram exame de admissão ou que têm a 5ª série feita. (...)

Assig: Hilda Barcellos Sobral, cathedratica de Português da Escola Profissional “Nilo Peçanha”.

(Resposta dada à diretora Maria Pereira das Neves por um officio enviado à catedrática de português, em 9/12/1927).

Respondendo ao vosso officio, devo comunicar-vos que não terminei o programma de Arithmetica e que só com muito esforço consegui completar o de Algebra e isso pelas razoes que exponho: São admittidas na Escola alumnas de 3ª série, alguns, às vezes, obtidos há annos, portanto meninas atrasadas, esquecidas e sem preparo básico bastante para aprenderem num só anno, embora praticamente, toda a Arithmetica, como o programma exige. (...) Para execução do nosso actual programma seria necessário que as candidatas ao 1º anno viessem com preparo básico equivalente a 5ª serie dos Grupos Escolares, mas uma vez que são admittidas ao curso profissional alumnas que terminaram apenas a 3ª serie, acho que seria mais acertado que o estudo de Arithmetica fosse feito no 1º e no 2º anno do curso. Assim, com mais proveito e facilidade estudaram Algebra e Geometria que passariam a ser matérias do 3º anno. (...)

Assig: Elza Pereira das Neves, professora cathedratica de Mathematica Elementar (Resposta dada à diretora Maria Pereira das Neves por um officio enviado á catedrática de Mathematica Elementar, em 9/12/1927).

Os documentos requeridos para a matrícula na escola eram: Certidão de idade – o Registro Civil de Nascimento; atestado de Vacina, além do já mencionado Diploma ou Certificado de conclusão do ensino primário. Era preenchida uma ficha contendo as informações básicas referentes à filiação, endereço e naturalidade de cada aluna.

Interessante evidência encontrada nos livros de registros da escola diz respeito ao fato de que apesar de todas as dificuldades de aprendizagem, de cumprir os extensos programas da grade curricular, os relatórios também demonstram que o aproveitamento era considerado satisfatório, graças ao grande esforço por parte de todos que faziam parte da escola.

As alunas que se destacavam nos estudos, assim como na assiduidade nas aulas, tendo um número mínimo de faltas e o máximo de notas, recebiam prêmios nas festas escolares do fim de cada ano. Muitas vezes estes prêmios eram entregues por pessoas de reconhecimento social, como o prefeito da cidade, o juiz de paz, a própria diretora da Escola Profissional. Tanto a presença de pessoas ilustres da sociedade, como pela divulgação nos jornais locais, observa-se que estes eventos de premiação prestigiavam as boas alunas e serviam de exemplo para as demais alunas da instituição.

*Como incentivo ao estudo e premio ao trabalho, foram distribuídos prêmios às alumnas que obtiveram primeiros, segundos e terceiros logares, nas diversas disciplinas do curso e às que foram mais assíduas na frequência à Escola.*

*Pelo sr. Bruno de Azevedo, prefeito do município, foram distribuídos os prêmios que couberam às alumnas: 1º - Cacilda Mattos, Maria Antonieta Lacerda, Zilda Vasconcellos, Ainda Motta e Maria Isabel Pinheiro; 2º logar – Alice Marins, Maria Antonieta Soares, Carolina Andrade e Nair Loureiro; 3º logar – Suzana Smith, Dalka de Barros Lima, Elina Pereira das Neves, Mercedes Nunes, Emma V. Alvarenga e Hildo e Avila. Pela diretora foram entregues os prêmios conquistados pela assiduidade a Maria Antonieta Lacerda, Olympía dos Santos Lacerda e Djanira Pinto e instituído um premio anual com o nome de Maria Antonieta e Olympia Lacerda, pela frequencia maxima, como homenagem a essas duas alumnas modelares, por vários títulos. Estiveram presentes o sr. Bruno de Azevedo, prefeito do município, dr. Obertal Chaves, delegado escolar, dr. Neves Filho, juiz de direito da 2ª vara, e muitas exmas. Famílias e cavalheiros (Folha de Comércio, 18/11/1924).*

Com efeito, há de se ponderar que nem sempre o aproveitamento das alunas era satisfatório. A maioria conseguia passar de ano, mas há casos de alunas que não alcançaram média regulamentar para promoção de um ano para o outro.

Um dado importante diz respeito ao fato de que em sua grande maioria, as alunas possuíam melhores aproveitamentos nas oficinas do que no curso geral. Talvez isso possa ser explicado pelo fato de se identificarem mais com a parte técnica do curso do que com a parte teórica, ou pela base escolar fraca ao se matricularem no curso profissional, como as alunas que cursavam o ensino profissional tendo apenas a 3ª série, muitas vezes, feitas há muito tempo, acarretando assim esquecimento dos conteúdos. Também havia a questão do exame de admissão, tido como pouco rigoroso.

Já com as oficinas oferecidas pelo ensino técnico, provavelmente elas já tiveram algum contato, pois as mulheres eram, geralmente, educadas pela mãe, ou alguma outra mulher da família, para se tornarem “meninas prendadas”.

Para exemplificar o que foi dito acima, apresentam-se as notas de duas alunas do primeiro ano de 1928. Pelo Regulamento, a nota máxima era de 5 e a mínima de 1.

Apesar de se tratar de uma amostragem bem pequena, a intenção aqui é de apenas explicitar as considerações feitas acima, que se basearam numa base de dados bem mais ampla do que esta. Também optou-se por não apresentar excesso de informações neste momento. Estes dados podem ser analisados especificamente em trabalho posterior.

<b>Tabela 28 – notas da aluna Amorita Vieira Maciel: obteve promoção para o ano de 1929.</b>	
Português:	3.5
Aritmética:	2.8
Economia Doméstica:	1.75
Instrução Moral e Cívica:	1.35
Desenho:	1.85
Música:	4.68
Cultura Física:	3.5
Artes Aplicadas:	3.9
Oficina de Costura:	4.83
Oficina de Bordados:	4.16
Oficina de Chapéus:	4.33

Mesmo obtendo notas para a promoção, observa-se que as notas de economia doméstica, instrução moral e cívica e desenho foram bem próximas da nota mínima exigida pelo curso, 1. Em compensação, em todas as disciplinas práticas ela conseguiu quase a nota máxima de 5.

<b>Tabela 29 – notas da aluna Carmen Silva: não obteve promoção para o ano de 1929</b>	
Português:	0.43
Aritmética:	0.0
Economia Doméstica:	0.4
Instrução Moral e Cívica:	0.1
Desenho:	1.75
Música:	1.31
Cultura Física:	1.9
Artes Aplicadas:	3.5
Oficina de Costura:	4.16
Oficina de Bordados:	3.16
Oficina de Chapéus:	4.83

Fica claro que em diversas disciplinas do curso geral as notas desta aluna foram abaixo da nota mínima de 1. Inclusive em aritmética ela não conseguiu sequer um décimo de ponto. Mas há de se ressaltar que, mesmo a aluna Carmem Silva não conseguindo notas para promoção de ano, seu aproveitamento nas oficinas e na disciplina de artes aplicadas foi muito bom. Entre chapéus, cortes e costuras, bordados e rendas, flores e frutos, se encontravam as alunas da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha.

Enfim, para sintetizar o corpo discente da escola, abaixo se encontra uma carta escrita por uma aluna da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, em seu último ano de curso, apresentando as impressões que ela própria tinha da instituição de ensino que fazia parte.

*Foi tão agradável a impressão recebida nas horas passadas nesta casa, que me falham elementos para externa-la. Francamente não sei dizer o que mais me agradou. Apreciei muitíssimo os trabalhos manuais, feitos com o máximo capricho e apurado gosto. Notei a disciplina com que se mantem as alumnas e bem assim o asseio que reina em tudo. Foi delicioso o tempo aqui passado que correu veloz como um relâmpago, produzindo a luminosidade de uma alegria e deixando logo após a mancha escura de uma saudade!*

*Campos, 16 de setembro de 1927.  
Assig: Irene de Azevedo, alumna do 4º anno.*

### 3.4 – MATRÍCULAS E FREQUÊNCIAS

O número de matriculadas na Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha variava de acordo com os anos, numa margem de 115 a 140 alunas, dependendo de cada ano. As aulas eram diárias, exceto aos domingos, com carga horária de 9 às 16 horas. A matrículas eram, geralmente, abertas no primeiro dia útil de janeiro como determinado pelo regulamento do ensino profissional, encerrando-se dia 15 para o primeiro ano e 31 para os demais anos.

Apesar de haver documentação no arquivo desta escola referente a todos os anos de seu funcionamento, há de ser ressaltar que nos livros de registros anteriores ao ano de 1926 não há muitos dados sobre o currículo e demais informações referentes ao funcionamento da escola. Por isso os dados e análises apresentados neste ponto se baseiam, em sua maioria, na documentação do arquivo no período de 1926 a 1930.

No ano de 1926 o número de matriculadas era de 139, sendo que 81 se matricularam no primeiro ano, 26 no terceiro e 32 no quarto. Por uma peculiaridade no Decreto 2.160, de 1926, neste ano não houve alunas no segundo ano, pois as que passaram do primeiro foram promovidas ao terceiro ano do curso. Das matriculadas 2 saíram, caindo de 139 para 137 alunas, sendo que destas, apenas 105 eram frequentes.

Em 1927 matricularam-se 124 alunas, sendo 59 para o 1º ano; 44 para o 2º ano; 5 para o 3º ano e 16 para o 4º ano. Nas inscrições para o vestibular 20 se inscreveram, mas só 17 compareceram e 6 foram inabilitadas. O período letivo começou em 3 de março, com frequência média mensal de 106 alunas.

Em 1928 o número geral de matrícula era de 122 alunas, sendo 63 do 1º ano; 39 do 2º ano; 12 do 3º ano e 3 do 4º ano, com frequência média de 95 alunas.

Já em 1929 as matriculadas no curso profissional feminino da Escola Nilo Peçanha somavam 114, com 36 alunas do 1º ano; 41 do 2º ano; 22 do 3º ano e 15 do 4º ano. A frequência média variava de 100 a 106 aunas.

Destas 36 alunas, 7 repetiram o ano anterior, 28 foram aprovadas no exame de admissão e uma aluna apresentou diploma de curso primário.

Já em 1930, período em que a diretora da Escola, Maria Pereira das Neves, foi transferida para Niterói, o número de matrículas era 123, divididas em 41 no 1º ano; 38 no 2º; 28 no 3º e 16 no 4º ano, com frequência média de 117 alunas. Há de se ressaltar que este foi o primeiro ano posto em vigor o curso de aperfeiçoamento

nesta Escola, considerado muito vantajoso pelo aproveitamento colhido pelas alunas, assim como pelos serviços prestados por elas à instituição. Todas que terminaram o curso em 1929 (15 alunas) se inscreveram para fazer o curso de aperfeiçoamento na Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, exceto uma que foi fazê-lo em Niterói.

Em síntese, pode-se observar que havia um índice elevado de evasão escolar, comparando o número de ingressantes com o de egressas. Isso talvez demonstre o elevado grau de exigência que imperava na escola.

### **3.5 – O CURSO NOTURNO**

O curso noturno era um modelo de Escola Primária que ocupava as dependências da Escola Profissional Nilo Peçanha, no horário noturno, atendendo, especialmente, moças que trabalhavam como empregadas domésticas ou em fábricas durante o dia. O curso estava sob a direção da professora D. Olinda Gomes Pinto, auxiliada pelas professoras adjuntas Alayde Rodrigues Lírio e Maria do Carmo Veiga, ambas diplomadas pela Escola Normal de Campos.

Apesar de não fazer parte da grade curricular da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, este curso era relatado em toda a documentação contida no arquivo escolar, juntamente com os cursos diurnos oferecidos pela instituição. Isto justifica sua inclusão neste trabalho.

A matrícula girava em torno de 80, 90 alunas, dependendo do ano, podendo alcançar mais de 150, como em 1926. As alunas do curso noturno eram distribuídas em três séries, subdivididas em classes. Um fato comum em todas as séries, de todos os anos eram os baixos índices de frequência, justificados pelas dificuldades encontradas pelas alunas em estudar a noite depois de um dia de trabalho.

A matrícula geral atingiu a 190, sendo a real, apenas de 165, devido à eliminação de 25. Compareceram hoje e estiveram presentes á inspecção, 61 alunas, todas empregadas domesticas ou em fabricas diversas. Causa optima impressão ver-se tão elevado numero de moças e meninas, todas ocupadas durante o dia em occupações diversas de onde tiram os meios de subsistência, procurarem à noite o pão espiritual, que tanto é a instrução! E todas ellas se conservam na escola, entregues, com perfeita disciplina ao estudo das licções, o que não podem fazer durante o dia. Não se

pode exigir, por isso, dessas alunas, moças e meninas, grande soma de conhecimentos, mas apenas o necessário à vida prática, o que vem sendo observado pelas Sras Professoras, a cuja orientação não nego o meu aplauso (Termo de visita de 30/09/1926, assinado pelo Inspector do Ensino Profissional, José Joaquim da Costa).

Apesar de todo o esforço das alunas, como das professoras, a carga horária diária era considerada pequena, com apenas duas horas de aula. Este fato, aliado ao cansaço propiciado pelo emprego, ocasionavam baixos rendimentos, muitas vezes compreensíveis por profissionais da educação.

(...) As alunas aqui matriculadas são todas moças que vivem em empregos durante o dia, quer como operárias, quer como domésticas, e sua frequência demonstra o desejo que nutrem de conseguir alguns conhecimentos indispensáveis na vida prática. O tempo letivo é de apenas duas horas, que considero insuficiente, pois é durante este curto período que elas podem preparar suas lições, pois as horas dos dias são absorvidas pelos patrões que as remuneram para prestarem serviços. Este curso é de dois anos, mas o programa é de tal modo desenvolvido que não poderão as alunas completá-lo nesse tempo, apesar do esforço que empregam as professoras e alunas.

(...) Por isso não se pode exigir aqui notável aplicação e progresso por ser insuficiente o tempo de que elas podem dispor para empregarem nos misteres do ensino. Apesar disso, devido ao esforço das senhoras professoras e das mestras alunas, algumas, já se nota relativo adiantamento. (...) não tem durante o dia, devido aos deveres outros que tem a cumprir, o tempo necessário para o preparo das lições que lhes são marcadas, o que fazem durante o curto período em que permanecem na Escola. Apesar, notem, de sua condição humilde e pouco aperfeiçoamento na educação, posso afirmar ser irrepreensível a disciplina (Termos de visitas da documentação de 1930, assinados pelo Inspector do Ensino Profissional, José Joaquim da Costa).

### **3.6 – UM BREVE BALANÇO SOBRE A ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA NILO PEÇANHA (1922 – 1930).**

Para as mulheres, o ensino profissional feminino desempenhava o papel de prepará-las para serem melhores donas do lar, mais prendadas, conseguindo elas próprias confeccionar tarefas domésticas, como costurar, bordar, fazer chapéus e cuidar bem da casa, do futuro marido e dos possíveis filhos. As escolas profissionais

também propiciavam a essas meninas uma oportunidade de ajudarem no orçamento familiar caso houvesse necessidade, tendo agora qualificação para trabalhar fora de casa, como professoras ou até mesmo confeccionando produtos para serem vendidos por elas próprias.

Quando paro para pensar neste público feminino ou nestas mulheres que optaram ou que não tiveram outra escolha a fazer quanto a sua formação, é possível de se imaginar as lutas e esforços que foram produzidas para a contribuição da construção da sociedade, em que as características marcantes das práticas de um ofício que eram ensinadas para as mulheres, sejam aprender a costurar, bordar, cozinhar e entre outros papéis atribuídos especialmente as mulheres como a submissão aos seus maridos e aos cuidados da casa. Somente estas práticas ofereciam para uma camada mais pobre da sociedade as oportunidades de socialização ou de uma ascensão social (FERNANDES, 2006, P. 05).

A história da Escola Profissional Feminina começou com sua inauguração, em 1922, no governo de Raul Veiga, então Presidente do Estado do Rio, mas a instituição só entrou em funcionamento no ano seguinte, no governo estadual de Feliciano de Abreu Sodré.

No início, seu currículo era distribuído em três anos de curso, havendo um curso geral, de caráter obrigatório, e, paralelamente, cursos especiais, na forma de oficinas, abrangendo corte e costura, bordados e rendas, chapéus. Já em 1926, pelo Decreto 2.160, houve mudanças curriculares como a determinação de que o curso profissional passaria, a partir deste ano, a ser composto por quatro anos de funcionamento e não mais três.

De acordo com a documentação do arquivo da Escola Profissional Feminina, os anseios propostos pela legislação iam bem de encontro às práticas culturais que faziam parte do cotidiano da instituição. Para tal, encontram-se, neste período estudado, indícios de que a escola tenha sido conduzida por uma gestão disciplinada e profícua desempenhada pela diretora, que não somente cuidava da administração, mas também de questões pedagógicas visando melhorar as condições de ensino da instituição.

Na documentação também há evidências do papel e esforço dos demais funcionários da instituição, sobretudo das professoras, em superar todas as dificuldades e desempenhar bem o ofício que lhes cabia, pois além de lecionar disciplinas do curso geral e das oficinas, havia todo um direcionamento para

instrução moralizadora, higiênica e cívica das alunas. A escola profissional feminina preparava suas alunas para serem boas moças, com valores apreciados pela sociedade do período. Além disso, dava oportunidades ao magistério, podendo lecionar na própria instituição em que se formaram ou em outras escolas com seções profissionais.

Observe um parecer deixado por Antônia Ribeiro de Castro Lopes, da Escola Normal de Campos, ao levar suas alunas em mais uma excursão pedagógica na Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, no dia 16 de setembro de 1927.

*Nas minhas costumeiras excursões pedagógicas com o 4º ano da Escola Normal, voltei hoje à Escola Profissional Feminina “Nilo Peçanha”, e tenho ocasião de repetir que este estabelecimento é modelar no seu tipo, graças à orientação inteligente de sua distinta diretora – D. Maria Pereira das Neves e aos esforços de suas muito dignas auxiliares.*

*Campos, 16 de Setembro de 1927*

*Assig: Antonia Ribeiro de Castro Lopes, lente de Pedagogia e Merhodologia da E. Normal de Campos.*

Um dado importante presente neste trecho acima, indica que a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha era vista como um estabelecimento **modelar** no seu **tipo** de ensino. Ou seja, fica evidente que esta instituição cumpria bem sua função enquanto escola de ensino profissionalizante feminino.

Vale ressaltar que não somente as escolas profissionais do Estado do Rio de Janeiro seguiam uma regulamentação que regia o ensino profissional, tampouco dizer que a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, em Campos, tinha um ensino próprio e independente. Há de se considerar que no Brasil havia várias instituições de ensino deste tipo e que todas elas, apesar de suas especificidades, seguiam um modelo mais ou menos generalizado de ensino, voltado para a profissionalização.

Ainda de acordo com a própria Antônia Ribeiro de Castro Lopes, ao mencionar o ensino da escola profissional de Campos, afirma que “aqui se prepara a mulher para a família e para a Pátria: forma-se-lhe o caracter na moral e no dever, prepara-se, portanto, o homem do futuro, *porque quem quizer o homem educado moral e civicamente eduque primeiro a mulher.*” (Livro de Registros, 27/08/1926, grifo meu).

Por esta citação pode-se claramente perceber que a educação para as mulheres no século XX era voltada para formação de boas donas de casa, cuidadosas com o lar, com o futuro marido e filhos. Pelos anseios da época, cabia ao sexo feminino o papel de educar e moralizar os seus filhos, de ensiná-los a serem cidadãos para viver em sociedade.

Mas apesar das evidências de sucesso no funcionamento da Escola Profissional Feminina, de ter representado um “estabelecimento modelar no seu tipo de ensino”, havia inúmeras dificuldades para se alcançar os propósitos educacionais a ela destinados.

De acordo com a própria diretora, Maria Pereira das Neves, não era fácil ministrar o ensino profissionalizante feminino em uma escola situada no interior do Estado, ainda que esta cidade tenha diversos anseios por modernização. Há, no interior, dificuldade de acesso a revistas, novidades de moda, informações que pudessem auxiliar no desempenho das oficinas. Tais dificuldades são amenizadas nas escolas profissionais da capital, aonde as inovações tecnológicas e as novidades chegam mais rápido.

Em seu último relato antes de deixar a direção da escola, fechando o balanço de sua administração, a diretora menciona todos estes empecilhos que dizem respeito às dificuldades de se administrar uma escola profissional feminina no interior do Estado, ocasionadas pela localização e falta de acesso às novidades; ressalta, entretanto, o esforço de todos que compunham a instituição, principalmente as professoras, pelo trabalho incondicional e bons resultados conquistados, mesmo com tantas dificuldades.

Ahi estão Exmo Snr Director da Instrucção Pública reunidas as observações geraes, demonstração de frequencia, de trabalho e de aproveitamento das alumnas da Escola Profissional “Nilo Peçanha”, no período lectivo de 1930. Posso garantir Exmo Snr. Director que nesta Escola há verdadeiramente muito trabalho e real entusiasmo pelo progresso do Ensino Profissional. Não conhecem os que trabalham em grandes centros as dificuldades que se nos deparam no interior, a falta de matéria-prima, o preço elevado com que por vezes se consegue obter uma novidade necessária, a raridade de informações acerca de revistas e jornaes especialisadores nas diversas officinas, a impossibilidade de confronto com escolas congêneres de aperfeiçoamento por observação, de officinas perfectas, de cousas de modas, etc. Essas dificuldades procuram as professoras vencer com redobrado trabalho, com assiduidade, amor ao ensino, disciplina e união de vistas com seus superiores

hierarchicos. Do seu trabalho dão testemunho as exposições cada anno maiores e demonstrando mais aperfeiçoamento; de sua assiduidades, a verificação dos mappas enviados mensalmente à Directoria de Instrucção; de sua disciplina, a harmonia sempre reinante na Escola desde sua installação, não havendo nestes 7 annos deccorridos, seja Deus louvado, desentendimento algum que perturbasse a bôa ordem da casa ou pedisse intervenção de autoridade superior. É portanto, ao corpo docente que deve a Escola Profissiona "Nilo Peçanha" sua vida e desenvolvimento; encerrando o relatório annual, ultimo trabalho lectivo sob minha orientação é elementar dever de justiça dar disto testemunha.

Agradeço ao Estado, cuja autoridade no Magistério Público V. Ex. actualmente representa, a confiança em mim depositada na organização e direcção desta Escola valho-me da oportunidade para attenciosamente saudar a V. Ex. e apresentar votos pelo sempre crescente desenvolvimento da Instrucção Publica em nosso querido Estado.

Campos, 19 de Janeiro de 1931.  
Maria Pereira das Neves.

(Último relatório de Maria P. das Neves como diretora da Escola Profissiona Feminina Nilo Peçanha, em 19/01/1931).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões bibliográficas, com apontamento de diversos autores acerca do papel feminino na sociedade brasileira, com suas inúmeras transformações ao longo dos anos; da educação no Brasil, sobretudo com enfoque na educação feminina, do ensino profissional brasileiro, desde sua criação até o século XX, buscou-se tentar esclarecer um pouco sobre estes temas, visando um melhor entendimento a respeito da educação profissional feminina nos anos noventa. Em virtude disso, considerou-se também o debate sobre os anseios educacionais e as transformações no âmbito da educação com foco no período compreendido entre a virada do século XX até a década de 1930.

Além disso, examinou-se bastante a documentação da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, armazenada na atual Escola Estadual Nilo Peçanha. Estes documentos, incluindo os relatórios de inspeção, os relatórios da diretora, pareceres das professoras e também das alunas, somado a depoimentos de pessoas que não faziam parte da escola, mas que por algum motivo lá estiveram presentes, contribuíram muito para a tentativa de se entender o histórico desta instituição, os anseios de sua criação, seu funcionamento, as pessoas que dela fizeram parte, o currículo vigente, os anseios da população em relação à Escola, o futuro esperado pelas meninas que lá estudavam. E não somente os arquivos nos possibilitaram indícios para análises de dados e possíveis conclusões, mas também notícias publicadas na imprensa campista e os Relatórios de Províncias.

Primeiramente, pode-se afirmar, mediante estudo e esforço para entendimento dos debates teóricos e empíricos apresentados nesta pesquisa é que o papel das mulheres na sociedade brasileira passou por uma grande transformação e que ao longo do tempo elas foram conquistando espaço dentro e fora de casa. Contudo, reitera-se grande atenção no tempo demandado para que a sociedade começasse a aceitar estas transformações, além das dificuldades encontradas pelo sexo feminino para se afirmar como capaz de realizar funções antes concebidas somente aos homens.

Não muito distante dos dias de hoje, uma enorme porcentagem feminina se ocupava somente serviços domésticos, confirmando que as mulheres eram de fato educadas para atividades do lar, para cuidado do marido e dos possíveis filhos. O Brasil é marcado por um forte histórico de educação feminina no intuito de instruí-

las para serem boas filhas, esposas e mães. O serviço doméstico, inclusive, era diretamente voltado ao público feminino. (ver tabela 1).

A virada do século XIX para o XX é marcada por anseios de civilização da população brasileira, com ênfases para questões de ordem e de progresso. Para tal, a educação seria a forma mais propícia de garantir a evolução do país na tentativa de superar o analfabetismo, a ruralização, considerados alguns dos principais males que impediam o avanço da nação.

O desenvolvimento do comércio, da indústria e da urbanização propiciou interesses no campo da educação, da aprendizagem escolar, com novas medidas para a instrução popular e para o ensino profissionalizante. Estas medidas desencadearam um processo de formação dos trabalhadores necessários à indústria, legitimando iniciativas relacionadas ao ensino de ofícios, com o processo assumido pelo Estado: aos homens o ensino para trabalho nas indústrias e para as mulheres, o ensino voltado às atividades do lar ou ao auxílio da renda familiar, ou seja, o ensino das “artes industriais” para o sexo masculino e de “prendas manuais” para o sexo feminino. Ao homem cabia o ofício das madeiras e dos metais, e à mulher o ofício da família e dos tecidos, tendo o ensino para as moças como uma lista de refinamentos com o intuito de melhorar sua reputação aos olhos de um possível noivo e respectiva família.

A educação era o meio de se buscar melhores condições de vida, oportunidades de crescimento futuro. Estas ideias eram muito difundidas pelos intelectuais da Primeira República e também faziam parte dos discursos políticos vigentes. Neste contexto foram criadas as escolas profissionais, no intuito de propiciar oportunidades de crescimentos pessoal e profissional. Não é sem propósito que este tipo de ensino tenha sido direcionado para camadas mais pobres da população, que geralmente não possuíam muitas oportunidades de ascensão econômica e social. Aprender um ofício, no caso dos homens, poderia garantir empregos nas indústrias ou no comércio. Para as mulheres, o ensino profissional feminino desempenhava o papel de prepará-las para serem melhores donas do lar, mais prendadas, conseguindo elas próprias confeccionar tarefas domésticas, como costurar, bordar, fazer chapéus e cuidar bem da casa, do futuro marido e dos possíveis filhos.

As escolas profissionais também propiciavam a essas meninas uma oportunidade de ajudarem no orçamento familiar caso houvesse necessidade, tendo

agora qualificação para trabalhar fora de casa, como professoras ou até mesmo confeccionando produtos para serem vendidos por elas próprias.

Ressalta-se que o estudo sobre as escolas profissionais femininas têm sido ainda pouco explorado se comparado às masculinas, o que acarreta um déficit de publicações e debates acerca do assunto. O número de produções teóricas sobre a profissionalização do ensino masculino no Brasil é consideravelmente superior ao do feminino. Isto não significa que não haja referências aos estudos sobre o ensino profissionalizante feminino, mas sim evidencia a maior facilidade de acesso a estudos voltados para o ensino profissional masculino, talvez pela enormidade de escolas de ensino técnico profissionais, criadas no início do século XX.

Outras possibilidades para tal predomínio de publicações acerca do ensino profissional masculino seriam: primeiro - apontar os ofícios masculinos como sendo considerados de maior utilidade para o futuro da nação, uma vez eram, predominantemente, criados para suprir a demanda de mão-de-obra no país que se industrializava cada vez mais. Às mulheres cabia a educação para o lar, considerada não tão importante assim, em termos econômicos; segundo – questões sociais, que sempre apontaram o papel exercido pela mulher na sociedade como sendo muito aquém do papel desempenhado pelos homens. Partiria-se da hipótese argumentativa, predominante na sociedade brasileira por muito tempo, que algo feito pelos homens, e para eles, seria mais útil e relevante.

Ressalta-se aqui, entretanto, que os estudos das escolas profissionais femininas também têm muito a contribuir para compreensão do projeto de modernização da sociedade brasileira construído pelos políticos que atuavam no plano da incipiente nação e que defendiam a necessidade de romper barreiras internas, por meio da educação, que impediam a inserção do Brasil no movimento cultural e político geral.

A educação, certamente, formava parte do projeto fluminense, que não era alheio à crença ilimitada no progresso por meio da instrução, em circulação no final dos anos oitocentos e início dos anos novecentos. O intuito neste período era, ao menos no plano das ideias, superar os atrasos de um Brasil colonial (agrário, pouco desenvolvido em termos de industrialização, modernização e urbanização), fazendo progredir a nação republicana que surgia, e aos poucos se consolidava, percebendo que avançar na educação da população, ainda que de maneira lenta, poderia ser um

caminho para tal. E o sexo feminino não poderia ficar alheio a este processo de emancipação e progresso do país.

Feitas estas observações, julgadas importantes para a conclusão deste trabalho, apresenta-se agora algumas considerações sobre a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, objeto de estudo desta pesquisa.

Sua história começou com a inauguração, em 1922, mas a instituição só entrou em funcionamento no ano seguinte. Índícios encontrados nos Relatórios de Província referente ao ano de 1924 apontam para as semelhanças existentes entre as Escolas Profissionais Femininas Nilo Peçanha, em Campos, e Aurelino Leal, em Niterói.

Segundo o documento, as duas escolas eram destinadas ao sexo feminino, criadas em 1922 e regulamentadas pelo Decreto nº 1954, de 13 de maio de 1923. “Ambas ministrariam cultura indispensável à prática dos deveres da mulher brasileira e a instrução técnica profissional co-relativa e imprescindível. Suas secções de costura, bordados e rendas, chapéus, desenhos e modelagem e de arte culinária são frequentadas com profícuos resultados.”

Apesar de considerar as semelhanças entre ambas, por opção metodológica e pela falta de tempo para estudos mais abrangentes, esta pesquisa se deteve a analisar apenas a escola profissional feminina de Campos.

O que se pode verificar é que os anseios propostos pela legislação iam bem de encontro às práticas culturais que faziam parte do cotidiano da instituição. Comprovação disto poderia ser encontrada na maneira com que a escola era conduzida, como uma a gestão disciplinada e profícua desempenhada pela diretora, que não somente cuidava da administração, mas também de questões pedagógicas visando melhorar as condições de ensino da instituição.

Além disto, nota-se grande empenho do corpo docente em superar todas as dificuldades e desempenhar bem o ofício que lhes cabia, pois além de lecionar disciplinas do curso geral ou das oficinas, havia todo um direcionamento para instrução moralizadora e cívica das alunas. A escola profissional feminina preparava suas alunas para serem boas moças, com valores apreciados pela sociedade do período. Além disso, dava oportunidades ao magistério, podendo lecionar na própria instituição em que se formaram ou em outras escolas com seções profissionais.

A Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, tomada como instituição formadora de cultura escolar, ia de encontro às palavras de Faria Filho (1998), pois

não se articulava somente em torno do saber, do conhecimento, mas também da ordenação social, produzindo novas sensibilidades, sentimentos, valores, comportamentos; a escola não transmitia cultura somente às gerações mais novas, mas sim modificava a cultura de toda a população, sendo as alunas o elo de ligação com as famílias e, ao mesmo tempo, atuando sobre as mesmas. Retoma-se aqui os dizeres de Antônia Ribeiro de Castro Lopes: “aqui se prepara a mulher para a família e para a Pátria: forma-se-lhe o caracter na moral e no dever, prepara-se, portanto, o homem do futuro, porque quem quizer o homem educado moral e civicamente eduque primeiro a mulher.” (Livro de Registros, 27/08/1926).

Uma tendência verificada em todos os anos de funcionamento da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha dentro deste recorte temporal proposto é que o número de matriculadas em corte e costura do segundo ano em diante foi sempre maior do que as demais oficinas. Ao tentar entender os motivos para tais indicativos, a explicação mais viável encontrada se baseia na hipótese de que as alunas tinham mais anseio em aprender fazer roupas, enxovais para uso próprio e familiar ou para comercialização de seus produtos, caso houvesse necessidade. Isso viria de encontro às convicções de que a escola preparava as meninas para serem melhores donas do lar, boas futuras esposas e mães. Além disso, a escola propiciava condições de busca por auxílio financeiro, visto que produzir peças de vestuário ou roupas de cama, assim como enxovais para bebês ajudaria bastante no cotidiano destas moças que ali se formavam.

Outro indício voltava-se para o fato de que diversas alunas diplomadas pela Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha se inseriam no magistério após a formatura, seja como professoras da própria escola profissional que estudaram, como em grupos escolares que forneciam seção profissionalizante. (ver apêndice).

Estas nomeações são de grande relevância para este trabalho, pois indicam possibilidades de respostas para duas das questões feitas no desenvolvimento do projeto de pesquisa que culminou nesta dissertação. São elas: O que levou às alunas que ali estudavam a optar por um curso de formação profissional e dedicar-se a ele? Quais eram as expectativas de vida das meninas que formavam na Profissional Nilo Peçanha?

A conclusão que se pode chegar é que as escolas profissionais atendiam aos anseios de preparar o sexo feminino para desempenhar seu papel como mulheres prendadas, como boas donas de casa. Mas também davam oportunidades de terem

um ofício, como professoras. A elas eram dadas as chances de ensinar a outras meninas o que lhes foi ensinado na Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha. E não somente em Campos dos Goytacazes, mas em diversas outras localidades do Estado. Não se descarta que algumas das alunas diplomadas por esta escola tenha ido trabalhar nas fábricas têxteis, mas não se possui informações na documentação que possibilitassem afirmar que isso tenha, de fato, ocorrido.

Enfim, diante do proposto, acredita-se que esta pesquisa tenha contribuído para aumentar o conhecimento acerca do assunto, na expectativa de que possa contribuir para futuros pesquisadores que, por ventura, se interessarem pelo tema, pois, na verdade, ainda há muito que se desvendar acerca da atuação feminina, e de sua educação profissional, não apenas dentro da escola, mas em todos os setores da sociedade. Ainda hoje questões sobre gênero são bastante discutidas, sobretudo no que tange ao papel social da mulher.

Pode-se, claramente, perceber que as mulheres conquistaram seu espaço ao longo do tempo e que hoje desempenham papéis importantes na sociedade. Contudo, é comum perceber que, apesar de todas as conquistas femininas, pode haver, ainda, certa distinção em relação a determinados cargos profissionais e à diferenciação de salários. À mulher a ocupação doméstica, ainda que atrelada à vida profissional, ao cuidado dos filhos e outros. Há quem pense, inclusive, que hoje não existam mais mulheres como antigamente, ou pelo menos não existe mais a mulher como se imagina que ela deva ser, não permitindo, muitas vezes, que consiga se situar além de seu sexo.

## FONTES

- Arquivo Histórico da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha (1922 – 1930);
- Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes – coleções de jornais: jornal “Folha de Commercio” e “Monitor Campista”- década de 1920;
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Relatório de Província do Estado do rio de Janeiro (década de 1920), disponível on-line, endereço: [http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio\\_de\\_janeiro](http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro);
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Coleção de Leis, Resoluções não sancionadas – Decretos e Portarias referentes ao ano de 1906, Estado do Rio de Janeiro; Typo. do “Jornal do Commercio”, de Rodrigue & Cia, 1906.
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Decreto nº 2.160, de 31/01/1926, Expediente do Estado do Rio de Janeiro, 1926 – I - ALERJ<sup>24</sup>;
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Decreto nº 2.380, de 14/01/1929; disponível no Centro de Memória Fluminense, Biblioteca do Campus Gragoatá da Universidade Federal Fluminense, em Niterói<sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup> Este Decreto e as leis não sancionadas foram gentilmente cedidos por Silvia A. Martinez

<sup>25</sup> Disponibilizado com muita prestatividade por Rodrigo Rosselini, aluno de mestrado de Políticas Sociais da UENF.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. – (Prismas).

ALVES, Heloiza Manhães. *A sultana do Paraíba: reformas urbanas e poder político em Campos dos Goytacazes, 1890 – 1930* – Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

BARROS, Armando Martins de. *A escola nas práticas discursivas ao olhar: sociabilidade e educação na cidade do Rio de Janeiro ao início do século XX*. In MAGALDI, Ana Maria, ALVES, Cláudia, GONDRA, José Gonçalves (org.). *Educação no Brasil: história, cultura e política* – Bragança Paulista: EDUSF, 2003. Páginas 287 a 309.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. *Uma Escola de Formação Profissional para o Sexo Feminino no Distrito Federal: a Escola Profissional Paulo Frontin (1919)*. Caxambu, 2001. Trabalho apresentado na XXIV Reunião Anual da ANPED.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. *Imagens do Instituto Profissional Feminino*. In MARTINS, Angela Maria Souza e BONATO, Nailda Marinho da Costa (org.). *Trajetórias históricas da educação*. – Rio de Janeiro: Rovellet, 2009. Páginas 127 a 146.

CAMARA, Sônia. *As reformas de instrução pública e a educação profissional feminina no Distrito Federal durante os anos 20*. In MAGALDI, Ana Maria, ALVES, Cláudia, GONDRA, José Gonçalves (org.). *Educação no Brasil: história, cultura e política* – Bragança Paulista: EDUSF, 2003. Páginas 399 a 417.

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. *A trajetória da Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz (1917 – 1937)*. In CHAVES, Miriam Waidenfeld, LOPES, Sonia de Castro (org.). *Instituições educacionais da cidade do Rio de Janeiro: um século de história (1850 – 1950)* / – Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2009. Páginas 121 a 145.

CARVALHO, marta M. Chagas de. *A escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

---

*A escola e a República e outros ensaios*. – Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual in Dados*, Rio de Janeiro, vol. 40, n. 2, 1997.

CARVALHO, Carlos Henrique de. CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de. *As manifestações do positivismo e do liberalismo no pensamento educacional da imprensa de Uberabinha – MG (1907 – 1942)*. Revista HISTEDBR On- line, Campinas, n. 24, p. 11 -25, dez, 2006 – ISSN: 1676-2584.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização – 2ª Ed. – São Paulo: Editora UNESP, 2005.

---

O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. Revista Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ago, 2000 Nº 14. Número especial - 500 anos de educação escolar In SAVIANI, Dermeval, CUNHA, Luiz Antônio e CARVALHO, Marta Maria Chagas de (org.)

DOMINIQUE Julia. A cultura escolar como objeto histórico. Revista Brasileira de História da Educação - Publicação semestral da Sociedade Brasileira de História da Educação – SBHE nº 1 jan./jun. - São Paulo: Autores Associados. Campinas, 2001. Páginas 9 a 43.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Escolarização e cultura escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios. In BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (org.). Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos. – São Paulo: Cortez, 2007. Páginas 193 a 211.

---

O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões. Revista da Faculdade de Educação, vol.24 n.1 São Paulo Jan./Jun. 1998. ISSN 0102-2555

FERNANDES, Rosane Schmitz. *Escola Profissional Feminina e as Relações de Gênero: Florianópolis, 1935-1960*. Centro de Ciências da Educação /CCE/ Faed da Universidade do Estado de Santa Catarina/UDESC. Anais do VII Seminário Fazendo Gênero, 2006.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In DEL PRIORE, Mary (org.). História das mulheres no Brasil. – 3. Ed. – São Paulo: Contexto, 2000. Páginas 510 a 553.

FONSECA, Celso Suckow da. História do Ensino Industrial no Brasil. - 2. Ed., em CD ROM, Rio de Janeiro: CEFET, 1961.

FREITAS, Danielle Gross de. Entre ofícios e prendas domésticas: a Escola Profissional Feminina de Curitiba (1917-1974) – Curitiba, 2011. 131 f.

GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história; tradução: Frederico Carotti. – SP: Companhia das Letras, 1989.

JUNIOR, Edivaldo Góis, LOVISOLO, Hugo R.A educação física e concepções higienistas sobre raça: uma reinterpretação histórica da educação física brasileira dos anos de 1930. Revista Portuguesa de Ciências do Desporto, v.5 n.3 Porto set. 2005, *versão impressa* ISSN 1645-0523.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In DEL PRIORE, Mary (org.) História das mulheres no Brasil. – 3. Ed. – São Paulo: Contexto, 2000. Páginas 443 a 481.

MAGALDI, Ana Maria B. M. Educando a família, construindo a Nação (anos 1920/30). In MAGALDI, Ana Maria, ALVES, Cláudia, GONDRA, José Gonçalves (org.). Educação no Brasil: história, cultura e política – Bragança Paulista: EDUSF, 2003. Páginas 419 a 439.

MAGALHÃES, Justino. Contributo para a História das Instituições Educativas – entre memória e história. In MAGALHÃES, Justino e FERNANDES, Rogério. Para a História do Ensino Liceal em Portugal – Actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894 – 1895). – Braga, 1999. Páginas 63 a 77.

MALUF, Marina e MOTT, Maria Lúcia. Recôndito do Mundo Feminino. In SEVCENKO, Nicolau (org.). História da Vida Privada no Brasil - São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Páginas 367 a 421.

MARTINEZ, Silvia Alicia. A Escola Normal de Campos na gênese do processo de formação e profissionalização do magistério no norte fluminense. In LOPES, Sônia de Castro e CHAVES, Miriam Waidenfels (org.). A História da Educação em debate – Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012. Páginas 121 a 139.

MARTINEZ, Silvia Alicia, GANTOS, Marcelo Carlos, BOYNARD, Maria Amelia A. P. Cada cidade uma escola: o papel do Liceu de Humanidades de Campos nas origens do ensino secundário Norte Fluminense. In PESSANHA, Eurize Caldas, JUNIOR, Décio Gatti (org.). Tempo de cidade, lugar de escola. História, ensino e cultura escolar em “escolas exemplares”- Uberlândia: EDUFU, 2012. Páginas 275 a 297.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio e MARTINEZ, Silvia Alicia. Verbete Antonia Ribeiro de Castro Lopes. In FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque e BRITTO, Jader de Medeiros. Dicionário de Educadores no Brasil. 2. Ed. Aum. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ MEC – Inep – Comped, 2002. Páginas 89 a 97.

MOGARRO, Maria João. Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas. Preservar a informação, construir a memória. Pro-Posições, v. 16, n. 1 (46) - jan./abr. 2005. Páginas 103 a 116.

NAGLE, Jorge. Educação e sociedade na Primeira República, Rio de Janeiro: DP&A,. 2001.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In DEL PRIORE, Mary (org.) História das mulheres no Brasil. – 3. Ed. – São Paulo: Contexto, 2000. Páginas 579 a 605.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Mulheres educadas na Colônia. In LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes de, VEIGA, Chynthia Greive (org.) trajetória da educação profissional. 500 anos de educação no Brasil. – 3. Ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2003. Páginas 79 a 94.

SANTOS, Jailson Alves. A trajetória da educação profissional. In LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes de, VEIGA, Chynthia Greive (org.) trajetória da educação profissional. 500 anos de educação no Brasil. – 3. Ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2003. Páginas 205 a 224.

SAVIANI, Dermeval. História das idéias pedagógicas no Brasil. – 2. Ed. – Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2008. – (Coleção memória da educação).

SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet e COSTA, Vanda Maria Ribeiro. Tempos de Capanema. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2000.

SCOTT, Ana Silva. O caleidoscópio dos arranjos familiares. *In* PINSKY, Carla Bassanezi, PEDRO, Joana Maria. (org.). Nova História das mulheres. – São Paulo: Contexto, 2012. Páginas 15 a 42.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. *In* CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997 – 14<sup>ª</sup> Reimpressão. Páginas 275 a 295.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez e MAGALDI, Ana Maria B. M. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa, Revista Brasileira de História da Educação, 2008.

VEIGA, Cynthia Greive. História Política e História da Educação. *In* VEIGA, Cynthia Greive e FONSECA, Thais Nivia de Lima. História e Historiografia da Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. Páginas 13 a 47.

---

A escola e a República: o estadual e o nacional nas políticas educacionais. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas – SP, v. 11, n. 1 (25), p. 143 -178, jan./abr. 2011.

VELLOSO, Monica Pimenta. Em busca da identidade nacional: diferentes expressões do moderno e da brasilidade. *In* MAGALDI, Ana Maria, ALVES, Cláudia, GONDRA, José Gonçalves (org.). Educação no Brasil: história, cultura e política – Bragança Paulista: EDUSF, 2003. Páginas 349 a 373.

VIDAL, Diana Gonçalves. Culturas escolares: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX) – Campinas, SP: Autores Associados, 2005. (Coleção Memória da Educação).

VIEIRA, Carlos Eduardo. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos 20. *In* TABORDA, Marcus Aurélio. Cinco Estudos em História e Historiografia da Educação. – Belo Horizonte: Autêntica, 2007. Páginas 11 a 40.

**APÊNDICE** – Alunas formadas pela Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, nomeadas pelo Estado do Rio de Janeiro

**1927**

- 1- Maria Antonieta dos Santos Lacerda – contra-mestra de chapéus da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, em Campos.
- 2- Maria José Werneck – professora da secção profissional anexa ao Grupo Escolar Barão de Macaúbas em São Fidelis.
- 3- Hylma Campos – professora da secção profissional anexa ao Grupo Escolar de Barra do Pirahy.
- 4- Maria Antonieta Soares – professora da seção profissional anexa ao Grupo Escolar Alberto Torres em São João da Barra.
- 5- Cacilda Mattos – professora interina da secção profissional anexa ao Grupo Escolar Barão de Macaúbas em São Fidelis.
- 6- Ailda Ribeiro da Motta – professora interina da secção profissional anexa ao Grupo Escolar Lameira Lima em Cantagalo.
- 7- Zilda Alves – substituta durante 90 dias

**1928**

- 1- Zilda Alves – contra –mestra de costura e corte da Escola Profissional Nilo Peçanha, em Campos
- 2- Maria Eneida Nunes – contra-mestra de bordados e rendas da da Escola Profissional Nilo Peçanha, em Campos
- 3- Miretta de Oliveira Ávila – substituta de Desenho na Escola Profissional Nilo Peçanha, em Campos
- 4- Cacilda Mattos – auxiliar de Artes Aplicadas na Escola Profissional Nilo Peçanha, em Campos
- 5- Maria Isabel Pinheiro – substituta de Artes Aplicadas durante a licença de D. Alzira Ribeiro de Barcellos, na Escola Profissional Nilo Peçanha, em Campos
- 6- Gladys Loureiro Senha – professora da seção anexa ao Grupo Escolar de Cambucy.
- 7- Zilda Vasconcelos – professora da seção anexa ao Grupo Escolar de Macahé
- 8- Marietta Biancardini – professora da seção anexa ao Grupo Escolar de Itaperuna.

**1929**

- 1- Alice Marins – nomeada professora de Trabalhos Manuais da Escola Complementar de Campos.
- 2- Daika de Barros Lima – adjunta do Grupo Escolar de Cambuci, nomeada professora da seção profissional do Grupo Escolar João Clapp, em Campos.
- 3- Enedina Alexandre – nomeada professora da seção profissional do Grupo Escolar de Cambuci.
- 4- Gladys Loureiro Senra – professora da seção profissional de Cambuci nomeada para exercer as mesmas funções no Grupo Escolar 15 de Novembro, em Campos.
- 5- Hylma Campos – professora da seção profissional de Barra do Pirahi nomeada para a cadeira de trabalhos manuais da Escola Complementar de Niterói.
- 6- Maria Isabel Pinehiro – nomeada almoxarife da Escola Profissional Nilo Peçanha, em Campos.
- 7- Maria José Wernwck – professora da seção profissional de São Fidelis, nomeada para exercer as mesmas funções em Niterói.
- 8- Maria da Penha Boynard – nomeada professora da seção profissional do Grupo Escolar Balthazar Carneiro, em Campos.
- 9- Olympia dos Santos Lacerda – nomeada professora da seção profissional do Grupo Escolar Visconde do Rio Branco, em Campos.
- 10- Zilda Vasconcelos – professora da seção profissional de Macaé nomeada para exercer as mesmas funções em Niterói.